

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE FÍSICA, INSTITUTO DE QUÍMICA,
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS E FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Raquel Melo de Oliveira

A ciência sob censura: um estudo sobre o cotidiano do
Instituto de Física da USP de sua criação até a anistia (1968 –
1979)

São Paulo

2023

Raquel Melo de Oliveira

A ciência sob censura: um estudo sobre o cotidiano do
Instituto de Física da USP de sua criação até a anistia (1968 –
1979)

Dissertação apresentada ao Programa
Interunidades em Ensino de Ciências da
Universidade de São Paulo como requisito
para obtenção do título de Mestre em Ensino
de Ciências

Orientador: Prof. Dr. Ivã Gurgel

São Paulo

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Preparada pelo Serviço de Biblioteca e Informação
do Instituto de Física da Universidade de São Paulo

Oliveira, Raquel Melo de

A ciência sob censura: um estudo sobre o cotidiano do Instituto de Física da USP de sua criação até a anistia (1968 – 1979). São Paulo, 2023.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química e Instituto de Biociências

Orientador: Prof. Dr. Ivã Gurgel

Área de Concentração: Ensino de Química

Unitermos: 1. Física (Estudo e ensino); 2. Ditadura; 3. Instituto de Física; 4. Universidade de São Paulo (USP).

USP/IF/SBI-048/2023

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Ivã Gurgel. Mesmo não sendo tão boa em expressar gratidão, entrar no TeHCo foi de um enorme crescimento, não só profissional, mas pessoal, também. Toda paciência e humanidade que houve neste tempo de pós-graduação me ajudou a continuar nos momentos difíceis.

À minha família, que me apoiou todo o tempo mesmo com a distância geográfica.

Aos meus amigos, que se tornaram a minha nova família neste estado que eu decidi chamar de meu.

Aos entrevistados Suzana Salém, José Domingos, Laerte Sodré, Marcos Magalhães, Décio Ferroni, Carlos Macdowell, Lighia Matsushigue e Luís Carlos Menezes, por colaborarem com este trabalho.

Ao Instituto de Física, que mesmo com todas as contradições me acolheu através do CEFISMA, do Hackerspace e dos amigos que criei no cotidiano do instituto.

“O que se fez no Brasil, de 1964 aos dias atuais, jamais poderá ser esquecido e perdoado. O que se tramou e o que se praticou na U.S.P., em nome da ‘revolução’, não poderá jamais ser esquecido e perdoado” – Florestan Fernandes

RESUMO

OLIVEIRA, R. M. **A ciência sob censura**: um estudo sobre o cotidiano do Instituto de Física da USP de sua criação até a anistia (1968 – 1979). 2023, 169 f. Orientador: Ivã Gurgel. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Este trabalho tem como objetivo principal entender o cotidiano do Instituto de Física após a reforma universitária, onde a Física deixa de ser um departamento na FFCL e passa a ser um Instituto. Foi escolhido o recorte histórico de 1968 até a Lei da Anistia. O ano de 1968, também conhecido como “o ano que não acabou”, foi muito marcante tanto para a sociedade brasileira quanto para outros países do mundo. A ditadura que aconteceu no Brasil entre 1964 e 1985 é um episódio histórico extremamente rico, com vários estudos, controvérsias e discussões acerca do mesmo. Tal estudo foi realizado a partir de fontes obtidas no acervo histórico do instituto, atas de congregação e entrevistas realizadas com alguns professores, alunos e funcionários da época. Foi possível revelar, entre outras coisas, formas de opressão realizadas no ambiente universitário e compreender como diferentes agentes, em especial estudantes, atuavam em sua militância contra a ditadura.

Palavras-chave: ditadura; física; USP.

ABSTRACT

OLIVEIRA, R. M. **The science under censorship**: a study on the daily life of the Institute of Physics at USP from its creation until the amnesty (1968 – 1979). Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This work has as its main objective to understanding of the daily life of the Institute of Physics after the university reform, where Physics is no longer a FFCL department and becomes an Institute. The historical clipping from 1968 until the Amnesty Law was targeted. The year 1968, also known as “the year that didn't end”, was very important both for Brazilian society and for other countries around the world. The dictatorship that took place in Brazil between 1964 and 1985 is an extremely rich historical episode, with several studies, controversies and discussions about it. This study was carried out based on sources obtained from the institute's historical collection, congregation minutes and interviews with some teachers, students and employees at the time. It was possible to reveal, among other things, forms of oppression carried out in the university environment and to understand how different agents, especially students, acted in their militancy against the dictatorship.

Keywords: dictatorship; physical; USP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Artigo escrito por Ernert Nolte em seu idioma original	27
Figura 2	–	Protesto artístico contra o termo “ditabranda” utilizado pelo jornal Folha de São Paulo em 2009.....	34
Figura 3	–	Agenda comemorativa do golpe de 1964	38
Figura 4	–	Agenda do General do Exército Edson Pujol mostra "solenidade comemorativa ao Dia 31 Mar 1964”	39
Figura 5	–	O ministro da Justiça Luís Antônio Gama e Silva na promulgação do AI-5, ao lado, o locutor Alberto Curi, no Palácio Laranjeiras.....	48
Figura 6	–	Salário mínimo real ao longo dos anos	54
Figura 7	–	Publicada da Folha de São Paulo da nota do ministro Armando Falcão.....	59
Figura 8	–	Faixa estendida no jogo Corinthians e Santos em 11 de fevereiro de 1979.....	63
Figura 9	–	Um dos comícios da campanha Diretas Já em Porto Alegre.....	68
Figura 10	–	Matéria do Jornal Folha de São Paulo sobre a política de “dedo duro”..	76
Figura 11	–	Matéria do Jornal A Folha de São Paulo do dia 7 de maio de 1964.....	78
Figura 12	–	Matéria do Estadão sobre a carta do professor Paulo Duarte	79
Figura 13	–	Fachada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, em 3 de outubro de 1968.....	81
Figura 14	–	Ata da primeira congregação do Instituto de Física da USP	85
Figura 15	–	Entrevista de Amélia e Enerst Hamburger	88
Figura 16	–	Ata da reunião de congregação do Instituto de Física do dia 18 de maio de 1971	90
Figura 17	–	Primeira edição da Revista Evento	94
Figura 18	–	Capa da quarta edição da revista evento do CEFISMA.....	95
Figura 19	–	Peça “Os físicos” sendo apresentada na cidade de Santo André	96
Figura 20	–	Ata da reunião de congregação do Instituto de Física do dia 16 de abril de 1973.....	99
Figura 21	–	Show de Gilberto Gil na USP	103
Figura 22	–	Extrato da ata da reunião de 25 de abril de 1969.....	105
Figura 23	–	Extrato da Ata da Congregação do dia 04 de junho de 1976	108
Figura 24	–	Extrato da Ata da Congregação do dia 08 de outubro de 1976.....	109
Figura 25	–	Extrato da Ata da Congregação do dia 17 de junho de 1977	110

Figura 26 – Cartaz da 29ª Reunião Anual da SBPC, 06 a 13 de julho de 1977, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo (SP)	111
Figura 27 – Imagem da matéria da Folha de São Paulo sobre o bloqueio da PM na USP	114
Figura 28 – Matéria do Estado de São Paulo sobre ativismo comunista na universidade	119
Figura 29 – Trecho da ata da congregação do dia 23 de março de 1980	121
Figura 30 – Comunicado do CEFISMA sobre o afastamento do professor Mário Schenberg	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.....	44
Tabela 2 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.....	44
Tabela 3 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.....	44
Tabela 4 – Pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizadas na última semana de maio de 1964, na Guanabara (511 entrevistados) e em São Paulo (519 entrevistados)	45
Tabela 5 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 5 e 13 de fevereiro de 1965 na Guanabara (505 entrevistados).....	45
Tabela 6 – Concentração da renda no Brasil (1960-1976).....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AESIS	Assessorias Especiais de Segurança da Informação
AI-4	Ato Institucional número 4
AI-5	Ato Institucional número 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CGI	Comissão Geral de Informação
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Informações do Exército
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DOI-CODI	Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operação de Defesa Interna
DSI	Divisões de Segurança e Informação
EsNI	Escola Nacional de Informação
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquéritos Policial-Militar
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
MAC	Movimento Anticomunista

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Plano Nacional de Informação
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PP	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
Sisni	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
UB	Universidade do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
URGS	Universidade o Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	21
2	REVISIONISMO E REVISIONISMO SOBRE DITADURA BRASILEIRA.....	25
3	O ANO QUE NÃO ACABOU.....	43
4	A REFORMA UNIVERSITÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A USP E O IFUSP	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	127
	ANEXO A – Entrevista com a professora Lighia Matsushigue	135
	ANEXO B – Entrevista com Carlos Macdowell de Figueiredo	139
	ANEXO C – Entrevista com Suzana Salém.....	147
	ANEXO D – Entrevista com Marcos Magalhães	157
	ANEXO E – Entrevista com José Domingos	167
	ANEXO G – Entrevista com Laerte Matsushigue	188
	ANEXO H – Entrevista com Décio Ferroni.....	197

1 APRESENTAÇÃO

A ditadura que aconteceu no Brasil entre 1964 e 1985 é um episódio histórico extremamente rico, que ensejou vários estudos, controvérsias e discussões. Mas também ainda é um episódio com lacunas e perguntas em aberto, com muitos momentos tristes de desumanização que precisam ser compreendidos.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a primeira mulher formada em Química na Bahia, percebi a anormalidade desse período: militares pedindo lista de presença dos alunos e professores sendo presos dentro de sala de aula. Veio, então, o questionamento sobre como o regime interferiu no fazer ciência, no ensino e também no cotidiano das pessoas na universidade.

Ao ver a história do Instituto Física da USP, é possível perceber que esse lugar passou por tristes episódios na ditadura, como o expurgo e prisões de professores, situação que se agravou a partir da reforma universitária. Tudo contribui para a vontade de entender essa relação dos institutos, professores e funcionários com o governo militar, e como isso afetou em diversas medidas e formas o cotidiano das pessoas. Por isso, este trabalho tem como objetivo principal entender o cotidiano do Instituto de Física após a reforma universitária, onde a Física deixa de ser uma subseção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e passa a ser um Instituto específico.

Os capítulos deste trabalho se estruturam da seguinte forma: no primeiro capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre revisionismo histórico e o revisionismo sobre a ditadura que ocorreu no Brasil; no capítulo seguinte foi realizada a escrita de uma revisão bibliográfica sobre o período histórico que a reforma universitária foi implementada. O recorte histórico escolhido foi de 1968, quando ocorre a reforma universitária e o Ato Institucional número 5 (AI-5), até a Lei da Anistia. Por fim, uma discussão sobre a reforma universitária implementada pela ditadura empresarial-militar, construção e como a mesma impactou a Universidade de São Paulo e o Instituto de Física.

Junto dessa revisão, pretendemos analisar uma série de entrevistas realizadas com pessoas que foram estudantes neste período e analisar documentos encontrados no Acervo Histórico e na Diretoria do Instituto de

Física, para que possamos realizar um paralelo entre a vida institucional e a vida estudantil que, em conjunto, forma o todo do cotidiano do Instituto. Em alguns momentos buscaremos apontar para contradições entre o que era considerado importante para o IFUSP e era pauta de suas reuniões e o que se passava na vida de seus estudantes. Nos referimos não a contradições no sentido de inverdades, mas às contradições que são, a nosso ver, inerentes ao processo histórico e que podem ser reveladas pela historiografia.

Os documentos do Acervo Histórico do IFUSP são compostos pelos seguintes fundos: o referente ao período da FFCL, de 1934 a 1969; o referente à doação de documentos científicos de Mario Schenberg, que inclui manuscritos e notas de aulas de diferentes períodos; a doação completa de documentos de Amélia Império e Ernest Hamburger, que tiveram papel importante na pesquisa em Física Nuclear e foram fundamentais na criação do próprio Acervo Histórico do IFUSP; e, mais recente, a documentação de Cláudio Zak Dib, pesquisador da área de Ensino de Física e desenvolvedor do ensino por instrução programada.

Do conjunto documental apresentado anteriormente, os dois primeiros estão digitalizados e disponíveis no site do Acervo (acervo.if.usp.br). Contudo, os principais documentos utilizados na presente dissertação são os que compõem o fundo de Amélia Império e Ernst Hamburger. Este casal não é o objeto de estudo dessa dissertação, mas vale destacar que ele esteve entre os perseguidos pela ditadura, sendo a Profa. Amélia uma das torturadas por este regime. A preocupação com questões de política nacional foi presente em toda a sua história, o que se reflete na documentação produzida e/ou guardada por ambos personagens.

Em relação aos documentos da Diretoria do IFUSP, foram consultadas as Atas das primeiras reuniões de congregação, que datam já da década de 1970. Através delas podemos acompanhar as preocupações que pautavam a vida institucional do IFUSP desde a formação de seus departamentos. Embora boa parte desta documentação represente uma dinâmica comum de uma instituição (como votações para formação de conselhos, eleição de chefias, aprovação de cursos, homologação de sessões de defesa de tese, aprovação de documentos do curso de graduação, relatórios de uso de verba institucional etc), parte dela revela preocupações com o momento político que o Brasil passava. Em sua

maioria são falas pontuais, manifestações de membros do colegiado que transcendiam os itens de pauta. No entanto, como nos interessa compreender o cotidiano do IFUSP, indo além de sua “História Oficial”, consideramos que estas falas são importantes para o presente estudo.

Complementando a análise documental, realizamos entrevistas semiestruturadas, em sua maioria com pessoas que eram estudantes no período. Neste trabalho, foram entrevistados os seguintes personagens: Suzana Salém, José Domingos, Laerte Sodré, Marcos Magalhães, Décio Ferroni, Carlos Macdowell, Lighia Matsushigue e Luís Carlos Menezes. Personagens que viveram o cotidiano do Instituto de Física da USP na época da ditadura.

Os seis primeiros entrevistados citados anteriormente foram estudantes com participação em movimentos estudantis, em especial movimentos ligação ao centro acadêmico de estudantes de Física e Matemática, o CEFISMA. Neste caso, para além das questões mais abertas relacionadas às suas memórias do período, foram incluídas na entrevista perguntas mais direcionadas a esta atuação, conforme a descritas a seguir:

1. Em que ano você entrou na graduação? Como foi esse primeiro ano de graduação?
2. Como foi sua aproximação com o CEFISMA e o quanto você foi próximo da diretoria?
3. Como era a relação do CEFISMA com os estudantes e professores?
4. É conhecido um episódio em que diretores do CEFISMA foram presos. Você lembra desse episódio?
5. Como era o dia a dia com a ditadura, era perceptível intervenções, perseguições ou influência deste regime?

Todas as entrevistas feitas para esta pesquisa se encontram, na íntegra, nos anexos deste trabalho.

2 REVISIONISMO E REVISIONISMO SOBRE DITADURA BRASILEIRA

Cada época renova seu interesse pela história, o que nos leva a revisitar o passado e tentar atualizar a nossa compreensão sobre o mesmo, o que pode ser chamado de revisionismo. Entretanto, os interesses do presente podem carregar ao passado vícios do presente, o que pode comprometer a renovação da historiografia.

Dado o seu caráter polissêmico, é necessário esclarecer a escolha do termo “revisionismo” para esta dissertação. Então, além de defini-lo, é preciso entender o seu início e as disputas em torno dele ao longo da história. O revisionismo, ao longo do século XX, adquiriu diversos significados, mas seu debate historiográfico de forma mais ampla se deu depois da Segunda Guerra Mundial. Também, a autora Luciana Soutelo (2009), quando escreve sobre o revisionismo, destaca aspectos importantes sobre a história do termo. Primeiro a introdução do debate a das controvérsias e disputas dentro do marxismo, posteriormente na disputa no movimento comunista pós-URSS e, de forma mais ampla, uma série de debates historiográficos posteriores à Segunda Guerra Mundial. No entanto, de acordo com a autora, apenas este último aspecto envolveu diretamente o processo de escrita da História (SOUTELO, 2009, p. 98), modelando discussões que viriam posteriormente. Loff acrescenta que o revisionismo também tem como um dos seus objetivos centrais a batalha intelectual com as fortes repercussões políticas (2014, p. 54). Algo que vimos muito presente no Brasil nos últimos anos.

Ao discutir sobre as batalhas e disputas que existem pela história, Almeida (2019) coloca que:

A humanidade é o resultado de caminhos tortuosos, de contingências, de decisões planejadas e também inconsequentes; de conflitos, de conciliação, de lembranças e de esquecimentos. Há, portanto, uma luta pelos sentidos do “óbvio” humano, o que nos leva à conclusão de que também existe uma disputa acirrada sobre o sentido histórico dos processos de constituição da vida social. Essas disputas são políticas, na medida em que a disputa pelos sentidos da história irá construir os sustentáculos ideológicos do poder, do valor da vida humana, dos limites da liberdade e do significado da nação (p. 325).

É possível encontrar o termo “revisionismo” no debate aberto pela intervenção de Eduard Bernstein na socialdemocracia alemã e na Internacional

Socialista, já em fins do XIX e início do XX. Também o encontramos em escritos sobre a Revolução Russa de 1917, onde o termo refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir da segunda metade dos anos 1960 se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista dos coldwarriors estadunidenses (MELO, 2013, p. 50). Os embates que pautaram a política do século XX foram transferidos para a própria historiografia, que criou diversas formas de lidar com os mesmos.

Melo (2013) destaca alguns momentos de grandes embates sobre o revisionismo e de grande repercussão no debate historiográfico. O primeiro se deu com o livro *Penser la révolution française*, de François Furet, em que o autor discute a revolução francesa, colocando em xeque o seu caráter burguês e a concebendo como um “catecismo revolucionário”. O autor desqualifica o conceito de revolução, costurando um consenso com o conservadorismo, dado o triunfo do neoliberalismo e a crise da esquerda em seu país.

O segundo momento importante se dá com a obra do autor Ernst Nolte, principalmente no artigo *O passado que não quer passar*, publicado no jornal conservador *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ), em junho de 1986. Neste artigo o autor escreve sobre o nazifascismo, igualando o nazismo e o Holocausto ao bolchevismo. *Zeitung* ainda constrói uma similaridade entre a supressão da burguesia que houve na revolução e a perseguição e extermínio promovido pelo nazismo. Além disso, o autor, ao conceituar o fascismo, o coloca como um fenômeno metapolítico e uma resistência ao comunismo.

Figura 1 – Artigo escrito por Ernst Nolte em seu idioma original



Fonte: 1000dokumente, 1986.

Ao falar da escrita de Nolte, Soutelo (2009) aponta que apesar de não haver uma negação dos fatos históricos em si, foram desconsiderados especificidades e contextos históricos de modo a favorecer os posicionamentos ideológicos do autor. Atribuindo também uma negligência da lógica histórica do período estudado e a violando princípios metodológicos de forma mais sutil do que os negacionistas. Esta empreitada retórica é feita com o uso de subterfúgios e confusões interpretativas para desenhar uma fachada de maior respeitabilidade teórica, que, ainda de acordo com a autora, busca dar seriedade acadêmica à obra (SOUTELO, 2009, p. 100).

Historiadores italianos foram mais além que Nolte no revisionismo dessa época, a ponto de recusar ou distorcer evidências históricas para negar a existência do Holocausto, o que pode ser configurado como negacionismo. Mas, tal aprofundamento se deu a partir da obra do historiador Renzo de Felice que ao abandonar o comunismo começou a se debruçar sobre o fascismo atribuindo ao fenômeno a característica de “revolução social”, distorcendo um conceito de revolução e colocando o fascismo com raízes de esquerda. Mas o conteúdo revisionista parece concretamente nas obras dos autores Robert Faurisson e Paul Rassiner, já que os autores negam a existência do Holocausto. Os mesmos lançaram uma revista na tentativa de inserir o debate no meio científico, mas sem sucesso (MELO, 2014, p. 35-40).

Segundo Soutelo (2009):

Nesse sentido, também muitas interpretações revisionistas violam princípios metodológicos da historiografia em nome de propósitos ideológicos – talvez o façam, no entanto, de forma mais sutil do que os negacionistas, através de subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica. Todavia, a distinção entre revisionismo e negacionismo é pertinente e deve ser salientada. É adequado, portanto, considerar o negacionismo como uma variante minoritária do revisionismo histórico (p. 100).

Atualmente, o revisionismo vem sendo utilizado em algumas controvérsias recentes da historiografia brasileira. Um dos destaques deste embate é a discussão sobre se o revisionismo seria a crítica a interpretações tradicionais ou de uma “História Oficial”.

Para rebater tais afirmações, Soutelo (2009) afirma que a oposição de uma História oficial que os revisionistas tentam argumentar, aumenta o risco de que versões revisionistas se transformem justamente na visão padrão da História, fazendo com que tais versões passem a ser amplamente aceitas pela memória coletiva e opinião pública das sociedades.

Soutelo (2009) acrescenta também que:

Tal como destaca Pisanty, o uso do termo revisionismo exige um esclarecimento preciso. Pois literalmente este termo indica a natural tendência historiográfica de reavaliar interpretações históricas consolidadas à luz de novos conhecimentos surgidos no curso da investigação histórica. Nesta acepção ampla do termo, todo historiador é revisionista, uma vez que o desenvolvimento científico implica uma sucessão de modelos teóricos e paradigmas interpretativos (p. 100).

Soutelo (2009) alerta que:

Cabe, portanto, diferenciar este processo natural de revisão historiográfica – ocasionado pela utilização de novas fontes ou pela mudança de paradigmas interpretativos – do movimento de revisionismo histórico que se pretende evidenciar neste trabalho (p. 111).

Na introdução do livro *A miséria da historiografia*, Melo (2014) sinaliza que neste livro o teor das críticas não opera a partir de um pensamento de história teologizada ou canônica, colocando em cheque a revisão em si. Mas, uma crítica endereçada a uma historiografia apologética que hoje pode ser tomada como

hegemônica e que existe a necessidade de ser combatida a partir do avanço das pesquisas e do refinamento conceitual (MELO, 2014, p. 49).

Outro alerta importante, acerca do revisionismo, foi elaborado por Losurdo, onde o autor coloca que há um “efeito colateral” resultante nas tentativas liquidações das tradições revolucionárias que se propõe o revisionismo. Tais ações acabam produzindo alguns “desabamentos em série”, onde outras explicações da História Contemporânea são desestruturadas.

Ao estudar o episódio da ditadura empresarial-militar, percebe-se a disputa política pela história por perspectivas consideradas revisionistas, dentro e fora da academia. Também é perceptível que a ditadura compõe um passado que apresenta diversas narrativas e evidencia batalhas pela história. Grupos que carregam certo saudosismo pelo passado ditatorial do Brasil reivindicam a escrita da história e querem “corrigir” a historiografia vigente.

O momento histórico de crises econômicas e políticas instaladas no Brasil intensifica um processo de disputa pela ressignificação de momentos históricos importantes para a história do país. O ex-presidente Jair Bolsonaro, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, tenta atenuar os crimes ocorridos ao longo dos governos militares com as seguintes afirmações: “[...] e eu não quero dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha. É raro um casal não ter um problema, tá certo?” (BOLSONARO, 2019, [sem página]).

Vale a pena destacar na passagem anterior o jogo retórico do agora ex-presidente. Apontar, através da analogia ao casamento, a imperfeição fácil de ser notada em qualquer período histórico é uma maneira de naturalizar atrocidades que, em especial militares, cometeram durante sua estada no poder. Seriam coisas mínimas frente ao que se poderia considerar “avanços” em outros setores.

Analisando essa postura do antigo Governo Federal, Mauro Iasi (2019, [sem página]) afirma que:

A tentativa de ressignificação em curso é mais do que uma desinformação e uma manipulação grosseira de um fato histórico, é a tentativa de cobrir a infâmia com uma grossa camada ideológica que tenta acobertar crimes apresentando-os como atos redentores e

encobrendo seu verdadeiro significado, os interesses de classe envolvidos e os sujeitos que perpetraram a infâmia.

Vamos, então, na fala de Iasi que essa “releitura” do passado ganha respaldo das classes privilegiadas, que se beneficiaram da ditadura em vigor na época. Para justificar este link e explicar o ressurgimento deste debate, Schwarcz (2019) afirma que:

Nessas últimas circunstâncias, quando em geral ocorre o empobrecimento de uma parcela significativa da nação, a desigualdade aumenta e a polarização política divide a população — premida por sentimentos de medo, insegurança e ressentimento —, não são poucas as vezes em que se vai em busca de explicações longínquas para problemas que se encontram bem perto. É nesses períodos, ainda, que as pessoas se tornam mais vulneráveis e propensas a acreditar que seus direitos foram vilipendiados, seus empregos, roubados e, por fim, sua própria história lhes foi subtraída. Tais momentos costumam desaguar em disputas pela melhor versão do passado, que vira um tipo de jogo de cartas marcadas, condicionado pelas questões do presente. Nessa hora, a história se transforma numa sorte de justificativa, enredo e canto de torcida organizada (p. 21).

Almeida (2019) reforça o argumento e discorre sobre essa disputa e a conjuntura atual brasileira:

A disputa de sentido é feita com o oferecimento de subsídios para uma compreensão do país que nos apresente o “óbvio”, que só quem se dedica à escrita da história pode nos revelar: que a sociedade brasileira resulta de um processo político e culturalmente autoritário. Dizer isso é, hoje em dia, uma tarefa fundamental em tempos de desinformação utilizada como arma política e de revisionismos que pretendem transformar senhores de escravo em “empreendedores”, e escravos, em “colaboradores”; que responsabiliza minorias pela violência que sofrem e que afirma sem pudor que o “nazismo é de esquerda (p. 326).

Além da tentativa de revisionismo, o antigo governo tem um histórico de fomento ao desmonte de produção científica e acadêmica brasileira. O principal projeto do governo para as universidades foi o projeto “Future-se”, apresentado pelo Ministério da Educação (MEC). Projeto apresentado no dia 17 de junho de 2019 aos reitores de instituições federais, através de um “Power Point”, sem a documentação que se esperaria para lhe dar melhores fundamentos e análises.

Sobre o projeto o Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UFBa (2019) afirma:

Tal programa vem a público numa situação em que as universidades federais se encontram ameaçadas pelo estrangulamento financeiro, com o corte de 30% dos recursos, imposto pelo Governo Bolsonaro, o

que vem inviabilizando o seu custeio e funcionamento, como atestam por exemplo a relação com as empresas prestadoras de serviços, que já estão causando demissões de trabalhadores, cujo trabalho é indispensável para manter a universidade em funcionamento (p. 5).

A Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (2019) lançou uma nota questionando pontos do projeto apresentado. A associação caracteriza o projeto como uma profunda agressão à autonomia universitária, pois coloca como exigência firmar contratos com Organizações Sociais. Tal exigência atinge a autonomia administrativa e de gestão financeira que as universidades dispõem a partir da Constituição Federal de 1988. Também é colocado o questionamento sobre criação de um Fundo de Investimento, que leva um descompromisso crescente com o financiamento público do ensino superior, além da série de cortes e contingenciamentos nas agências públicas de fomento à pesquisa. Além desses pontos, a Associação afirma que o projeto exige modificações de dezesseis leis vigentes.

Durante sua tramitação o projeto foi rejeitado pelo Conselho Universitário de 26 universidades federais, pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela Associação Nacional de Pós-Graduandos e outras entidades através do *Manifesto em defesa do ensino superior público e gratuito*. Caso não fosse a forte resistência dessas diferentes entidades, o projeto teria se tornado uma realidade que daria grande trabalho redesenhar em um novo governo.

De volta ao tema de revisionismo sobre a ditadura, é importante discutir quando as tentativas de ressignificação do episódio histórico começaram. Em 2004, nos 40 anos do golpe, surgiram vários debates sobre a natureza do processo histórico ocorrido em abril de 1964 e sobre como se deveria rotular o período de intervenção militar no governo brasileiro. Sobre esta temática, Melo (2014) aponta que anos antes já haviam tido obras com conteúdos revisionistas sobre o golpe de 1964 que buscavam legitimar a intervenção militar.

Outra obra importante sobre a temática aqui tratada, *Democracia ou reformas?*, de Argelina Figueiredo, pretendeu oferecer uma leitura alternativa à Dreifuss, opondo-se a ele a partir de um conjunto de hipóteses contra factuais centrada na ideia de que nem a esquerda nem a direita possuíam apego ao regime democrático. Para esta autora, as opções dos “atores políticos

relevantes”, especialmente do próprio Goulart, ao adotarem o tom radical, limitaram a possibilidade de realização de reformas dentro do arcabouço institucional então vigente, o que levaria necessariamente a uma intervenção pela força (FIGUEIREDO, 1993, p. 161).

Para entender o que Figueiredo combatia, é importante discutir o que foi a obra de Dreifuss e seu foco. O sociólogo René Dreifuss trata em seu livro *1964: a conquista do estado* da interferência e organização do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), patrocinados por grandes multinacionais e pelos EUA na política brasileira e na conspiração do golpe de 1964. Tais institutos foram criados no fim do governo de Juscelino Kubitschek, mas só começaram a interferir mais na vida dos brasileiros no período do governo Jango. Sobre isso, o autor comenta:

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados a manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, eles, por sua vez, outros cinco. Eles concordavam em conduzir tanto as operações públicas quanto as encobertas. [...]

As operações secretas e discretas da burguesia insurrecional eram executadas por forças-tarefa especializadas, unidades de ação, grupos com codinomes e subsidiários (DREIFUSS, 2006, p. 176).

Ao escrever sua obra, além da corrente neoliberal e uso da crise da esquerda dos anos 90, Figueiredo tinha como respaldo os trabalhos de Jorge Ferreira, estudioso do trabalhismo, principalmente na Era Vargas. Em seus trabalhos, Ferreira enfatiza o silêncio da população no conflito entre direita e esquerda antes do golpe. Também retrata lideranças da esquerda, como Leonel Brizola, como sectário, intolerante e radical. Além de colocar o papel da direita sempre como reativa aos ataques da esquerda e assustada. De alguma forma exagerando e tornando caricata as ações e os personagens da esquerda, o autor acaba colocando a direita como vítima do radicalismo da esquerda. Mas, sempre é importante questionar, a qual esquerda se busca referir neste caso?

Segundo Carlos Fico (2014), João Goulart não era e nem estava próximo de ser um comunista. Ele era um fazendeiro, dono de uma grande quantidade de terras no Rio Grande do Sul, mas podia ser considerado um populista,

principalmente depois de aumentar em 100% o salário mínimo quando foi ministro do Trabalho. Jango também era bem visto pela população por ser considerado um afilhado de Vargas (p. 18).

E, no início de 1964, a esquerda atacava João Goulart, alegando que ele buscava conciliar com setores conservadores, como os latifundiários, e os setores conservadores também o atacavam, acusando-o de fomentar uma revolução comunista. Vemos, então, que a ameaça comunista sempre foi um fantasma utilizado para justificar ações de exceção.

Ademais, Melo (2014) critica a obra de Ferreira no que tange à metodologia. Considerando o tratamento das fontes como parte da construção do revisionismo, ao citar uma pesquisa de opinião, o autor lida de maneira acrítica com o teor ideológico dos dados encontrados. Os dados foram colhidos por agentes do governador Carlos Lacerda, portanto, a tendência ideológica deveria ter sido levada em consideração. Os dados também foram retirados de um livro de jornalistas críticos a João Goulart e não houve questionamento sobre uma pesquisa elaborada por um dos principais articuladores do golpe, Carlos Lacerda (MELO, 2014, p. 164-165).

Mas foi em 2004 que a discussão começou a ganhar grandes proporções. A biografia denominada *Jango: um perfil*, de Marco Antônio Villa, joga luz, novamente, para o revisionismo sobre o que foi o governo João Goulart e o golpe. Neste livro, é produzida uma série de estereótipos do ex-presidente na tentativa de desqualificá-lo e colocar a possibilidade de um golpe “de esquerda”:

[...] o leitor observará que Jango ameaçou com a possibilidade de dar um golpe de Estado – isso, evidentemente, quando tinha o controle da maior parte das Forças Armadas. O golpe de Estado acabou ocorrendo, só que contra ele e, principalmente, contra a democracia e o desenvolvimento econômico-social do Brasil (VILLA, 2004, p. 9 apud MELO, 2014, p. 167).

Apesar da construção narrativa realizada por Villa em seu livro, outros autores, além de Melo, discordam das conclusões do livro sobre João Goulart. Toledo (2006) afirma que:

Contudo, passados 40 anos, nem mesmo um simulacro de Plano Cohen foi descoberto (ou forjado) pela dura repressão que se abateu sobre os “subversivos”. Militares progressistas e democratas (alguns deles vinculados ao alardeado “dispositivo militar” de Jango), quadros

civis ligados diretamente à Presidência da República, setores de esquerda, entidades (CGT, UNE, ISEB etc.) tiveram seus arquivos apreendidos; freqüentes inquéritos políticos militares (IPMs) vasculharam as atividades de lideranças políticas e organizações nacionalistas e de esquerda. No entanto, nenhum documento (mesmo na forma de um simples esboço ou rascunho) – revelando os supostos planos golpistas ou continuístas de Goulart – foi descoberto pela inteligência repressiva. Nem mesmo os serviços de segurança norte-americanos (CIA, Departamento de Estado) – que colaboravam intensamente com as autoridades brasileiras – apresentaram, passados 40 anos, quaisquer indícios da decantada trama golpista de Goulart (p. 37).

O professor Villa, na mesma época concedeu uma entrevista para a Folha de São Paulo, afirmando que tanto os militares quanto Jango e Brizola queriam chegar ao poder por meio de um golpe:

O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder e que a democracia em 1964 tinha inimigo por todos os lados. Tanto é assim que o golpe veio (VILLA, 2004, [sem página]).

Em 2009, a disputa pela história da ditadura empresarial militar e do golpe voltou às páginas de jornal. A Folha de São Paulo em seu editorial “Limites a Chávez” emprega o termo “ditabranda”:

Mas, se as chamadas "ditabrandas" - caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça (...) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009, [sem página]).

Figura 2 – Protesto artístico contra o termo “ditabranda” utilizado pelo jornal Folha de São Paulo em 2009



Fonte: Portal Alexandria (2013).

Tal atitude causou uma comoção em diversos intelectuais e figuras públicas que lançaram um manifesto chamado *Repúdio e solidariedade* que critica categoricamente o termo empregado: “Ao denominar ditabranda o regime político vigente no Brasil de 1964 a 1985, a direção editorial do jornal insulta e avilta a memória dos muitos brasileiros e brasileiras que lutaram pela redemocratização do país” (TROPIA, 2023, [sem página]). O manifesto se coloca em solidariedade aos acadêmicos que responderam o editorial:

Assim, vimos manifestar-lhes nosso irrestrito apoio e solidariedade ante as insólitas críticas pessoais e políticas contidas na infamante nota da Direção editorial do jornal. [...] Maria Victoria Benevides e Fábio Konder Comparato merecem o reconhecimento e o respeito de todo o povo brasileiro (TROPIA, 2023, [sem página]).

Para responder a polêmica, Napolitano (2017) afirma:

os quatros primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista. Em outras palavras, a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro estava mais interessada na blindagem do Estado (p. 71).

Também, rebatendo afirmações de que os primeiros quatro anos da ditadura foram mais brandos e que a partir de 1968 houve um auge da repressão, Fico (2001) afirma:

Na verdade, essa aparente "ciclotimia" encobre um penoso processo de evolução e involução demoradas que correspondeu à montagem, ao apogeu e à decadência de um complexo e poderoso sistema nacional de segurança e informações. Tal sistema somente se consolidou entre 1969 e 1970, mais de cinco anos depois do golpe [...] (p. 18).

Ainda sobre o fato de a ditadura brasileira ser “branda” ao longo de sua primeira fase, podemos afirmar que já havia mortes e ataques à classe trabalhadora e duras repressões à organização da população. Com a promulgação do AI-5, a violência da ditadura foi aprofundada.

Por fim, Melo (2014) aponta um dos motivos interesse do jornal e sempre jogar luz para pensamentos revisionistas sobre o episódio:

A grande imprensa corporativa recepcionou de forma calorosa essa vertente revisionista que ganhou força desde a década passada. Afinal, com seus “esqueletos no armário”, sentia-se confortável para reconstruir uma memória sobre sua ampla participação, não só no

processo de culminou no golpe, como no apoio à ditadura. Afinal, não é difícil entender como deve interessar a órgãos como O Globo e Folha de S. Paulo leituras que indiquem que seus posicionamentos foram apenas a reverberação de uma “posição da sociedade” (p. 180).

A historiadora Carla Luciana Silva (2014), em seu trabalho intitulado *Imprensa e construção social da “Ditabranda”*, trata sobre o papel da grande imprensa na construção da interpretação histórica dos leitores. A autora destaca como a imprensa existe em toda a sua história como portadora de projetos sociais e que esses projetos são parte de uma visão de mundo e de interesses. Além disso, a mesma destaca que: “A grande imprensa é o grande agente da formulação de ideias, opiniões e posições políticas. E o faz de forma totalizadora, controlando o discurso contraditório” (SILVA, 2014, p. 190).

Quando se trata da ditadura, Silva (2014) coloca que a atuação da imprensa vem no sentido de construir uma visão histórica sobre o que foi esse episódio. Dando como exemplo a ocultação dos conflitos de classe da ditadura, a importância da imprensa para a consolidação do golpe de 1964 das tentativas de revisionismo e, principalmente, na tentativa da negação do próprio papel social da imprensa, tentando se colocar como neutra, rejeitando a teoria de que a imprensa é portadora de projetos sociais e ideológicos (SILVA, 2014, p. 151).

Nas palavras da autora:

A Folha de São Paulo, ao publicar o editorial da “ditabranda” passa de apoiador do golpe e da Operação Bandeirantes; passando por arauto da democracia nos anos 1980; até propor, vinte anos depois, que se esqueça da existência de uma ditadura no Brasil. Não é propriamente um esquecimento, mas um ocultamento, uma reinterpretação histórica (p. 196).

Então, é possível concluir que A Folha de São Paulo, de apoio à ditadura até “vistia amarelo pela democracia” em 2020, expressa as tentativas, vitoriosas ou não de construção de projetos sociais e ideológicos.

No ano de 2014, o historiador Marco Antônio Villa lança mais um livro sobre a ditadura, com o nome “Ditadura à brasileira”, aos 50 anos do golpe. Fernandes (2016) afirma que:

Embora as ideias do artigo Ditadura à brasileira não possuam nenhuma novidade, esboçou algumas das grandes estratégias da direita intelectual brasileira, entre as quais a obrigação de narrar, a todo custo, o golpismo histórico de João Goulart e o desprezo geral das esquerdas

pela democracia; a obrigação de abrandar a história dos “anos de chumbo”, azeitando-a em relação as outras ditaduras do Cone Sul, além de desviar, a qualquer custo metodológico, o olhar para projetos classistas distintos e em ferrenha disputa histórica no período prévio ao golpe (p. 15).

Com o avanço tecnológico e dos meios digitais, há uma criação de espaços que privilegiam práticas revisionistas. Segundo Genari (2018), é possível apontar algumas razões para tal acontecimento. Uma delas é a existência de uma falácia de que a internet promove a democratização do conhecimento. É sabido que o ambiente digital abriu espaço para pensadores quase invisibilizados, ampliou de modo nunca antes visto o acesso à informação e permitiu a pessoas comuns difundir suas ideias e trabalhos nas mais diversas áreas. Mas o acesso à informação e ao conhecimento não é completamente livre e, além disso, existe a dificuldade de aferir de que forma certo conjunto de dados foi produzido, sua origem e as fontes que sustentam as conclusões apontadas. Além disso, o autor problematiza o que é colocado e aceito como verdade mesmo sem fontes confiáveis. Isso se deve, também, ao fato de boa parte desse conteúdo chegar até os usuários através de pessoas próximas (p. 49).

O Brasil possui um dos maiores grupos de criação de conteúdos que se pode entender como revisionistas. A produtora “Brasil Paralelo”, com o seu canal de mesmo nome, conta atualmente com 1,28 milhão de inscritos. A empresa afirma ser isenta de ideologia e com conteúdo puramente informativo. Formada por jovens empreendedores que, engajados com o cenário político de 2014 e descontentes com a hegemonia cultural de esquerda, decidiram produzir conteúdo sobre um novo modo de se fazer política, possibilitando ao povo acesso a “versões ocultas” da história do Brasil (PICOLI, 2019, p. 10).

Fazendo uma análise sobre a empresa e o seu viés o autor ainda afirma:

A dimensão anti-intelectual de culto no discurso da empresa fica evidente quando termos como “missão” e “antídoto” são utilizados nas entrevistas e nas produções audiovisuais na denúncia à presumida perversão ideológica da mídia e da Escola. Segundo essa narrativa, todos os educadores e comunicadores escondem a verdade da população porque estão arregimentados em um suposto projeto de dominação mundial de esquerda (PICOLI, 2019, p. 11).

No ano de 2019 a produtora estreou o seu documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* que foi exibido na rede de cinemas CineMark, no dia 31 de

março de 2019. Este evento foi integrado ainda à “agenda comemorativa de 1964”. Devido às polêmicas na internet, a rede de cinemas emitiu uma nota com pedido de desculpas e removeu o documentário de sua programação após exibi-lo por um curto período.

Figura 3 – Agenda comemorativa do golpe de 1964



AGENDA COMEMORATIVA DE 1964

30 MARÇO 13:30 Inauguração do bar “O Destro” Local: Rua Pium-i, nº 787 Cruzeiro - Belo Horizonte.	31 MARÇO 10:00 Ato Público de comemoração do movimento cívico-militar de 1964. Local: Elevado Castelo Branco Bairro Carlos Prates.
PRESENCAS CONFIRMADAS:	31 MARÇO 20:00 Exibição do filme “1964: O Brasil entre armas e livros.” Local: Pátio Savassi

Fonte: IG (2019).

Figura 4 – Agenda do General do Exército Edson Pujol mostra "solenidade comemorativa ao dia 31 mar. 1964"

 Agenda do Comandante do Exército Gen Ex EDSON LEAL PUJOL De 25 Mar a 3 Abr 2019	
Dia	Hora
25 Mar (Seg)	
- Despachos Internos	Manhã
- Audiência com parlamentar	1130
- Despachos internos	Tarde
- Solenidade comemorativa ao 38º aniversário do CComSEX	1600
26 Mar (Ter)	
- Despachos Internos	Manhã
- Audiência com o Sr Presidente da Câmara dos Deputados	1100
- Audiência com o Sr Emb TURQUIA	1430
- Despachos Internos	Tarde
27 Mar (Qua)	
- Despachos Internos	Manhã
- Audiência com o PR da Confederação Nacional do Comércio	1500
- Despachos internos	Tarde
28 Mar (Qui)	
- Despachos Internos	Manhã/Tarde
- Jantar de Despedida do Ch EME	2000
29 Mar (Sex)	
- Solenidade comemorativa ao Dia 31 Mar 1964	0800
- Cerimônia de transmissão da Chefia do EME	1100

Fonte: UOL (2019).

Entendendo a sala de aula como espaço político voltado à reflexão e a história como ferramenta de legitimação ou negação de discursos, a disputa das narrativas se insere cada vez mais no ensino. Com o avanço tecnológico, canais como o Brasil Paralelo têm cada vez mais pautado as discussões em sala de aula, nas quais os alunos trazem questões referentes a este tipo de conteúdo. Assim, uma educação que seja politicamente orientada não pode se furtar de comentar tais questões.

A educação é parte fundamental no processo de construção de sujeitos, hoje, cada vez mais, a formação moral, a Educação Histórica, os sentidos das relações que os indivíduos estabelecem com os outros, dá-se pelos meios informais e não formais de educação, ambos que se beneficiam dos recursos disponibilizados pela internet, como redes sociais, plataformas de entretenimento e algoritmos de direcionamento (PICOLI, 2019, p. 7).

Picoli (2019) ainda alerta:

As implicações educacionais e políticas do discurso revisionista, como o empreendido pela “Brasil Paralelo”, que relativizam a violação aos Direitos Humanos, que justificam a violência de Estado e a barbárie não se dão em relação ao período histórico em revisão, mas em

relação ao futuro: é um projeto de barbarização que corrói por dentro uma democracia frágil e instável como a brasileira (p. 7).

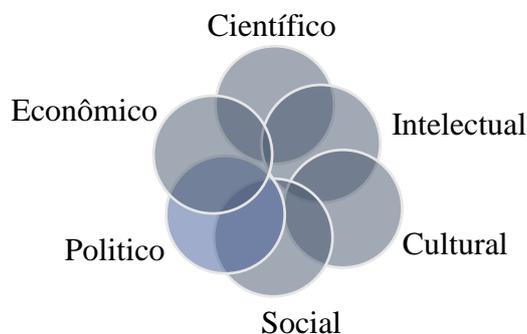
É perceptível que a ditadura compõe um passado que rememora diversas narrativas, operando e evidenciando batalhas pela história. Gerando enfrentamento em torno de qual é a legítima visão do passado permeia o ambiente escolar, tornando fundamental a discussão sobre essas diferentes visões, sobretudo diante do uso de leitura revisionistas.

Embora esta temática seja própria dos currículos de História, acreditamos que outras áreas, entre elas as ciências da natureza, precisam dar atenção a questões relevantes à sociedade e que estão no cerne político da educação brasileira. Há anos se reivindica que as Ciências Físicas sejam vistas como parte da cultura e, nesta perspectiva, a reflexão sobre episódios da História da Ciência pode ser uma grande aliada neste processo educacional (ZANETIC, 1990). Contudo, conforme discutido ao longo deste capítulo, não é qualquer historiografia que pode servir a este fim.

Gurgel (2020) afirma que para que a História das Ciências possa cumprir seu devido papel educacional é preciso reconhecer que há diferentes historiografia para um episódio histórico. Entender estas historiografias é, de certa forma, compreender diferentes contexto que a ciência se insere, como explica o autor:

O contexto **científico** é delimitado por aqueles que produzem o conhecimento e que trabalham com semelhantes pressupostos teóricos e metodológicos, que desenvolvem práticas de mesma natureza e que colaboram ou concorrem entre si. Há um microcosmo comum que une estes atores. Pode-se também pensar em um ambiente **intelectual** mais amplo, onde se verifica influências mútuas entre cientistas de diferentes áreas, mas também entre cientistas e artistas, ou, por exemplo, as inspirações de um físico ocorrida pela leitura de uma obra filosófica. Este contexto pode se ampliar para um plano **cultural** mais amplo e etéreo, em que o contexto é formado por desde imaginários quanto comportamentos coletivos. Além destes, pode-se pensar em contextos macros, que envolvem diferentes organizações e hierarquizações **sociais**, variadas formas de governo e agentes **políticos** e, finalmente, modos de produção e circulação de mercadorias, isto é, o contexto **econômico**” (GURGEL, 2020, p.337).

Fig 5 – Representação de diferentes contextos em que a ciência se insere.



Fonte: Gurgel (2020)

Temos, então, que o contexto político pode ser um dos importantes a serem tratados nas aulas de ciências.

Moura (2019) é ainda mais incisivo em suas ponderações sobre o papel de posicionamentos políticos no ensino. Em um texto que também é um editorial ao Caderno Brasileiro de Ensino de Física, no qual analisa o papel da educação no difícil contexto político vivido em anos recentes, ele afirma:

Estes são alguns dos aspectos do cenário brasileiro na atual conjuntura. O que quero problematizar é: dado essa difícil conjuntura, a que serve uma educação em ciências que a ignore? Observe-se que não estou afirmando que existe uma educação que serve a algo e outra que não serve, mas que produzir uma educação que ignore completamente a conjuntura política que vivemos é um ato consciente e político que serve a algo (MOURA, 2019, p.2).

Aliando-nos a tais posições, acreditamos que um estudo sobre o cotidiano de uma instituição científica brasileira durante uma das fases mais difíceis de nossa história possa trazer subsídios relevantes para que uma educação científica que não se furte de questões políticas possa se tornar uma realidade em salas de aula.

3 O ANO QUE NÃO ACABOU

O ano de 1968, também conhecido como “o ano que não acabou”, foi muito marcante tanto para a sociedade brasileira quanto para outros países do mundo. Nos países capitalistas centrais, houve um levante da juventude universitária contestando este sistema. O mais emblemático foi o maio francês, onde 10 milhões de pessoas saíram às ruas reivindicando outro modo de vida. De alguma forma não se acreditava mais nas promessas do capitalismo; pelo menos não na forma como as mesmas se apresentavam à época. Além disso, outros movimentos sociais ganhavam força em diversos países. Nos EUA, o assassinato de Martin Luther King revoltou o movimento negro (NETTO, 2014, p. 112).

No Brasil, houve também um levante estudantil, só que contra a ditadura. Em março, o estudante Edson Luís foi morto pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro. Tal acontecimento comoveu a população e mais de 60 mil pessoas foram ao seu enterro. A violência contra o movimento estudantil continuou no dia 21 de junho, na “sexta-feira sangrenta”, com um confronto entre estudantes e policiais que deixou 4 mortos e 23 baleados.

O ápice das manifestações deste período no Brasil foi a Passeata dos Cem Mil, realizada no dia 26 de junho, também no Rio de Janeiro. Foi um momento que o regime militar se sentiu pressionado e, em resposta às mobilizações, as passeatas foram proibidas pelo governo federal em julho do mesmo ano (NAPOLITANO, 2017, p. 90). Este são precedentes que nos ajudam a entender a escalada autoritária da ditadura até chegar no conhecido AI-5, que analisaremos mais adiante.

As forças militares e a mídia, mesmo antes do golpe, já estavam convencendo a opinião pública da “necessidade” de algumas ações, como podemos perceber em algumas tabelas.

Tabela 1 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas

Como o sr(a) considera o Governo João Goulart, até agora?	Ótimo	Bom	Regular	Mau	Péssimo	Não sabem
São Paulo	13%	29%	30%	7%	12%	9%
Araraquara	15%	24%	23%	10%	11%	17%
Avaí	18%	37%	19%	5%	5%	16%

Fonte: Motta (2014).

Tabela 2 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas

Em relação às reformas de base desejadas pelo presidente João Goulart, o sr (a) acha que elas são:	Absolutamente necessárias, e com urgência	Necessárias, porém com moderação, sem pressa	Não são necessárias	Não sabem
São Paulo	40%	39%	7%	14%
Araraquara	39%	24%	7%	30%
Avaí	52%	17%	6%	25%

Fonte: Motta (2014).

Tabela 3 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.

O sr (a) acha que o comunismo para o Brasil representa:	Um perigo imediato	Um perigo futuro	Não é um perigo	Não sabe
São Paulo	32%	36%	19%	13%
Araraquara	37%	26%	15%	22%
Avaí	37%	24%	9%	30%

Fonte: Motta (2014).

Além da maioria da sociedade achar que o comunismo era um perigo, Motta (2014) afirma que quase 80% dos entrevistados eram contra a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O que podemos inferir com esses dados é que, possivelmente, o caráter de construção de um ideário na população, mesmo com a construção empresarial-militar do golpe, pois existiu a vitória dos

aparelhos ideológicos que os conspiradores do golpe se apropriaram na construção de uma ideologia anticomunista.

Usando os dados de Guanabara e São Paulo já na ditadura é possível perceber outros elementos referentes à opinião pública da época.

Tabela 4 – Pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizadas na última semana de maio de 1964, na Guanabara (511 entrevistados) e em São Paulo (519 entrevistados)

Em sua opinião, qual a melhor forma para eleger-se o Presidente da República?	Eleição direta	Eleição indireta	Não sabe
Guanabara	80%	11%	9%
São Paulo	77%	12%	11%

Fonte: Motta (2014).

Tabela 5 – Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 5 e 13 de fevereiro de 1965 na Guanabara (505 entrevistados)

Na sua opinião a eleição para Presidente da República deve ser realizada em 1966 como foi marcada, ou considera que o mandato do Presidente Castelo Branco deve ser mais uma vez prorrogado?	Em 1966	Prorrogado	Não opinaram
	75%	12%	13%

Fonte: Motta (2014).

O regime colocado em 1964 tinha dois principais objetivos: o primeiro foi realizado por cassações e inquéritos policial e militar, que era eliminar algumas pessoas que estavam dentro do Estado como lideranças políticas, sindicalistas e militares contra o golpe. O segundo era cortar relações com movimentos sociais e qualquer movimento de massas situado no espectro político da esquerda (NAPOLITANO, 2017, p. 70). Nesse contexto, as Universidades viraram um dos principais alvos da ditadura, na tentativa de controlar e expurgar o perigo comunista do Brasil.

O ano de 1965 deveria ser o último do governo Castelo Branco, que tomou posse em 1964 afirmando entregar o cargo ao próximo presidente eleito pelo povo em eleições livres. Mas em 22 de junho de 1965, Castelo Branco aprovou

uma emenda constitucional que postergava em um ano a eleição presidencial. Netto (2014) comenta que, em 1965, ocorrem as eleições para governadores em que quatro estados elegeram candidatos da oposição: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. Tal acontecimento fez com que a “linha dura” do governo pressionasse o presidente para que agisse. Pressionado principalmente por Costa e Silva, Castelo Branco decreta o Ato Institucional número 2, que pôs fim às eleições diretas para presidência, extinguiu todos os partidos existentes e estendeu ao Executivo o poder para cassar mandatos. “Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal” (BRASIL, 1965, [sem página]).

Em fevereiro de 1966, o Ato Institucional número 3 estabelece eleições indiretas para governadores e nomeação para prefeitos das capitais. E, em março do mesmo ano, surgem os dois partidos aprovados pela ditadura, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partidos do regime e da oposição consentida, respectivamente.

Instaurada a ditadura, identifica-se que seu comando possuía duas tendências internas de grupos militares, a “Sorbonne” e a “linha dura”. Os militares da “Sorbonne” eram oficiais do alto escalão, que fizeram as suas formações militares na Escola Superior de Guerra (ESG) e que se preocupavam com a parte administrativa e burocrática e estavam no comando do IPES, como Golbery do Couto e Silva. Já os “linha dura” eram intelectuais mais pragmáticos, parte do exército mais radical e violenta, cujos interesses eram de intensificar os expurgos contra os opositores e eram contrários aos intelectuais do grupo da Escola Superior de Guerra e encontravam apoio principalmente nos coronéis, tendo como grande exemplo Costa e Silva, um dos presidentes da ditadura. Essas duas tendências disputavam internamente a direção do regime, mas tinham um objetivo em comum, que era sua preservação (NETTO, 2014, p. 85-86).

Durante o ano de 1966, Castelo Branco enfrenta um problema interno do regime, que é a disputa pela sucessão de seu cargo. O maior problema enfrentado pelo militar alinhado à “Sorbonne” é o protagonismo e aumento da popularidade dos militares “linha dura”, especialmente na figura de Costa e Silva.

Contra a vontade do presidente, Costa e Silva se lançou como primeiro candidato à presidência para a eleição indireta que ocorreu naquele ano. A corrente mais truculenta do regime tinha apoio de três dos quatro comandos que dirigiam a ditadura. Em outubro de 1966, Costa e Silva foi eleito presidente com 295 votos dos 492 senadores e deputados votantes e toma posse em 15 de março de 1967 (NETTO, 2014, p. 103-104).

Costa e Silva já havia tentado chegar ao poder antes. No golpe de 1964, se intitulou “comandante chefe do Exército Nacional” e “líder do Comando Supremo da Revolução”, mas a revelia do seu querer, Castelo Branco foi nomeado presidente e deixou Costa e Silva com o cargo menor de ministro da Guerra (FICO, 2004, p. 34).

Antes de deixar o poder, Castelo Branco ainda promulga seu último Ato Institucional, o AI-4, que revoga a constituição de 1946. Em 1967, a ditadura irá apresentar à sociedade brasileira uma nova constituição, a sexta na história do Brasil. Entre as passagens mais relevantes, coloca-se a aparição do conceito de segurança nacional, com uma seção própria – seção V da constituição – e um ataque profundo à imprensa e às liberdades democráticas no artigo 152:

§ 2º - O Estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:

- a) obrigação de residência em localidade determinada;
- b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;
- c) busca e apreensão em domicílio;
- d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;
- e) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; (BRASIL, 1967, [sem página]).

Este exemplo mostra como a ditadura seria a partir de então e seu caráter antidemocrático e violento.

Além da repressão, o governo de Costa e Silva, sucessor de Castelo Branco, promoveu outros ataques à população. Iniciou uma reforma universitária, que será destrinchada no capítulo seguinte. Na saúde, avançou nas privatizações da medicina e colocou um empresário hospitalar como ministro da saúde, o Leonel Miranda. Colocou como ministro da justiça o reitor da USP, Gama e Silva, um dos principais animadores do Comando de Caça aos

comunistas. E, na direção da economia, Delfim Netto, que aumentou controle federal sobre as finanças públicas e a oferta de crédito ao setor privado, provocando maior inserção de empresas estrangeiras no Brasil (NETTO, 2014, p. 107).

Também em 1968 surgiram os grupos que acreditavam no combate armado à ditadura. Neste ano, Carlos Marighella deixa o PCB para fundar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e também surgem o PCBR, POLOP e POC, todos com objetivos semelhantes aos da ALN.

Toda a tensão já existente entre a população e o regime estava prestes a explodir. Em setembro, o deputado do MDB Márcio Moreira Alves faz um discurso na Câmara dos deputados onde defende um boicote popular à ditadura e ao sete de setembro.

Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os alagozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai e cada mãe se compenetrassem de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile (RÁDIO CÂMARA, 1968, [sem página]).

Além disso, teceu duras críticas ao Exército, o que causou indignação nos militares. O governo encaminhou, então, um pedido de cassação da licença do deputado, que foi negado por 216 votos contra 141, deixando claro que membros da ARENA votaram contra o desejo dos militares. Derrotado, o governo chama o Conselho de Segurança Nacional, no qual, entre os conselheiros, estava Gama e Silva, um dos relatores do AI-5. Na noite do dia 13 de dezembro, Gama e Silva anunciou nas cadeias de rádio e TV o Ato Institucional número 5, que causou a perda de direitos políticos de cerca de 500 cidadãos brasileiros (NAPOLITANO, 2017, p. 94).

Figura 5 – O ministro da Justiça Luís Antônio Gama e Silva na promulgação do AI-5, ao lado, o locutor Alberto Curi, no Palácio Laranjeiras



Fonte: O Globo (2018).

Para muitos, o AI-5 foi o golpe dentro do golpe. Assinado pelo general-presidente Costa e Silva, o AI-5 aprofundou a violência da ditadura e criou um Estado de exceção no Brasil, eliminando praticamente todas as liberdades individuais dos cidadãos (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2008). Passagens do Ato, como os artigos 2 e 10, abaixo, exemplificavam o aprofundamento do golpe dado em 1964.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (BRASIL, 1968, [sem página]).

Em seu livro, Fico (2001) tenta resumir o caráter do AI-5:

O Ato Institucional nº 5, portanto, viria como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente os de 1968, foram utilizados como "prova" da necessidade de um sistema de segurança rigoroso, mas é claro que esta radicalização, em boa parte, foi fomentada pelos próprios radicais (p. 64).

Sobre o ato, Netto (2014) afirma: "O Estado tornava a violência o seu instrumento sistemático e prioritário de manutenção – e, a partir de então, a tortura não conheceria nem mesmo fronteiras de classe" (p. 135).

Há uma grande polêmica sobre essa primeira parte da ditadura, do golpe até o AI-5. O autor do livro *Ditadura Envergonhada*, Elio Gaspari, dá em seu livro uma interpretação de que a ditadura queria fazer uma “limpeza” política para então entregar o estado para os civis. Outra polêmica envolvendo a ditadura brasileira é o termo “ditabranda” empregado pelo jornal Folha de São Paulo em seu editorial do ano de 2009, conforme comentamos anteriormente.

Ainda sobre o fato de a ditadura brasileira ser “branda” ao longo de sua primeira fase, podemos afirmar que já havia mortes e ataques à classe trabalhadora e duras repressões à organização da população. Com a promulgação do AI-5, a violência da ditadura foi aprofundada.

Em 1969, Costa e Silva é acometido por uma doença e a alta cúpula dos militares decide por não deixar seu vice, Pedro Aleixo, tomar posse. Foi então construída a Junta Militar, formada pelo general Aurélio Tavares, o almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Marcio de Sousa e Melo. Em outubro, as Forças Armadas comunicaram ao povo brasileiro a indicação do general Garrastazu Médici para a próxima presidência do Brasil. Médici era um desconhecido do povo brasileiro, ex-chefe do SNI e da ala “linha-dura” da ditadura (NETTO, 2014, p. 140).

No governo de Médici aconteceu o ápice do setor de informação e espionagem do regime. Esse setor teve seu início ainda no governo do Castelo Branco com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), comandada por Golbery, o mesmo que já dirigia o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Golbery já estudava órgãos similares desde 1950, e a criação da SNI contou com consultoria de norte-americanos. O militar desejava estruturar um órgão que tivesse alinhamento com a “doutrina de segurança nacional” (FICO, 2001, p. 40).

Segundo Fico (2001), a SNI: “Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina” (p. 81). A SNI provavelmente também se envolveu em ações de repressão policial, como prisões e interrogatórios, e contava com cerca de dois mil funcionários.

Com a evolução dos aparatos de informação, em 1967, foram criadas Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis. O objetivo das DSI era assessorar os ministérios em tomadas de decisões que envolvem a segurança nacional. Os seus diretores em geral eram oficiais superiores como coronéis ou generais. As DSI eram subordinadas ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e funcionavam nas seções do conselho de cada ministério. Com a chegada de Médici ao poder, as DSI passaram a ser tuteladas pelo SNI, e o CSN passou a se concentrar em propor medidas e estudos de segurança e da mobilização nacional (MOTTA, 2014, p. 194).

Também no governo Médici foi aprovado o Plano Nacional de Informação (PNI) e estimulada a subdivisão das DSI em subdivisões públicas, autarquias e fundações. Com isso foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança da Informação (AESIS), que mudam de nome com a reformulação do sistema em 1975 para ASI. As AESIS também estiveram presentes nas universidades (MOTTA, 2014, p. 195).

Com o PNI foi criado o Sistema Nacional de Informações (Sisni). FICO (2001) define o Sisni como: “um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (p. 100). Com a ideologia anticomunista tão afluída, em junção com a desconfiança sistemática, os agentes da informação desenvolveram técnicas para criar culpados. “Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém” (FICO, 2001, p. 101), além das cotidianas acusações de subversivos e imorais sem base concreta.

Também entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70 foi criado o DOI-CODI, Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operação de Defesa Interna, para conter e reprimir o crescimento das guerrilhas. O DOI-CODI foi inspirado na Operação Bandeirante (Oban), aparato que tinha militares e policiais civis e militares, que tinham ampla liberdade de ação. O seu modelo era de esquadrão da morte, e tinha como métodos a tortura e a execução. A Oban, apesar da eficiência em dizimar os guerrilheiros, não agradava a alta patente do regime, pois tinha policiais sabidamente corruptos e assassinos. Então, o DOI-

CODI foi criado com inspiração na Oban, mas sob controle direto dos comandos de casa do Exército (NAPOLITANO, 2017, p. 134).

Como exemplo do empenho dos EUA na manutenção da ditadura mesmo depois de anos do golpe realizado, Fico (2001) afirma: “Há fortes indícios de que a OBAN foi criada com ajuda ou orientação norte-americana” (p. 115). Norte-americanos estavam inseridos desde o sistema de espionagem até os aparatos de repressão da ditadura.

Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informação (EsNI), subordinada à SNI. Escola frequentada por civis e militares, tendo como horizonte a produção de um aparato semelhante à CIA americana, uma agência civil do governo. Foi fundada a partir do intercâmbio de doze oficiais para entender os serviços de informação dos EUA, Israel, Alemanha e Inglaterra. 120 pessoas se graduavam todos os anos, sendo 90 delas civis (FICO, 2001, p. 82).

O governo Médici também foi o tempo do “milagre econômico”, expressão dúbia e imprópria para chamar os anos entre 1969 e 1974. Ao tratar deste tema é importante colocar que não houve mistério na política econômica brasileira para causar os números que a ditadura se vangloriava. O PIB per capita cresceu em 51%, aumentou 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972, 14% em 1973 (NETTO, 2014, p. 151).

Mas o que verdadeiramente causa o crescimento do PIB per capita?

O PIB per capita indica quanta riqueza cada habitante de uma região produziu em um período específico. Ele é calculado pela divisão da população total de um país pelo resultado do PIB. Já o PIB é a soma de todas as riquezas geradas por um país.

Tomando como base a Tabela 6, é possível perceber que a concentração de renda aumentou consideravelmente, privilegiando as para as camadas mais ricas do país. Há o aumento do PIB, mas sem uma melhoria da qualidade econômica do país, pois não há aumento na distribuição de renda ou na renda dos 50% mais pobres do Brasil.

Comparação da distribuição da Renda no Brasil 1960, 1970 e 1976			
População Economicamente Ativa (Porcentagem)	Participação na renda (%)		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	18	15	12
30% seguintes	28	23	21
15% seguintes	27	27	28
5% mais ricos	27	35	39

Fonte: Netto (2014, p. 156).

A partir da análise desta tabela, Netto (2014) afirma que: “os anos de ‘milagre’ comprovaram, com transparência cristalina, que o regime de abril atendia aos interesses dos grandes proprietários e dos grupos monopolistas” (p. 155).

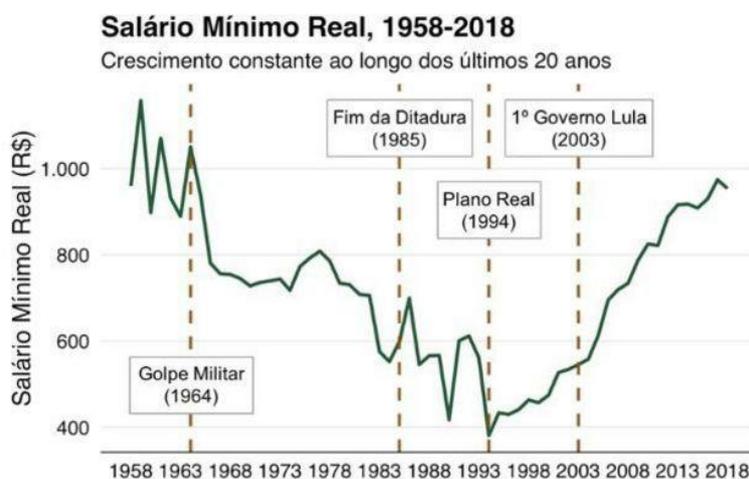
A afirmação anterior ainda ganha força quando vemos que Moreira (1989) afirma que:

À parte o drástico contraste entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres, é importante observar que uma pequena classe média consegue, no período, manter e mesmo elevar ligeiramente sua parte na distribuição da renda. O que ajuda a compreender o relativo entusiasmo que integrantes desse grupo começam a demonstrar pela política econômica do governo (p. 149).

Para começar a falar do “milagre econômico”, Napolitano (2017) afirma que: “Apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar dos resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime” (p. 147). O questionamento sobre essa afirmação é: será que um dos resultados de uma expansão capitalista não é a desigualdade?

Como forma concreta de mostrar que o “milagre” não foi para todos é possível ver que houve uma perda real no salário mínimo, como se pode observar na Figura 6, entre os anos de 1964 e 1973.

Figura 6 – Salário mínimo real ao longo dos anos



Fonte: BBC (2018).

Netto (2014) escreve que o arrocho salarial é um dos elementos do modelo implementado na ditadura, além da concentração de riqueza, financiamento do capital através de subsídios, altas taxas de lucro para os monopólios e direcionamento da produção agroindustrial para o mercado interno. Esse conjunto de ações resultou no dito “milagre econômico” (p. 153), mas efetivamente tem pouco de avanço.

O autor também apresenta como contraposição em relação às áreas que mais interessam à população, como a educação. O orçamento nacional destinado à educação caiu de 7,74% do orçamento total do governo em 1968 para 0,99% em 1974. (p. 157).

Existia o lado B do milagre e, como exemplo, podemos citar a periferia de São Paulo nos anos 1970. Os bairros distantes e carentes de saúde, escola e urbanização viraram amontados de trabalhadores e imigrantes.

“A precariedade das condições materiais e serviços públicos ensejava tanto a violência, muitas vezes banais entre vizinhos, quanto a solidariedade” (NAPOLITANO, 2017, p. 272).

A lógica empregada no Brasil com o avanço do capitalismo e um serviço público ineficiente era vista na desorganização do espaço urbano. Com esse cenário começaram a surgir movimentos sociais associados à igreja ou não, muitos para minimamente melhorar as condições de vida desses trabalhadores (NAPOLITANO, 2017, p. 272).

Enquanto o governo modernizava seus aparatos de espionagem, informação e se agarrava ao discurso de “milagre econômico”, aqueles que tentavam lutar contra a ditadura eram dizimados pelos seus aparatos de repressão. A ditadura tinha uma estrutura oficial e organizada, mas também tinha uma gama de organizações paramilitares, clandestinas para fazer de modo eficiente o trabalho de terror, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC). Aparatos que surgiram antes da ditadura, mas com o enraizamento da ideologia anticomunista foi utilizada pelo regime (FICO, 2001, p. 20).

Um dos exemplos mais emblemáticos de repressão aos comunistas foi o massacre que acontece ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Araguaia. Em 1973, o PCdoB, teve o ápice dos seus militantes no sul do Pará, que começaram a chegar em 1966, na tentativa de replicar o que foi a Revolução Chinesa, que, por sua vez, começou no campo. Alguns dos seus militantes foram treinados na China, se integrando à vida local e desenvolvendo atividades de assistência e ajuda para os moradores. Em 1972, eles foram detectados pelos serviços de inteligência do regime que começou o processo de repressão, foram duas tentativas falhas de acabar com os militantes, até que em 1973 invadiram a região aterrorizando e torturando a população. Dezenas de militantes foram mortos, mas nenhum teve o seu corpo enterrado no devido local. O jornal O Estado de São Paulo chegou a noticiar o acontecimento, mas sem repercussão; só em 1979 foi revelado o massacre que aconteceu no Araguaia (NETTO, 2014, p. 163-164).

Com esse aprofundamento da repressão, denúncias começaram a surgir. Em 1972, o regime começou a enfrentar a “crise dos desaparecidos”, momento em que os inúmeros desaparecimentos da ditadura começaram a ser divulgados no exterior e mobilizações sistemáticas de familiares dos desaparecidos surgiram (NAPOLITANO, 2017, p. 136).

Sobre a divulgação que era realizada no exterior e a recepção dos militares a esse fato, Fico (2001) afirma:

As denúncias vindas do exterior, acusando o regime militar de práticas atentatórias aos direitos humanos, geravam grande irritação no meio castrense, seguramente por duas razões: eram verdadeiras e vinham "do estrangeiro", a supervalorizada instância mítica de comparação

dos militares nacionais, que, assim, sentiam-se inferiorizados (FICO, 2001, p. 167).

A censura também chegava ao seu ápice nesse período:

A censura era um dos esteios do regime militar brasileiro juntamente com a propaganda política e os três grandes sistemas já estudados. Foi amplamente utilizada para impedir a divulgação de temas na imprensa ou para coibir manifestações artístico-culturais (FICO, 2001, p. 166).

Artistas com Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque, que ficaram muito conhecidos pelas críticas à ditadura, estavam no exílio forçado. A repressão e a censura atingiram todas as correntes estéticas do meio cultural, principalmente as mais críticas e abertamente de esquerda (NAPOLITANO, 2017, p. 174).

A censura também estava nos meios de comunicação

“[...] os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do ‘movimento comunista internacional’; os escritores, diretores e atores de TV e teatro, segundo os papéis da comunidade, tentavam doutrinar o povo com ‘ideologias alienígenas’ ou corrompiam-no com pornografias” (FICO, 2001, p. 166).

A juventude, principalmente a universitária, também foi perseguida. Diversos professores de universidades sofreram sistemática censura e repressão, mas tal tema será destrinchado no próximo capítulo.

Com todas as estruturas da ditadura consolidadas e em pleno vapor, Médici passa a presidência para Geisel em 15 de março de 1974. Nesse governo a ditadura começa a dar sinais de fragilidade, há um esgotamento do discurso de “milagre econômico” e uma perda na legitimidade do terrorismo do Estado. Mas ainda serão 5 anos até a abertura e mais de uma década até o fim efetivo dos governos militares.

Sobre o governo Geisel, Napolitano (2017) afirma que os “anos de governo do presidente Geisel constituem um particular exercício de compreensão dialética da história, ou seja, aquela que leva em conta as contradições intrínsecas ao seu período” (p. 229). Ao tentar ser mais maleável e diminuir os aspectos de “ditador”, Geisel contribuiu para o começo do fim da ditadura.

Além disso, alguns fatos são importantes no começo do governo Geisel. Primeiro, com a volta do general Golbery do Couto e Silva ao governo – general este que foi o idealizador do IPES e um dos principais articuladores do golpe de 1964 – agora como novo ministro da Casa Civil. Também, esse governo começa a tentar ter uma legitimidade com o seu partido, ARENA, e tenta ter uma mínima abertura política. Exemplo disso foram as eleições de novembro de 1974, onde foram feitas as renovações para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Havia a certeza de uma grande vitória do ARENA e, por isso, o governo concedeu uma distribuição igualitária de tempo nos meios de comunicação, liberdade de expressão e nenhuma violência aos opositores. Netto (2014) coloca:

Pela primeira vez desde dezembro de 1968, a oposição pôde denunciar ao país, abertamente, nos meios de comunicação e nos espaços públicos, a política econômica da ditadura (o arrocho salarial, a concentração de renda, a desnacionalização da economia), o caráter antidemocrático do regime, a necessidade de extinguir o AI-5 e a urgência de estabelecer um Estado de Direito Democrático, com o respeito aos direitos humanos (p. 180).

Com essas denúncias, os resultados das eleições foram surpreendentes. No Senado, o MDB teve 59,3% dos votos contra 41% do ARENA; na Câmara, o ARENA obteve 51% e o MDB 48%; e na Assembleia, o ARENA obteve 52% e o MDB 47,9%. O caráter inesperado dessa eleição veio do fato que o voto virou um voto de apoio ou não à ditadura, de tal modo que votar no ARENA significava um voto a favor da ditadura e votar no MDB um voto contrário ao regime. A partir desse resultado, o ARENA perdeu os dois terços que tinha e lhe garantia maioria absoluta. Então a oposição poderia barrar alguns projetos e, para que o regime pudesse ter projetos antidemocráticos aprovados, Geisel teve que apelar para arbitrariedades (NETTO, 2014, p. 180).

O medo e o terror pareciam dar lugar à oposição à ditadura. Algumas entidades entusiastas do golpe começaram a se colocar contra o regime. A OAB, em seu congresso realizado no ano de 1974, distancia-se do regime e tem como tema do congresso “O advogado e os direitos do homem”. Em outro episódio, o frade Dom Paulo Evaristo Arns entregou ao general Golbery uma lista de 22 desaparecidos. Tal ação resultou em um pronunciamento, em fevereiro de 1975, do ministro da justiça Armando Falcão dando uma série de destinos para 23

desaparecidos dos 27 que já tinham sido cobrados. Dentre os 4 nomes sem resposta estava o da professora do Instituto de Química da USP Ana Rosa Kucinski (NAPOLITANO, 2017, p. 245).

Figura 7 – Publicada da Folha de São Paulo da nota do ministro Armando Falcão

FOLHA DE S. PAULO

Falcão divulga nota e diz que vai reunir Conselho

BRASILIA (Sucursal). — O ministro Armando Falcão, da Justiça, entregou, ontem, à imprensa, uma nota oficial contendo informações sobre 23 pessoas, de acordo com dados constantes dos registros dos órgãos de Segurança e Informações.

Além da nota distribuída, Falcão afirmou que não teria qualquer declaração sobre nenhum assunto. Entretanto, diante da insistência da imprensa, terminou por afirmar que logo na reabertura do Congresso se reunirá com os membros do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana, pela primeira vez, desde que assumiu o Ministério da Justiça.

ABERTURA DO CONGRESSO



Fonte: Folha de São Paulo (1975).

O governo Geisel teve um saldo de 39 opositores desaparecidos, 42 mortos pela repressão e em 1976 o congresso foi fechado durante 15 dias. Apesar de uma “tentativa” de abertura nas eleições, o governo se utilizou de todos os aparatos que a ditadura disponibilizava para impor seu poder (NAPOLITANO, 2017).

A perseguição volta a crescer no governo Geisel. Depois da derrota nas eleições, em janeiro de 1975, o governo passou a promover uma série de prisões de militantes do PCB em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, centenas de militantes foram presos e seu ápice foi o “desaparecimento” de alguns dirigentes do comitê central do partido. O PCdoB também estava sofrendo perseguições do governo e, em dezembro de 1976, ocorreu o “massacre da Lapa”, episódio onde militantes do comitê central do PCdoB foram fuzilados em uma ação militar durante uma reunião do partido na Lapa (NETTO, 2014, p. 181).

Essa perseguição aos comunistas voltou a crescer também nos veículos de comunicação. A comunidade de informação passou a enxergar qualquer matéria jornalística ou televisiva com um cunho mais crítico como uma infiltração dos comunistas e tal infiltração levaria a uma “comunização da população”. Com

isso, a comunidade que promovia a censura aos meios de comunicação realizava análises muito subjetivas ao tentar achar um viés comunista em algumas matérias. Essa ação fez com que matérias que não tinham cunho comunista fossem censuradas (FICO, 2001, p. 182).

Como preparativo para as eleições de 1976 e na tentativa de barrar o crescimento eleitoral da oposição, é sancionada a Lei Falcão de número 6.339/1976, que no seu artigo um afirma no primeiro parágrafo:

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal, as emissoras reservarão, nos 30 (trinta) dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos à noite entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita, respeitada as seguintes normas:

I - na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios (BRASIL, 1976, [sem página]).

A partir dessa lei era restringida a propaganda política; na televisão a leitura do currículo do candidato era feita em voz “*off*”. Tal ação deu resultados e o ARENA elegeu 30 mil vereadores, contra 5,8 mil do MDB. Este é um exemplo da força do regime em relação aos meios de comunicação.

Colocado outra vez como força hegemônica, o governo começou a tentar um “diálogo” para promover a revogação do AI-5. A figura política para essas conversas foi o senador Petrônio Portela, pois era uma figura respeitada pela oposição. O objetivo do governo era criar o consenso para aprovar algumas reformas políticas no país e, a partir disso, revogar o AI-5. O governo apresenta a Emenda Constitucional número 7 para votação no Congresso, mas ela é negada. E, como resposta a tal ação, Geisel fecha o Congresso no dia 1º de abril de 1977. Então, ele coloca em vigor as emendas constitucionais de número 7 e número 8 e vários decretos-lei, que ficaram conhecidos como “pacotes de abril”. Sobre essas reformas, Napolitano (2017) afirma:

Em resumo, os “pacotes de abril” instituíam a eleição indireta para um terço do Senado (cujos membros eram indicados por um colégio eleitoral estadual de maioria governista), mantinham as eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos (onde a Arena era mais bem votada), sacramentavam as restrições à propaganda eleitoral e alteravam o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da Câmara para maioria

simples. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos, valendo a partir do sucessor de Geisel (p. 257).

O recesso durou até o dia 15 de abril apenas, mas o pacote imposto pela ditadura iria ter um resultado efetivo nas eleições de 1978. Para o Senado, o MDB conquistou 4,3 milhões de votos a mais que o ARENA, mas pelo fato de um terço do Senado ser por eleição indireta, o ARENA ficou com 36 cadeiras e o MDB com 9. Os resultados da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa mostraram o grande crescimento da oposição – e nos dois o ARENA ganhou – mas na Câmara o ARENA ficou com 231 cadeiras contra 189 do MDB e nas Assembleias, 492 contra 353 (NETTO, 2014 p. 198).

Junto ao início da perda do medo da população para com a ditadura e as matérias jornalísticas críticas ao regime crescendo, o governo também começa a perder aceitação internacional por parte de países importantes. Com a chegada de Jimmy Carter à presidência dos EUA em 1977, o país adota uma política de defesa dos direitos humanos, o que fez o presidente parar de respaldar as ditaduras e a violência estatal em muitos países.

Na Europa deste período houve uma crescente de governos sociais democratas, principalmente na França e na Itália, e a perda de poder dos países que ainda tinham colônia na África, como Portugal, pois esta é uma época em que começaram as revoltas armadas para libertação dos países africanos, que levaram à independência da Angola (onde o primeiro presidente a reconhecer como país foi o Geisel), Moçambique e outros, causando uma fragilidade aos países europeus que dependiam deles. Essa conjuntura internacional enfraqueceu ainda mais o respaldo internacional da ditadura, não só a ditadura brasileira, mas também outras que também estavam imperando na América Latina (NETTO, 2014, p. 187).

Com a ditadura tensionada, surgiu um nome para a sucessão de Geisel que não é da sua preferência. O general Silvío Frota não estava satisfeito com os caminhos que o governo seguia, fazia críticas públicas ao governo e arquitetou um golpe dentro na ditadura. No dia 12 de outubro de 1977, Frota é demitido do governo, mas dada a sua inserção nas bases, boa parte do Exército ficaria ao seu lado nessa conjuntura. Pela manhã, Frota redigiu um manifesto de oito páginas onde acusava o governo Geisel de ser complacente com o

comunismo e que ele estava ferindo a “Revolução”. Distribuiu o manifesto para a imprensa e aos comandos militares e convocou uma reunião com o alto-comando do Exército. Mas sobre o desfecho do episódio, Napolitano (2017) explica:

Antes de demitir Frota, Geisel e Golbery neutralizaram os eventuais apoios dos comandos dos Exércitos a Frota, além de deixar todo o ritual burocrático da demissão devidamente preparado, com direito a decreto e edição extra do Diário Oficial, para selar sua demissão, com todos os devidos rituais burocráticos. O dia da demissão foi escolhido a dedo, pois se tratava do feriado de 12 de outubro, Dia da Padroeira do Brasil. O feriado fazia de Brasília uma cidade vazia e fantasma, ao menos de repartições públicas e expedientes burocráticos que poderiam se agitar, pró ou contra, os rumores de golpe. Como o manifesto de Frota não chegara aos quartéis, estes permaneceram calmos nas horas fatais (p. 270).

Neutralizadas todas as formas de organização das bases militares, só restava a Frota a reunião com o alto-comando do Exército. Mas Geisel convocou os generais para ir ao Palácio do Planalto e não ao Ministério do Exército, como era de se esperar. No fim das contas, a reunião com Frota nunca aconteceu e se deu o fim aos seus planos.

O ano de 1977 também foi o que marca um novo momento para a ditadura, que colocou João Baptista Figueiredo como candidato à presidência, Mas, rompendo com a tradição desse regime, desta vez a oposição também lança um candidato militar ao governo, Euler Bentes. Dado esse cenário, voltaram a ser feitas campanhas e comícios para a população, as algo que não chegou e ter um resultado prático.

Em 15 de outubro de 1978, Figueiredo foi eleito com 355 votos com 266 para Bentes. Contudo, o MDB obteve um resultado muito expressivo nas eleições geais. O partido realmente assumiu o discurso oposicionista e alimentou as manifestações de rua (NAPOLITANO, 2017, p. 271).

Em seu governo, Figueiredo começou a ver a queda da ditadura. Desde antes da sua entrada, uma ampla campanha pela anistia desponta. Os pedidos de “anistia ampla, geral e irrestrita” surgiram em atos e nos mais diversos

momentos, como foi no jogo Corinthians e Santos em 1979, onde foi estendida uma faixa com esse lema¹.

Figura 8 – Faixa estendida no jogo Corinthians e Santos em 11 de fevereiro de 1979



Fonte: Jardim (2019).

A luta travada pela anistia deu um resultado parcial. A Lei número 6.683 de 28 de agosto de 1979 possibilitou o regresso dos exilados, mas não admitiu que os militares expurgados voltassem aos seus postos e anistiava também os que mataram, torturaram e desapareceram diversas pessoas durante o regime.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que **tiveram** seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. (BRASIL, 1979, [sem página]).

Comparato afirma sobre a Lei de Anistia:

É deplorável constatar que o nosso país é o único na América Latina a continuar sustentando a validade de uma auto-anistia decretada pelos militares que deixaram o poder. Na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Peru, na Colômbia e recentemente na Guatemala, o Poder Judiciário decidiu pelo flagrante inconstitucionalidade desse remendo

¹ Um dos presos por fazer essa ação foi Carlos MacDowell de Figueiredo um dos entrevistados deste trabalho.

institucional. [...] No Brasil, bem ao contrário, até hoje nem um só autor de crime praticado no quadro do terrorismo de Estado do regime empresarial-militar foi condenado pela Justiça (CARTA CAPITAL, 2014, [sem página]).

Essa ação teve uma resposta da direita que ainda defendia a ditadura. Desde 1976, uma organização chamada Aliança Anticomunista do Brasil (AAB) praticava atentados. O governo militar tolerava tais atentados, pois a organização era constituída por civis, mas, principalmente, por militares. Em 1980 foram realizados 46 atentados que tiveram como vítimas bancas de jornal que faziam publicações de esquerda, sindicalistas e personalidades conhecidas pela luta por direitos humanos. Mesmo com todos esses atos a ditadura não prendeu nenhum responsável por esses crimes. Na verdade, colocavam a culpa na esquerda. Em um dos principais atentados, um show do Chico Buarque, dois militares estavam com bomba para causar um atentado no local, mas a bomba explodiu ainda no estacionamento; um militar morreu e outro foi hospitalizado. A versão dada pelos militares foi que a esquerda teria realizado o atentado (NETTO, 2014, p. 218).

A “abertura” continuou também em 1979 o congresso aprovou a Lei número 6.767, que acabava com o bipartidarismo e colocava a possibilidade de construção de um sistema pluripartidário. No entanto, continuava vetada a existência de partidos comunistas. Essa lei resultou em uma divisão muito grande do MDB. A maior parte do ARENA continuou em unidade no PDS, mas o MDB se dividiu entre PMDB, PP, PDT, PTB e PT. Essa divisão acabou dificultando muitos trabalhos da oposição (NETTO, 2014, p. 221).

Mas tais medidas não pararam a pressão popular. Os movimentos sociais que foram surgindo durante a ditadura, não necessariamente com um viés comunista, mas ligados principalmente à igreja começaram a fazer pressão a ditadura. Então, foi criado um bloco de posição liberal com a CNBB, OAB, ABI, e setores do finado MDB. Setores liberais da burguesia nacional também aderiram a esse bloco, reivindicando uma participação na formulação de uma política econômica. A pressão social era cada vez maior contra a ditadura (MOREIRA, 1989, p. 225).

Mas, segundo Napolitano (2017), apesar do crescimento da oposição e a ocupação das ruas, o regime estava longe de ser derrubado. Houve uma

transição moderada e gradual. O crescimento de uma hegemonia liberal tinha a visão de negociar uma transição política, sem contrariar os interesses dos capitalistas. Isso fez com que a burguesia interna e internacional aceitasse e até ajudasse nessa transição, pois uma agenda liberal era planejada para o Brasil (p. 282).

O Movimento sindical também foi um grande protagonista na reta final da ditadura. Em 1978, em São Bernardo do Campo, dois mil funcionários da Saab-Scania começaram uma greve. A greve deveria ser algo pontual pautando questões salariais, mas ela se alastrou fazendo milhares de trabalhadores de multinacionais também pararem. Apesar de a greve ser declarada ilegal, o número de grevistas só aumentava. O sindicato dos metalúrgicos compreendia 670 fábricas, dando a eles maior poder de negociação (NAPOLITANO, 2017, p. 275).

Sobre esta greve Moreira (1989) afirma:

A greve foi perfeitamente normal. Foi uma manifestação da classe trabalhadora, que só queria mostrar que de fato existe, e é parte viva do país. Como tal, deve ser respeitada e levada em consideração. A greve foi legítima. Talvez por falta de hábito, muitas pessoas consideraram a greve anormal, fantástica. Na realidade, foi apenas o uso legítimo de uma arma de barganha de uma classe. O fato de ter sido considerada ilegal não tem qualquer validade, pois o trabalhador tornou as greves legais a partir do momento em que tantos praticaram seus verdadeiros direitos humanos (p. 250).

Em 1979 há uma nova greve dos metalúrgicos em São Bernardo e Diadema, envolvendo 240 mil trabalhadores, reivindicando, principalmente, reajuste salarial. Como resposta, os dirigentes do sindicato foram afastados, entre eles Lula. Com a experiência da greve do ano anterior, o patronal impediu as ocupações de fábricas e os atos que precisaram ser nas ruas foram alvos da repressão policial. Ao encerrar a greve, o patronal tentou descontar os dias de greve dos trabalhadores, que em resposta pararam novamente. Assim a classe patronal teve que recorrer a Lula para ajudar na negociação com os trabalhadores. A organização desses trabalhadores, que obteve apoio da população e da igreja, mostrou o seu tamanho no primeiro de maio daquele ano, quando foi realizada uma comemoração com 150 mil pessoas no estádio Vila Euclides. Tal expressão de grandeza fez o patronal assinar um acordo com os trabalhadores (NETTO, 2014, p. 226).

Toda essa movimentação dos trabalhadores resultou em um grande evento em 1981, o CONCLAT, Conferência das Classes Trabalhadoras. Ele aconteceu em São Paulo contando com 1.126 sindicatos e 5.247 delegados e alguns dos seus objetivos foram a criação da Central Única dos Trabalhadores e uma lista de reivindicações. Esse evento abriu o caminho para mais eventos que reunissem os trabalhadores, como ocorreu no Rio de Janeiro, onde aconteceu o Congresso dos Trabalhadores Industriais, que gerou uma carta de princípios desse setor (MOREIRA, 1989, p. 246).

Sobe a importância da classe operária na luta contra a ditadura, Netto (2014) afirma que a “reinscrição de classe operária na cena política, iniciada na segunda metade dos anos 1970, de fato enriqueceu e tornou mais complexa a dinâmica da luta contra a ditadura” (p. 232).

A ditadura entra em estado de crise. A inflação em 1980 chegou a 110% e o poder de compra dos operários e da classe média diminuía cada vez mais. Com isso a classe média acabava de vez com sua aliança com a ditadura, que perde então um apoio importante. Vendo o estado de crise o general Golbery saiu do governo (NAPOLITANO, 2017 p. 285).

Em 1982, ocorreram as eleições gerais no Brasil. Foi o primeiro pleito pluripartidário e com uma massiva participação da população, contando com aproximadamente 58 milhões de eleitores e só 4% de votos nulos. No Senado, o partido da ditadura, PDS, ainda continuou com maioria; 46 cadeiras contra 23 de todos os partidos e oposição, mas na Câmara, perdeu a maioria absoluta. O DS conquistou 235 cadeiras, mas toda a oposição junta tinha 245 cadeiras. A oposição também conseguiu governos 9 governadores do PMDB e um do PDT (NETTO, 2014, p. 234).

Após as eleições o PMDB começou a se articular. Tancredo Neves afastou os setores mais a esquerda da direção do partido e ocupou a secretaria-geral. Ele também apoia a manutenção de Ulysses Guimarães como presidente do PMDB. Além disso, Tancredo tentou se aproximar dos militares, tentando afastar o medo que eles tinham de que um presidente civil e da oposição iria ter uma política de “revanchismo” para com os militares. Então, Tancredo começou a realizar uma série de reuniões com o general Walter Pires no final de 1982 para desenhar esse possível cenário (NAPOLITANO, 2017, p. 304).

Tudo parecia encaminhado para um “grande acordo nacional” entre PMDB e militares, mas a população não estava sabendo disso. Em abril de 1983, desempregados começaram grandes protestos de rua. Um grande fila de desempregados foi feita na cidade de São Paulo, onde havia a notícia que uma fábrica estaria oferecendo 300 vagas de emprego. Para a infelicidade de muitos, a notícia era falsa. Os desempregados que ali estavam ficaram enfurecidos e começaram uma passeata, mas também, saquearam lojas, quebraram fachadas.

No dia seguinte, o levante que ficou conhecido como “guerra da fome” se espalhou pela cidade, chegando até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado. O recém-empossado governador de São Paulo oscilava entre repressão policial e compreensão para com os manifestantes, afinal, eles eram do PMDB, principal oposição ao governo militar. O saldo dos dias de atos violentos nas ruas foram 500 detidos, 127 feridos e 1 morto (NAPOLITANO, 2017, p. 305).

Ainda em abril, o deputado federal do PMDB, Dante de Oliveira, apresentou uma emenda constitucional para tornar direta a eleição presidencial, mas para que essa emenda fosse aprovada precisaria de 320 votos dos 479 da Câmara, o que seria necessário que deputados do PDS votassem a favor. Então, a oposição transformou essa luta em uma campanha de massas “Diretas já”.

O primeiro comício das diretas foi em Goiânia com 5 mil pessoas e foi ignorado pelos meios de comunicação, mas com o tempo foi se tornando cada vez mais massiva. A campanha contou com a adesão da OAB, Igrejas, ABI, sindicatos, da UNE e algumas entidades empresariais. Sobre a massificação das diretas, Netto (2014) afirma:

A campanha criou no país, num momento em que organizações populares se fortaleciam e conquistavam novos espaços de intervenção e em que os trabalhadores continuavam a demonstrar a sua combatividade, uma vibrante e imensa corrente de opinião que isolou completamente os poucos segmentos que se atreviam a contestar a legitimidade da demanda (entre os quais, naturalmente, encontrava-se o núcleo duro do regime) (p. 240).

Figura 9 – Um dos comícios da campanha Diretas Já em Porto Alegre



Fonte: Senado (1984).

Mas, a emenda do Deputado não passou por 22 votos de diferença.

Após a derrota no parlamento, o PMDB consolidou a candidatura de Tancredo Neves para a presidência e o PDS a de Paulo Maluf. Mas o ex-governador de São Paulo era visto como símbolo da corrupção e da repressão, deixando o trabalho do PMDB mais fácil. Em 1984 começaram as campanhas, os comícios de Tancredo eram cheios, mas não tinham a mesma massificação da campanha das diretas já. Com todas as reuniões e acordos com os militares, o general Walter Pires afirmou que iria aceitar o resultado na eleição no Colégio Eleitoral. O resultado foi a vitória de Tancredo Neves, ainda com a eleição indireta em janeiro de 1985 (NAPOLITANO, 2017, p. 310).

No fim, o primeiro presidente não militar eleito depois de muitos anos foi via eleição indireta, isto é, sem a participação popular e como resultado de grandes conversas e acordos a portas fechadas. Mas, Tancredo Neves não conseguiu tomar posse. O mesmo caiu enfermo antes de poder se tornar presidente, fazendo com que seu vice José Sarney fosse empossado. Além de todo o processo de “redemocratização indireta” e o fim da ditadura empresarial-militar ser realizado sem participação popular, tivemos como primeiro presidente José Sarney.

4 A REFORMA UNIVERSITÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A USP E O IFUSP

Neste capítulo será discutido como se deu a inserção da ditadura nas universidades brasileiras. Após um panorama geral, discutiremos como isso ocorreu na Universidade de São Paulo e seu Instituto de Física, levando em consideração a reforma universitária de 1968.

O formato das universidades até sua reforma em 1968 foi proposto em 1931 pelo ministro da educação da época, Francisco Campos. As universidades, com o tempo, ficaram extremamente atrasadas e já nos anos 1950 jovens entravam nas universidades e não encontravam instituições que contemplavam seus interesses. Essas instituições eram pouco eficientes em fazer pesquisa e também não produziam mão de obra qualificada. A partir disso, Motta (2014) afirma que nem deveriam ser chamadas de universidades, pois eram uma junção de faculdades autônomas.

“Os diretores tinham dotação orçamentária recebida diretamente do governo federal, contratavam e gastavam sem responder ao reitor. Até a seleção de novos alunos era feita de maneira descentralizada [...]” (p. 66).

Em seu livro *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, Florestan Fernandes faz um balanço sobre a universidade brasileira no período de 1965 e 1968. Com o número de matrículas de 155.781, a taxa de inscrições no ensino superior equivalia a aproximadamente a 64 matrículas do ensino primário e a 14 do ensino médio. Tal fato é uma das formas de se mostrar como o ensino superior brasileiro era um funil na educação. O autor chega a afirmar que era um “ensino de elite e para elite” (p. 37). A criação da Universidade de São Paulo somente corroborava esta lógica, sendo esta uma Universidade criada para a elites paulistas.

Após o golpe civil-militar, as Universidades viraram um dos principais alvos da ditadura, na tentativa de controlar e expurgar o perigo comunista do Brasil.

[...] o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a ‘subversão estudantil’.

Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais 'perigosos'. O anseio por uma 'limpeza' ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária (MOTTA, 2014, p. 8).

Além do aspecto político, o funcionamento cotidiano das Universidades também era alvo da ditadura e o Estado passou a dar mais ênfase ao ensino técnico e à pesquisa voltada à dita ciência dura. Também questionou sistematicamente o caráter gratuito das Universidades, introduzindo a perspectiva de cobrança de taxas para os estudantes que pudessem pagar (MOTTA, 2014, p. 9).

No começo da ditadura, universidades foram invadidas ou metralhadas por militares ou grupo paramilitares. Poucas universidades ou faculdades tentaram resistir, entre elas a Faculdade de Medicina da USP, a URGs e a UB, mas sem sucesso. Um dos símbolos da violência inicial para com as universidades foi na UnB; o Exército invadiu a universidade em 4 de abril de 1964, prendendo e interrogando diversos professores e alunos. A universidade era modelo da reforma universitária que pretendia o governo Jango (FERNANDES, 2016, p. 57).

A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 1962 com salas de aula improvisadas em ministérios. Seu nascimento tinha como idealizadores dois personagens importantes para a educação brasileira, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, e como principal projetista Oscar Niemeyer.

O esforço pessoal tanto de Darcy Ribeiro como de Anísio Teixeira foi fundamental para a formulação do projeto da Universidade de Brasília. Suas ideias, naquele contexto, encontravam-se no centro do que havia de mais progressista no que tange aos assuntos relacionados à educação brasileira (SANTOS, 2016, p. 21).

A instituição foi planejada para ser um centro de pesquisa com departamentos e institutos, no lugar das cátedras (a universidade foi criada sem o modelo de cátedras e paga salários melhores do que a média). Além disso, adotou um sistema de créditos por disciplina e era mais flexível no formato das turmas; também implantou imediatamente seus cursos de pós-graduação. A universidade era um verdadeiro exemplo de modernização (MOTTA, 2014, p. 69).

Com todo esse cenário e com professores declaradamente comunistas, o Exército deu uma amostra violenta de como seria sua relação com as universidades.

Em 19 de abril de 1964, o Ministério da Educação baixou a portaria número 259 indicando a instauração de inquéritos administrativos e a expulsão dos subversivos. Assim foram criadas comissões de inquérito ou sindicâncias.

Essas comissões visavam que as próprias universidades, a partir de seus quadros mais conservadores – e que existiam em abundância entre os professores –, fossem as responsáveis pela investigação de seus membros “subversivos”. Nomes de destaque nas universidades, como, por exemplo, Raimundo Muniz de Aragão, Alfredo Buzaid, Zeferino Vaz, Antonio Delfim Netto, Milton Campos e Luís Antônio da Gama e Silva, teriam importantes cargos na ditadura militar brasileira e, alguns deles, seriam responsáveis diretos pela repressão contra os membros do ensino superior (FERNANDES, 2016, p. 62).

Com o começo dos IPM's, eles foram instaurados nas universidades colocando centenas de professores e alunos sob investigação. Nos IPM's realizados contra a UNE, PCB, POLOP e JUC apareceram diversos professores e estudantes. Com os IPM's a repressão dentro das universidades não se resumia só a assassinados e torturas (FERNANDES, 2016, p. 62).

Ainda sobre a utilização dos IPM, Fico (2001) demonstra que coronéis, tenentes e majores usaram deste aparato para promover uma “caça às bruxas”, tomados pelo ímpeto de eliminar o inimigo, que seriam as pessoas “subversivas”. Os IPM também eram utilizados com cunho punitivista (p. 37).

Na USP, os inquéritos chegaram primeiramente com maior intensidade na Faculdade de Medicina. A hipótese trazida por Motta (2014) é que a Faculdade já possuía um influente grupo de direita, contando até com integralistas. Com a polarização de 1964, houve uma polarização interna e professores se tornaram suspeitos, alguns por sua origem social, outros por questionarem as tradições. A partir do golpe, a diretoria da Faculdade se empenhou em retirar esses estranhos da instituição (p. 54).

Segundo Teixeira (2018), foi a partir de um ofício ao comandante Amaury Kruehl que foi instaurado o inquérito na Faculdade de Medicina. O grupo que dirigia o inquérito era pouco organizado e evasivo nos detalhes. O resultado deste inquérito foi que dez professores foram indiciados, mais um estudante e

dois funcionários do Hospital das Clínicas. Após a retirada dos nomes de três professores, os seguintes docentes foram demitidos: Luiz Hildebrando, Pedro Saldanha, Thomas Maack, Erney Camargo, Reynaldo Chiaverini, Julio Pudles e Luiz Rey (p. 20).

Os professores acusados foram aqueles que defendiam a pesquisa básica e a preocupação com a saúde pública. Essa lista não apresentava só professores comunistas ou “de esquerda”, mas professores que eram inovadores ou que queriam pautas parecidas com a greve de 1962 (ADUSP, p. 18-19).

Explica-se, portanto, o clima de pânico nos arraiais da cultura. Alguns professores já chegaram a modificar os seus programas anteriormente organizados em bases exclusivamente científicas e pedagógicas, para que os dedos duros não venham interpretar como subversão aquilo que é apenas esclarecimento universitário (DUARTE, 1967 p. 156-162).

O meio estudantil sofreu também com os expurgos, mas, para além disso, sofreram com o desmonte da sua principal representação, a UNE. Nos anos 1960, a entidade era de muita influência por fazer jovens universitários participarem de ações fora da universidade, como campanhas de alfabetização, organizações populares em favelas, entre outras ações. Também era uma das principais entidades apoiadora das reformas de base do governo Jango e era dirigida pela Ação Popular e PCB (MOTTA, 2014, p. 24).

A entidade foi declarada como ilegal pela ditadura, dando lugar ao Diretório Nacional dos Estudantes. Na Lei 4.464, de 1964, a ditadura estabelece Diretórios acadêmicos, Diretórios Centrais dos Estudantes e, também, Diretórios Estaduais dos Estudantes. A ditadura tinha controle e acesso a todas as representações estudantis, como podemos verificar no artigo a seguir:

Art. 10. O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura [...] (BRASIL, 1964, [sem página]).

Mas a USP, instituição que foi afetada por inúmeros acontecimentos na ditadura empresarial-militar, já tinha inúmeros problemas históricos elencados por Florestan Fernandes (1984). O autor colocou que a Universidade foi

concebida pelas elites para as elites, o que se mostrava pelo funcionamento das escolas e institutos voltados para as profissões liberais. Além disso, ele colocou como os acontecimentos na época da ditadura se dão, pois a universidade não é descolada da conjuntura da época e “[...] não se pode ter uma universidade rica em um mundo pobre ou uma universidade revolucionária numa sociedade conservadora” (ADUSP, 2004, p. 12).

Para discutir o que houve na USP neste período, é necessário mostrar alguns acontecimentos antes do golpe de 1964. No ano de 1962, o movimento estudantil da USP realizou uma greve reivindicando que os estudantes representassem um terço do número total nos órgãos colegiados. Os discentes também apresentavam outras questões, como a reivindicação de apoio à pesquisa, incentivo ao tempo integral e que a universidade tivesse uma política que se preocupasse com a investigação dos grandes problemas que afligiam a população, o que para alguns professores significava o comunismo dentro da Universidade.

O movimento estudantil também pautava uma reforma universitária, mas segundo Fernandes (1975) era diferente do implementado pela ditadura:

[...] o movimento pela ‘reforma universitária’ é, nos meios estudantis e nos círculos sociais radicais, um processo de reconstrução social. Na medida que ele se propõe criar uma nova universidade ele pretende superar a escola-problema ou a universidade-problema pela alteração de todas as estruturas do ensino superior. Herdadas do passado remoto ou recente (p. 61).

Em 1963, assumiu a reitoria da USP o professor Gama e Silva que, apesar de ser conservador, foi apoiado por uma parte dos professores não conservadores, por ter assumido um compromisso com a política de renovação universitária (ADUSP, 2004, p. 10).

Mas, porque esses professores apoiaram Gama e Silva e não Zeferino Vaz, o outro concorrente? Zeferino era visto como truculento e representava o candidato do governador. Já Gama e Silva havia apoiado publicamente a iniciativa de tentar criar um fundo de amparo à pesquisa e para os professores que queriam uma reforma na universidade este ponto era fundamental.

Gama e Silva também não mostrou sua face truculenta e antidemocrática no começo do seu mandato. Em sua primeira reunião do Conselho Universitário,

um representante estudantil, presidente do DCE, propõe parabenizar o novo presidente da UNE, José Serra, aluno da politécnica da USP. O Conselho aceita sem oposição do reitor. Em outra sessão o conselho aprova o apoio da USP a criação do Dia Internacional dos Direitos Humanos, também sem oposição do reitor (TEIXEIRA, 2018, p. 74).

Com o golpe de 1964, Gama e Silva assumiu a pasta ministerial de justiça. Nestas circunstâncias, o então reitor dispensa o apoio de uma parte do grupo que o elegeu e passa a ser um porta-voz do interesse dos militares, fazendo com que a entrada e repressão dos militares no campus da USP não sofresse nenhuma resistência por parte da reitoria. Um exemplo deste silenciamento da reitoria foi a invasão da Faculdade de Filosofia (ADUSP, 2004, p. 11).

Florestan Fernandes afirma que a reforma universitária crítica e democrática deu lugar a uma antirreforma, obscurantista, terrorista, repressiva e fascista depois do golpe de 1964 (ADUSP, 2004, p. 9). Além da falta de resistência à repressão militar, a reitoria passou a perseguir seus professores, alunos e servidores através de uma política de “dedo-duro”.

A delação de pessoas da universidade ganhou a página de jornais. A Folha de São Paulo denunciava:

“Há indícios de que pelo menos em certos núcleos da Universidade de São Paulo a política do ‘dedo duro’ se esteja implantando, visando de maneira particular a alguns elementos mais brilhantes daquela corporação” (1964 apud ADUSP, 2004, p. 15).

Essa política sugeriu a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, das quais 44 professores. Entre eles temos nomes de destaque, como Mário Schenberg, Paulo Guimarães da Fonseca e Pedro Henrique Saldanha, todos das ciências físicas.

Figura 10 – Matéria do Jornal Folha de São Paulo sobre a política de “dedo duro”

“Dedo duro” na USP

Há indícios, infelizmente fortes, de que pelo menos em certos núcleos da Universidade de São Paulo a política do “dedo duro” se esteja implantando, visando de maneira particular a alguns dos elementos mais brilhantes daquela corporação.

Há indícios de que, alegadamente em nome de ideais identificados com os da revolução, se procura atingir a própria carreira de elementos de valor que naturalmente buscam a cátedra. Na decisão de concursos já estaria pesando a suposta ideologia dos candidatos. Suposta porque é apenas alegada, soprada, veiculada sub-reptivelmente, na ansia de assegurar em certas cadeiras o predomínio de certos feudos.

Falamos, note-se bem, de indícios. Sabemos que trabalha na Universidade uma comissão destinada a aplicar, dentro dela, o Ato Institucional, mas não cremos e nem poderíamos fazê-lo — uma vez que se trata de comissão integrada por ilustres professores — que deia partem os atos que nos autorizam a apresentar ao público a existência daqueles indícios.

Uma coisa, porém, é patente. Na Universidade de Minas Gerais, onde de uma hora para outra se instalara um interventor militar, não durou este mais do que um dia ou dois, porque ante a legítima reação dos mestres, o presidente Castelo Branco, mais uma vez dando clara demonstração de seu alto espírito civilista, determinou a restituição da corporação

científica e docente aos seus responsáveis. Da Universidade de São Paulo não se viu partir ainda nenhuma advertência quanto à perseguição de alguns de seus mestres e, em particular, quanto à maneira pela qual têm sido eles detidos.

Pior do que isso, mais grave do que esse aiheamento, é todavia a suspeita que nos parece fundada, de existir, pelo menos em algumas escolas da Universidade, a campar livremente, o espírito do “dedo duro”, a atingir colegas.

Omissos os mestres há muito — não todos, porém muitos — em sua função educativa perdida por eles há muito a liderança que normalmente deveriam exercer sobre os alunos, temos assistido ano após ano a uma espécie de decomposição do espírito universitário. Em consequência dessa decomposição, não poucos moços perderam-se atraídos pelas falsas cantigas de il-deres de mentira, que todavia lhes falavam ao idealismo, essa imensa reserva da mocidade. A Universidade tem transgido politicamente e não poucos de seus reitores tornaram-se acomodados funcionários. De dentro dela, ou melhor, de dentro de seus conselhos integrados quase exclusivamente por mestres, não tem partido quase nenhum ato que signifique interesse real, positivo, determinado pelo desenvolvimento do ensino e pelo aprimoramento da ciência. Na lei que concedeu a chamada autonomia administrativa à Universidade o que se vê,

antes e acima de tudo, é uma preocupação salarial dominante, não o propósito de reformar a fundo as estruturas que não mais suportem o peso das enormes responsabilidades da vida universitária nos dias atuais, ou os métodos de ensino, ou a filosofia mesma da organização que, nascida de tão grandes idealismos, trouxe do berço algumas falhas profundas que ainda persistem.

Certo é que alguns grupos têm reagido em consonância com as necessidades do meio e do tempo, e têm assegurado progressos valiosos. Mas é preciso que a Universidade atue como um todo e não permita, com a força que ela pode ter junto das autoridades, que o arbítrio chegue a tratar alguns de seus mestres mais eminentes e dedicados como se fossem meliantes.

Não faz muitos dias um marechal do Exército saiu a campo, em defesa justa e sincera de seu filho, que fora preso como elemento subversivo por haver espalhado manifesto que encerrava crítica à revolução. Disse ele, em sua qualidade de pai e de cidadão digno do maior respeito, que o seu filho não era comunista nem corrupto nem subversivo, mas idealista. E fez bem em dizê-lo, para marcar as contornos a que facilmente se presta o idealismo na interpretação dos leões ou dos mal informados. Pois o idealismo é, e deve ser, a grande força inspiradora e propulsora dentro de qualquer Universidade.

— FOLHA DE S. PAULO — Domingo, 26 de julho de 1964

Fonte: Folha de São Paulo (1964, p. 4).

Sobre o processo que gerou as 44 demissões, Fernandes (2016) afirma:

Os trabalhos, desenvolvidos em sigilo, causaram protestos por parte da comunidade acadêmica e manifestações de apoio — inclusive do exterior para os professores mais renomados — aos perseguidos. A lista final, elaborada a partir de delações secretas, focava em professores considerados de esquerda e favoráveis às reformas, mas muitas vezes as denúncias foram movidas por interesses puramente pessoais, inveja ou desejos de vingança (p. 65).

Dentre os professores com sugestão de afastamento estava Mário Schenberg, que não foi afastado, naquele momento, mas sim posteriormente. Por ser um físico extremamente renomado nacionalmente e internacionalmente, o professor obteve muita solidariedade internacional; foram enviados manifestos dos EUA, de países da Europa e a Japão. Também, quando a USP começou a se utilizar do mecanismo de “abandono de função” como estratégia para expurgo, seus colegas fizeram uma reunião fora da USP e obtiveram a sua assinatura em uma ata oficial para provar sua participação na universidade. Tal ação foi necessária pois o mesmo se encontrava na clandestinidade (MOTTA, 2014, p. 57).

Na Universidade Federal de São Paulo, a ditadura dissolveu o conselho e exonerou o reitor e mais três professores. Na URGs o reitor Eliseu Paglioli

também foi retirado do cargo dando lugar ao conservador José Milano, que demitiu ou aposentou 17 professores da universidade. Na Universidade de Recife houve um caso atípico; o MEC, junto do Comando Militar, aposentou 10 professores da universidade. Também houve demissão ou aposentadoria de professores na Universidade do Ceará, Universidade da Bahia, Universidade da Paraíba, Universidade de Goiás e Universidade do Paraná (FERNANDES, 2016, p. 66).

Instituições ligadas à educação para além das universidades também sofreram com a primeira onda de expurgos. A Instituição mais visada e eliminada foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no Rio de Janeiro. O Iseb era um centro intelectual da ação comunista e tinha como dirigente o marxista e filósofo Álvaro Vieira Pinto. Após uma operação policial a instituição foi praticamente destruída, principalmente sua biblioteca, e também tiveram seus professores expurgados.

Outras instituições, como o Instituto Manguinhos e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, foram atingidas pelos expurgos. Em um balanço dessa primeira onda de demissões ou aposentadorias, aproximadamente cem professores foram atingidos, sem contar os que abandonaram o cargo. Nesta intervenção inicial evitou-se eliminar nomes prestigiados e com grande notoriedade no exterior, estratégia da ditadura para blindar certas críticas (MOTTA, 2014, p. 60).

Fernandes (2016) afirma:

No Brasil, apesar da repressão também ter sido dura nas universidades em um primeiro momento, várias situações foram contornadas e tiveram um desenrolar menos drástico. Isso ocorreu por meio de contatos em que favores pessoais foram requisitados em nome da amizade ou de laços familiares ou por meio de pressão dos próprios docentes brasileiros e/ou estrangeiros. Os resultados impediram, pelo menos em um primeiro momento, que o impacto contra os docentes nas universidades fosse mais grave (p. 75).

Também entre os anos de 1964 e 1965 começaram algumas denúncias sobre o que ocorria dentro da USP. Como os aparatos de informação e censura da ditadura ainda estavam se desenvolvendo, alguns jornais publicaram as denúncias.

A Folha de São Paulo publicou no dia 07 de maio de 1964 uma longa reportagem sobre o que se denominou de “terrorismo cultural” que estaria acontecendo na USP. O artigo foi assinado por Tristão de Athayde, membro da Academia Brasileira de Letras e voz que se tornaria opositora da ditadura.

Figura 11 – Matéria do Jornal A Folha de São Paulo do dia 7 de maio de 1964



Fonte: Folha de São Paulo (1964)

Tal matéria foi digna de uma resposta do tenente coronel Pinheiro que em seu relatório de outubro disse:

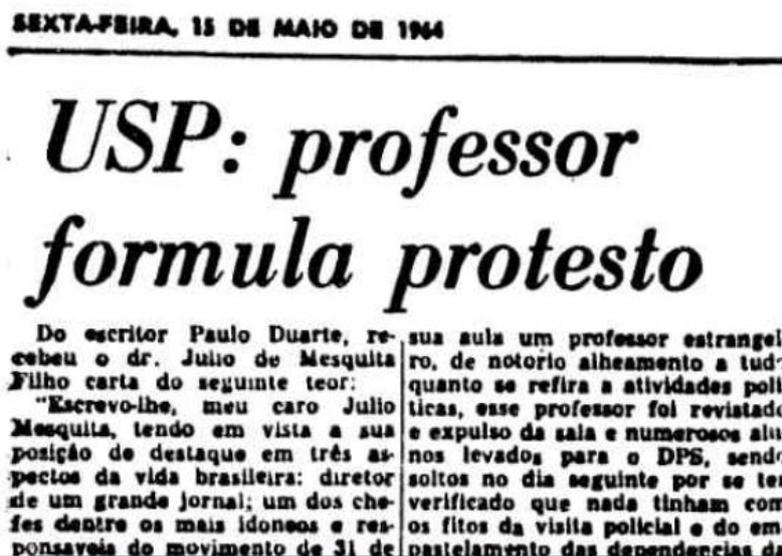
Em São Paulo, tem a primazia nessa campanha o jornal 'A (sic) Folha de São Paulo' [...] Este jornal, em torno da prisão do Dr ISAIAS RAW, determinada para averiguações, teceu uma série de considerações injustas sobre a conduta da Reitoria da Universidade, procurando pressioná-la no sentido de que consentisse na realização do concurso para preenchimento da cadeira de Química Fisiológica da Faculdade de Medicina, e no qual um único candidato está inscrito: o Professor Isaias Raw, indiciado no presente inquérito. A reitoria havia escrito uma carta à Congregação da Faculdade sugerindo que o concurso fosse suspenso até a conclusão do Inquérito. Sugestão que foi adotada. A imprensa que está fazendo o jogo dos comunistas (sic), já criou um slogan 'O TERRORISMO CULTURAL', e de tal modo vinha agindo, que o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo divulgou uma moção de solidariedade ao Magnífico Reitor, Luiz Antonio de Gama e Silva (IPM, p. 826 apud TEXEIRA, 2018, p. 153).

As denúncias ainda continuaram. Paulo Duarte, professor do departamento de pré-história, escreveu uma carta endereçada ao jornalista Júlio Mesquita que foi publicada o jornal Estadão. Ele relata uma série de

arbitrariedades feitas na USP no primeiro período da ditadura, algumas delas com o físico Mário Schenberg. Ele afirma que o professor teve sua casa revirada por uma busca realizada pelos militares, causando a depredação da sua biblioteca e de objetos de arte. Duarte ainda afirma:

O caso, meu caro Julio Mesquita, é que a Universidade que você idealizou e eu ajudei também a criar e a defender, está neste momento, tão ameaçada, quanto no período recentemente encerrado em que agentes especializados nela penetravam sub-repticiamente para intoxicar principalmente os estudantes, perigando da mesma forma com a indisciplina e com o confusãoismo, a sua integridade mental, moral e cultural. Como protestei contra isso, no mais agudo da crise, quando era perigoso protestar, não posso evidentemente calar-me agora, quando talvez não seja muito seguro dizer certas coisas. Mas, de qualquer forma, quero deixar bem claro o meu protesto contra as arbitrariedades que vêm sendo cometidas pela política contra universitários e contra a Universidade arbitrariedades que constituem mesmo um atentado contra as ideias em nome das quais, como se publica, foi desencadeado o movimento vitorioso (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964 [sem página]).

Figura 12 – Matéria do Estadão sobre a carta do professor Paulo Duarte



Fonte: Estadão (1964).

Mas os protestos do professor Duarte não pararam na carta a Júlio Mesquita. No Conselho Universitário, o professor constantemente fazia denúncias sobre as prisões de professores e alunos, além das arbitrariedades que eram realizadas na USP. Por isso, a Faculdade de Direito, na figura de

Alfredo Buzaid, apresentou ao Conselho um pedido de abertura de inquérito contra o professor por calúnias e difamações. Paulo Duarte foi absolvido, mas em 1969, junto de inúmeros professores, foi retirado compulsoriamente da USP (HAYASHI, 2002, p. 5).

A partir de 1967, o reitor Gama e Silva enfrentou o aumento de certa resistência dentro do Conselho Universitário, fato que se consolidou através dos nomes indicados na lista tríplice apresentada à vice-reitoria sobre quem seria o reitor interino, já que Gama e Silva ocupava o cargo de Ministro da Justiça. Quem assumiu a reitoria foi Mário Guimarães Ferri, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em sua gestão, aconteceu, como veremos abaixo, mais um episódio da repressão dos militares na USP (ADUSP, 2004, p. 34).

Nos dias 2 e 3 de outubro de 1968, a Rua Maria Antônia virou um campo de guerra. Estudantes faziam agitações políticas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que se localizava em frente à Universidade Mackenzie, local que abrigava membros do comando de caça aos comunistas, um grupo paramilitar de direita. (JORNAL DA USP, 2008).

A rivalidade já existia e a tensão se instalou quando uma estudante da USP foi atingida por um ovo enquanto arrecadava dinheiro na prática conhecida como pedágio para a UNE - União Nacional dos Estudantes, que na época, foi oficialmente extinta pelo regime militar. A rua foi esvaziada e se transformou em palco de luta entre jovens com ideias contrários. Barricadas foram montadas e eles se enfrentaram com paus, pedras e até bombas de coquetéis molotov. (LUCIA, 2017, [sem página]).

A polícia foi chamada pela reitoria da Universidade privada e, equipados com metralhadoras e fuzis, entrou em ambas as Universidades, depredando e prendendo dezenas de alunos. A ação da polícia foi tão brutal que acabou no assassinato do estudante José Guimarães, um secundarista. A partir dessa morte, os estudantes da USP foram às ruas de São Paulo manifestar, entrando em choque com a repressão (LUCIA, 2017, [sem página]).

Figura 13 – Fachada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, em 3 de outubro de 1968



Fonte: Folha de São Paulo (1968)

Estes episódios contribuíram para que a Faculdade de Filosofia da USP tivesse suas aulas interrompidas em outubro de 1968, e só as retomasse em 1969, no campus do Butantã, levando alguns cursos a terem suas aulas em barracões por conta da falta de estrutura no campus (MOTTA, 2014, p. 151). O movimento estudantil sofreu um duro golpe com a batalha da Maria Antônia, e foi praticamente destruído uma semana depois, quando no dia 12 de outubro todos os participantes do XXX Congresso da UNE foram presos. Ainda no mesmo ano, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo promulgou o Ato Institucional número 5, conhecido como AI-5, que aprofundou ainda mais a violência e a repressão da ditadura (ADUSP, 2004, p. 37).

Poucos dias depois do decreto do AI-5, o Conjunto Residencial da USP sofreu uma intervenção militar que durou dois anos. O Conjunto era um dos centros da esquerda universitária e muitos estudantes foram detidos. O ambiente universitário se transformou em um ambiente melancólico. A esquerda estudantil havia sentido o golpe do AI-5. Uma sensação de derrota pairou entre os professores e estudantes que eram oposição à ditadura (MOTTA, 2014, p. 151).

Mas o 1968 não se resumiu ao AI-5. Fernandes (1975) afirma que o golpe de 1964 fez com que dois desejos chegassem ao poder, um deles, é de realizar uma reforma universitária complexa e com inúmeras contradições, que colocava alterações conservadoras disfarçadas de ações puramente técnicas ao mesmo tempo que colocava investimento em setores específicos da educação. (p. 58).

A lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, assinada pelo então presidente Costa e Silva, teve um longo percurso de formulação e disputa política até a sua implementação. Segundo Motta (2014) a ditadura começou os primeiros textos que estruturaram a reforma universitária ainda em 1966 com o Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 e seu complemento em 1967, o Decreto-lei nº 252. Ambos estabeleciam unidade entre ensino e pesquisa, onde caberia a universidade a dedicação às duas atividades simultaneamente. Além disso, o decreto vedava a duplicação de meios para fins idênticos, o que causou uma reorganização das cátedras entre as unidades de ensino. E, por fim, uma nova organização dentro das universidades.

Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal (BRASIL, 1967, [sem página]).

Tais decretos entraram em vigor ainda no governo Castelo Branco e, segundo Fernandes (1975), essa reforma não tinha interesse em resolver a crise no ensino superior, mas sim de garantir um controle político. Além disso, os decretos atendiam algumas reivindicações do movimento estudantil universitário e nem dos professores e técnicos de forma autoritária, sendo usada a expressão “modernização autoritária” (p. 60).

Ainda em 1967, houve o fato de diversos alunos de medicina obterem a nota de corte para curso, mas por falta de vagas, os mesmos eram colocados como excedentes. Tal fato era comum nas universidades brasileiras. Porém, tal fato ganhou visibilidade quando o deputado Milton Reis, do MDB, afirma que cerca de quatrocentos jovens da Guanabara não conseguiram entrar nas faculdades de medicina e economia por falta de vaga. A discussão toma a

câmara por um certo tempo, fazendo com que o então presidente Costa e Silva baixasse um decreto que mandava todas as universidades matriculem os seus excedentes, o Decreto 60.516/67 (CELESTE, 2006).

Art. 1º É aprovado, para os efeitos legais, o convênio que acompanha este decreto, celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e as Universidades e estabelecimentos isolados de ensino, a fim de regular o aproveitamento de candidatos excedentes dos concursos de habilitação realizados no corrente ano letivo, para ingresso nos cursos de nível superior (BRASIL, 1967, [sem página]).

Um dos entrevistados, Décio Ferroni, foi um dos excedentes e relatou sua experiência:

Na virada de 67 para 68 eu entrei na matemática, mas nessa época eu era excedente. Eu tinha nota mínima, a nota exigida pela USP. Só que o número de vagas da matemática já tinha sido preenchido, não tinha vaga para mim. Isso gerou o início da luta em 68, as reuniões da Maria Antônia e a USP era Maria Antônia na espera. Eu lembro que as assembleias eram para lutar pelos direitos excedentes. Só por curiosidade, no ano seguinte já não tinha mais esse critério de entrada na USP. Era vestibular para as vagas (ANEXO H, p. 169).

Além disso, Décio relatou como se dava as movimentações políticas naquela época sobre a luta dos excedentes e contra a ditadura.

“Nossa, essas assembleias na USP na Maria Antônia lotavam, lotava aquela escadaria, porque começou com uma chamada para os excedentes, mas logo extrapolou. Logo se voltou contra a ditadura. As passeatas, as manifestações saíam ali da Maria Antônia, ia para a Consolação” (ANEXO H, p. 170).

Tal movimentação política fez com que diversas universidades entrassem na justiça para não atender ao decreto, mas a ditadura saiu com um saldo positivo em tal movimentação. Agora, a responsabilidade da não matrícula de diversos alunos não era do executivo, mas sim das universidades.

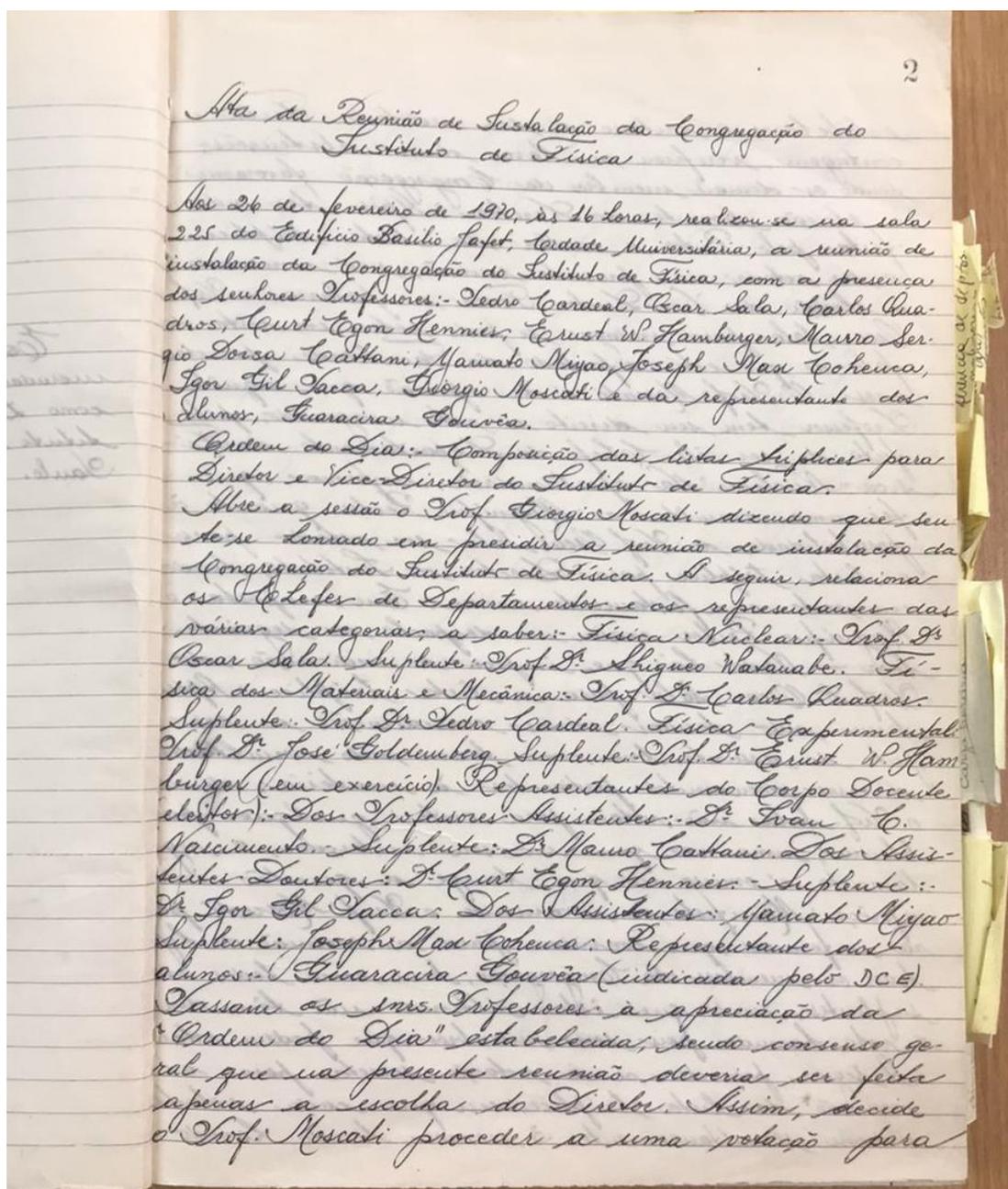
Como Clemente (2005) aponta, a partir da reforma implementada as seguintes mudanças ocorreram:

a criação de departamentos e o fim do sistema tradicional de cátedra, o sistema de créditos e até mesmo medidas de caráter disciplinar, tais como uma maior restrição à participação estudantil nos processos de decisões internas da Universidade. Criava-se assim a rede federal de ensino superior, bem como o sistema nacional de pós-graduação (p.163).

Após a divulgação da Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o departamento de Física deixa de ser um departamento da FFCL e passa a ser o Instituto de Física da USP, localizado na Rua do Matão, dentro da cidade universitária no bairro do Butantã, bairro da zona oeste de São Paulo.

No dia 26 de fevereiro de 1970, o agora Instituto de Física realizou sua primeira reunião de congregação. Reunião que contou com a presença de professores como Oscar Sala, Ernst Hamburger e Carlos Quadros. A sessão foi presidida pelo Prof. Giorgio Moscati e já contava com uma representação discente. O Instituto precisava ser organizado, então a reunião fez uma lista tríplice para ser apreciada pelo reitor para a nomeação de um diretor, além de selecionar os chefes de departamentos. Na votação da congregação, o primeiro lugar ficou com o professor José Goldemberg e o instituto ficou com os seguintes departamentos: Física Nuclear; Física dos Materiais e Mecânica; Física Experimental.

Figura 14 – Ata da primeira congregação do Instituto de Física da USP



Fonte: Diretoria do Instituto de Física da USP (1970).

Sobre a diferença entre a Maria Antônia e a nova casa na cidade universitária, Décio Ferroni expressou algumas considerações:

Planetas totalmente diferentes. 68 e 67 a gente tava na consolação, nas ruas. Porque para mim, a Maria Antônia, quando eu vivi aquele momento. Primeiro foi um momento de conscientização e conscientização política. Ideologicamente, lá não era lugar fechado de discussão, não tinha a questão acadêmica. E é isso que eu vou te falar. A coisa que eu ouvi nem lembro direito é que aceleraram a ida dos cursos para a USP para esvaziar a Maria Antônia, em especial o grau de resistência (ANEXO H, p. 172).

Mas a reforma universitária e o AI-5 já tinham mudado o cotidiano da USP antes de 1970. No dia 28 de abril de 1969, a USP foi atingida por um decreto no qual definia a aposentadoria de 42 pessoas de órgãos federais, entre elas três professores, Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova, apesar de a USP ser uma Universidade estadual (ADUSP, 2004, p. 38-39).

Depois da promulgação deste decreto, o novo vice-reitor, Hélio Lourenço, protestou e conseguiu obter uma resposta. Entretanto, esta resposta endureceu ainda mais as relações entre a USP e o Governo federal. A resposta foi através de um novo decreto, de 30 de abril de 1969, que determinou a aposentadoria ou demissão de Hélio Lourenço e de mais 23 professores da USP. O AI-5 instaurava, como podemos ver, tempos difíceis na Universidade (ADUSP, 2004, p. 40).

O ato complementar nº 75, de 1969 versava sobre a proibição de lecionar em estabelecimentos de ensino do governo – ou subvencionados pelo governo – todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades tanto da união como dos estados distrito federal territórios e municípios, bem como em instituições de ensino pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional. Este ato foi assinado pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar. Isto contribuiu para acabar com suas carreiras científicas, já que a pesquisa fora de instituições públicas é muito escassa. Desta forma, um grande número de cientistas se viu obrigado a deixar o Brasil.

[...] Art. 1º - Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional [...]. (BRASIL, 1969, p. 8.930).

Um dos motivos para as aposentadorias era claro: o critério ideológico, já que muitos dos punidos adotavam uma política progressista ou até mesmo eram

do Partido Comunista Brasileiro, como Caio Prado Jr, Mario Schenberg e Vilanova Artigas. Também foram punidos ex-membros do partido, parentes de militantes conhecidos, como o sobrinho de Luiz Carlos Prestes (MOTTA, 2014, p. 179).

Em 14 de Janeiro de 1970 o físico e presidente interino da Sociedade Brasileira de Física, Ernst Hamburger, escreveu uma carta ao presidente Médici protestando contra a medida tomada. O físico alertava sobre como essa medida era danosa para o desenvolvimento da nação:

Ora, como é público e notório, há certas atividades, de relevante valor social e de interesse fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, que, por diversos fatores, sobretudo por seu alto custo ou por não oferecerem compensação econômica certa e imediata, não podem prescindir dos recursos públicos. Entre essas áreas, ocupam lugar de relevo os trabalhos no campo da física, inexistindo praticamente, no Brasil, entidade privada que os promova exclusivamente com recursos próprios. (ADUSP, 2004, p. 63).

A carta nunca teve resposta, mas, em dezembro do mesmo ano, Ernst e sua esposa Amélia Hamburger, física e professora da USP, foram detidos pelos militares. Cientistas do Brasil e do mundo protestaram contra essa prisão, gerando a soltura de ambos (MOREIRA, 2014).

O Prof. Hamburger, que era membro da congregação, não participou da última reunião do primeiro ano deste colegiado, realizada no dia 17 de dezembro de 1970. Ele somente volta a participar das reuniões no dia 23 de março do ano seguinte.

Em entrevista para o professor e pesquisador Olival Freire, Amélia e Ernest relembram um pouco sobre esse momento. A entrevista compõe a documentação doada pela família do casal ao Acervo Histórico do Instituto de Física. Além de falar sobre a prisão em si, os dois comentam sobre alunos que os mesmos abrigavam em sua residência e a atenção que os colegas deram a eles e sua família durante a prisão.

Figura 15 – Entrevista de Amélia e Enerst Hamburger

Olival – Isso, ALN.

Amélia – ALN, não sei se ele era da ALN ou do VPR, acho que ele era da ALN, porque ele estava a mais tempo nesse movimento, a VPR era muito recente.

Ernst – Mas, não acho que era da VPR.

Amélia – Era?

Olival – Quanto tempo vocês ficaram presos?

Ernst – Por pouco tempo.

Amélia – Eu fiquei uma semana.

Ernst – Eu fiquei duas semanas e um pouco mais. Mas foi o suficiente.

Antônio – A SBF fez um movimento forte.

Amélia – Não, toda a comunidade da física foi extremamente solidária.

Olival – Dentro e fora do país né? Encontrei aquela documentação do Hiller, um telegrama dele ao Médice.

Amélia – Ao Médice.

Olival – Num sábado.

Amélia – Que data é aquela?

Olival – A data eu não me lembro, mas eu lembro o dia da semana que me impressionou, um sábado, o Moisés procurou ele e no sábado ele passou o telegrama.

Amélia – Porque eu acho que...

Olival – Ele usa um expressão em português que não se usa, ele diz que “o casal Amélia e Ernst estavam incomunicado”, em português é incomunicável.

Amélia – É, mas eu acho que alguém do exterior tinha se comunicado com as autoridades durante o tempo que eu estive presa, por que quando...

Olival – Seguramente, o telegrama foi num sábado que vocês dois estavam presos e incomunicáveis, e o fato de o telegrama ser no sábado no caso da o senso de urgência, ele não, o telegrama não fala da palavra tortura, mas na carta do Moisés pra ele, o telegrama, eu não me lembro bem fala que vocês estavam com a segurança física em risco.

Amélia - Ham, ham, porque...

Olival – E na época as notícias de tortura já circulavam no exterior, quer dizer, nessa mesma época há uma mudança importante nos Estados Unidos, o Lincom Gordon que era o embaixador aqui em 64, mudou de posição e passou a criticar o regime militar, então tem telegrama dele publicado no New York Times, então quer dizer, a opinião pública nos Estados Unidos também na Europa já estava razoavelmente bem informada

Fonte: Acervo histórico do Instituto de Física (2022)

Neste extrato da entrevista ambos os professores destacam a importância do apoio – nacional e internacional – da comunidade de físicos durante a sua prisão. Isto mostra, entre outras coisas, que a comunidade científica estava atenta aos abusos que a ditadura promovia no período. Ao menos quando se tratava de pesquisadores importantes da área, como era o caso do casal Amélia e Ernesto, havia um espírito claro de solidariedade dentro desta comunidade, que se empenhava em utilizar o seu prestígio social para intervir neste tipo de prisão, bastante arbitrária.

Sobre a prisão dos professores, Carlos McDowal – atualmente funcionário do departamento de Física Nuclear e um dos entrevistados para a pesquisa – comenta quando perguntado se teve alguma movimentação aqui do Instituto:

Houve uma coisa, impressionantemente, bem feita que foi o seguinte, o Ernesto foi pro DOPS e houve uma organização de professores, principalmente, o professor Sala. Ele organizou os professores para irem visitar, frequentemente, quase diariamente, talvez, mais de uma vez por dia para visitar o Ernesto. Por que, o pessoal estava com medo que, simplesmente, o Ernesto sumisse. Então, era uma espécie de escalação, eu era um moleque meio metido a besta, eu era subordinado diretamente ao professor Sala, eu trabalhava diretamente com ele. E aí, eu fui uma das pessoas que se ofereceu pra ir aí o professor "deixe de ser besta moleque, fique na sua" (ANEXO B, p. 116).

O relato anterior traz à tona dois aspectos: a preocupação em relação ao que a ditadura poderia fazer e a necessidade do envolvimento de pessoas que poderiam constranger o regime. Chega a ser anedótico o fato de Oscar Sala, um dos cientistas de maior prestígio no período, vetar a participação do então estudante Carlos no movimento organizado para proteger Ernesto.

Mas logo na segunda reunião da congregação de 1971, que ocorreu no dia 18 de maio, o diretor do Instituto dá o informe que Amélia e Ernst Hamburger foram denunciados por delegados do DOPS por “atividades incursas na lei de segurança nacional”. Além disso, o diretor José Goldemberg lamentou a linguagem que os jornais estariam usando para noticiar a denuncia e a congregação aprova, por unanimidade, a escrita de uma moção que apresentava a dedicação dos professores às suas atividades e seus campos de pesquisa, entre outros pontos.

Figura 16 – Ata da reunião de congregação do Instituto de Física do dia 18 de maio de 1971

Prosseguindo, curso de Estudo de Problemas Brasileiros. gang Hamburger e Amélia Império Hamburger foram denunciados por delegado do DOPS por atividades incursas na Lei de Segurança Nacional, lamentando a linguagem usada pelos jornais ao noticiar a denúncia. Após manifestações os Professores Ivan Cunha Nascimento e Shiguo Watanabe, credenciados pelos presentes, redigem uma moção que é aprovada por unanimidade, nos seguintes termos: "1. No exercício de suas funções neste Instituto jamais esternaram idéias subversivas e tão pouco fizeram propaganda antigovernamental. 2. Sempre se dedicaram com zelo às suas atividades profissionais desempenhando-as de maneira mais eficiente. 3. Em seus campos de pesquisa, através de inúmeros trabalhos importantes publicados em Física Nuclear, realizados nesta Universidade e na Universidade de Pittsburg, nos Estados Unidos, demonstraram alta capacidade científica honrando o nome da Ciência Brasileira. 4. O Professor Ernst Wolfgang Hamburger, Professor Titular e Chefe do Departamento de Física Experimental deste Instituto, é também, Coordenador de cursos básicos de Física para cerca de 2.500 alunos da Universidade. Preocupado com os problemas do ensino de Física no Brasil idealizou e organizou o 1º Simpósio Brasileiro do Ensino de Física. Atualmente coordena grupos de trabalho que procuram desenvolver novas técnicas visando a expansão e a maior eficiência do ensino em consonância com os planos prioritários do governo. 5. É do conhecimento dos membros desta Congregação a grande dedicação do casal aos seus cinco filhos menores proporcionando-lhes um ambiente de elevada moral". Ninguém mais querendo usar da palavra, o Diretor dá por encerrado o expediente e passa-se à Ordem do Dia. ITEM 1 - ORÇAMENTO - PROGRAMA PARA

Fonte: Diretoria do Instituto de Física da USP (2022).

Apesar de existir uma clara preocupação com os abusos do regime dentro do Instituto, discutir as questões políticas da época não era um assunto que se poderia tratar abertamente neste espaço. Não somente havia o medo em relação à política de dedo-duro, como tentava-se construir – mesmo que artificialmente – um certo ambiente de tranquilidade para a continuidade das pesquisas.

Uma das entrevistadas, atualmente professora aposentada do departamento de Física Experimental, Lighia Matsushigue, foi aluna do instituto e conviveu com o casal de professores. Ela comentou sobre o ocorrido e como o instituto ficou:

Aqui no instituto foi a época que prenderam a Amélia, né? E eu era próxima da Amélia, do Ernest. A gente continuava trabalhando, não tinha um clima de terror, porque as pessoas não estavam desesperadas. Eu muito jovem achava que isso ia passar. A ditadura era tão burra que não estava preocupada com que a gente fazia com os aceleradores. E o pessoal aqui, alguns sofreram na pele, mas isso não se refletia no cotidiano, todo mundo acha que as coisas iam passar, e preocupados com a pesquisa. Essa época já tinha dois aceleradores ativos aqui, produzindo, então o pessoal estava mais preocupado com as análises (ANEXO A, p. 110).

A fala da Profa. Matsushigue revela a complexidade do período. Amélia Império-Hamburger, por mais engajada que fosse, evitava tornar amplamente público os problemas enfrentados. A preocupação com sanções maiores fazia com que se buscasse preservar o ambiente de pesquisa para que o mesmo não fosse afetado.

Vale destacar que a área de Física Nuclear, relacionada aos aceleradores mencionados pela Profa. Matsushigue, era de interesse estratégico dos militares. Então, a manutenção dessas pesquisas foi mantida com sem maiores intervenções. A Física feita com aceleradores ocorria desde o início dos anos 50 e mesmo antes da batalha da Maria Antônia e transferência das aulas para a Cidade Universitária, laboratórios já vinham sendo instalados neste espaço, caso dos aceleradores.

Assim, a cidade universitária não era totalmente desconhecida para os alunos e professoras da física. A professora Lighia Matsushigue, que se formou ainda na Maria Antônia, falou um pouco sobre essa ligação dos dois lugares:

Era na Maria Antônia, mas a gente já tinha o Basílio Jafet, o Basílio Jafet e dois aceleradores, o Betatron e o Vandergraf. Então, logo de saída me convidaram para ajudar a tomar dados no Betatron. Eu tinha aulas teóricas na Maria Antônia, mas toda a parte experimental já estava aí, no Basílio Jafet, onde era um prédio basicamente de laboratórios. Onde era o Vandergraf, hoje é o Peletron. O pessoal sempre foi ativo em pesquisa aqui, isso me entusiasmava, uma coisa interessante de se ver (ANEXO A, p. 109).

Com a transferência completa das atividades para o novo campus da USP, novas formas de organização social irão ocorrer. Enquanto o Instituto de Física se organizava institucionalmente, os estudantes e o movimento estudantil também se reorganizavam, agora na cidade universitária. Sobre esse novo local, a professora Suzana Salem, atualmente docente do departamento de Física Geral do IFUSP, comenta:

Quem se formou em 69, se formou pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e quem entrou em 70 foi a primeira turma que se formou aqui, tendo feito o curso inteiro aqui no Instituto e as aulas eram todas aqui no Butantã. Mas a gente não tinha esses três prédios um, dois, três e não tinha salas de aula suficientes. Então a gente tinha aulas em vários lugares. Eu me lembro da física I, em que eu era aluna do Ernst Hamburger. A gente tinha aula no anfiteatro da História. Química era naquele redondinho da química. Cálculo era lá na Poli. Então a gente passeava pela universidade, tendo aulas em vários lugares. Muitas vezes chegava atrasado porque a organização era assim. Uma acabava às dez aqui e outra começava às dez ali. Mas aqui não tinha salas de aula suficientes (ANEXO C, p. 121).

O Centro Acadêmico da Física e da Matemática, CEFISMA, também começava suas movimentações em sua nova casa. Em entrevista, o professor do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP) Marcos Magalhães relembra que o Centro Acadêmico (CA) tinha uma sala ao lado de antigo auditório Alexandre Volta (posteriormente, o CA ganhou um espaço próprio). A sala utilizada não existe mais, mas o complexo de prédios que a abrigava é onde atualmente se instala o departamento de Física dos Materiais e Mecânica.

Para conseguir construir movimentações políticas, o CEFISMA precisou acolher os ingressantes de 1970. O centro acadêmico utilizava a recepção dos ingressantes para conseguir pessoas não só para a luta do movimento estudantil, mas também, para todas as atividades que ele produzia. O CEFISMA era um centro estudantil bastante ativo e que apoiava uma série de atividades importantes para estudantes. Ele contava com um jornal, uma revista, um grupo de cinema e um grupo de teatro e de música. Os professores Marcos Magalhães e Suzana Salém, que fizeram parte de uma gestão, contaram como era, como podemos evidenciar no relato do Prof. Magalhães.

Então ele tinha um grupo do cinema, por exemplo, que eram três colegas que preparavam uma sessão de cinema no sábado. Era muito comum ter aula no sábado e no final da manhã do sábado a gente tinha um filme apresentado no filme. No fundo, a discussão política juntava as várias pessoas. Tinha o grupo da revista Evento e essa revista tinha lá três, quatro colegas que selecionavam textos ou pediam textos para professores. E aí publicava. A revista a cada seis meses, etc. Tinha outro grupo que discutia o teatro, tinha um grupo que tinha um grupo de música também, mas aí não muito. Então um desses grupos que se firma aí tinha o pessoal que naquela época não tinha atlética. Ainda tinha um pessoal do esporte que depois se criou uma atlética. Então, vários desses grupos, alguns deles ou eventualmente todos, se juntavam para gerir o centro acadêmico, numa reunião que era feita sem muito critério de quem era diretor, quem não era diretor (ANEXO D, p. 132).

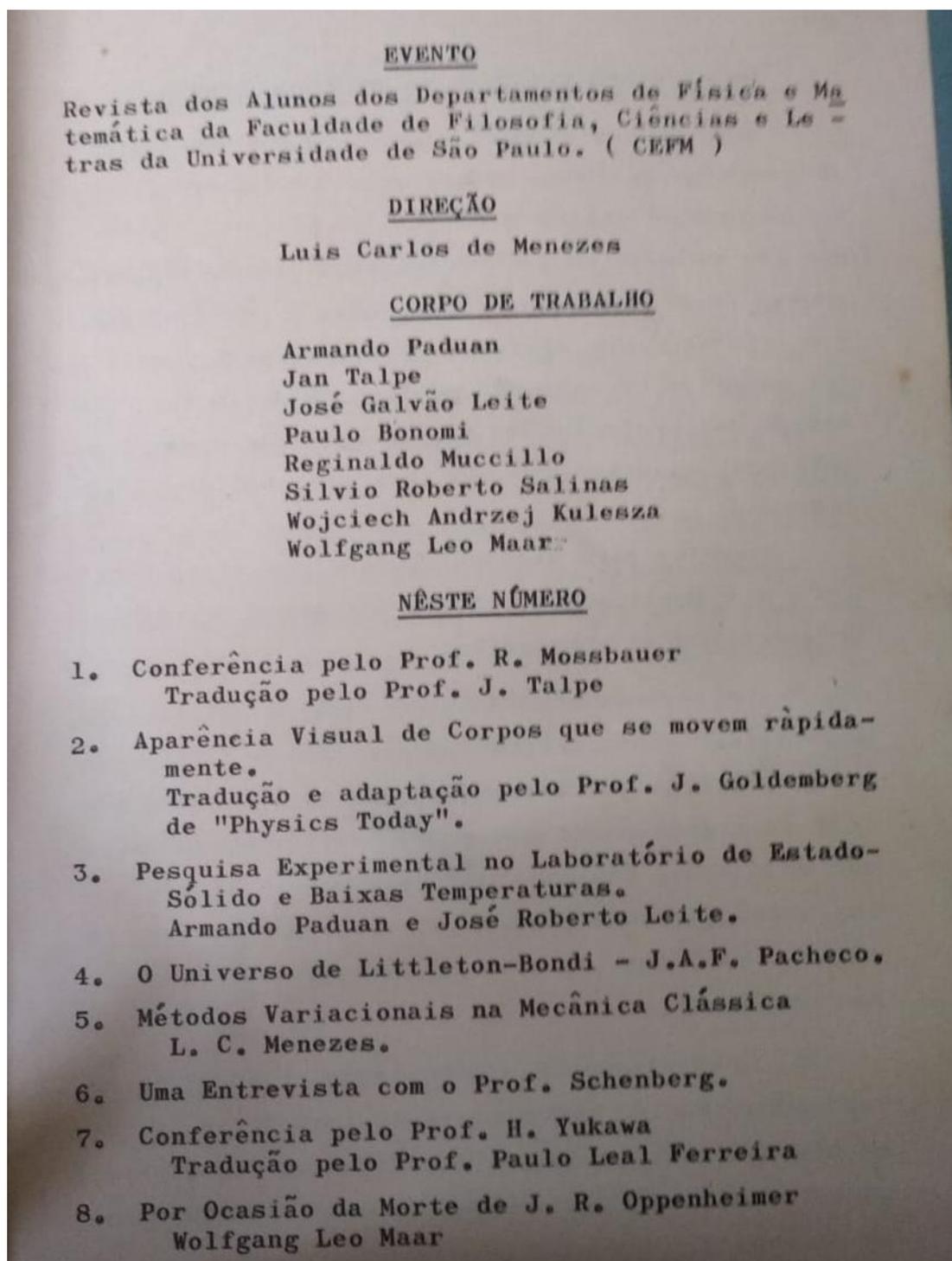
O que é interessante de se depreender desse relato é que as questões políticas perpassavam as atividades do Centro Acadêmico e, de alguma forma, também criava laços entre as pessoas. Mas a discussão política não necessariamente definia as atividades do CEFISMA. Por diferentes razões, não interessava que esse pudesse ser facilmente caracterizado como um grupo de ação política, então a existência de atividades como as artísticas ajudava a caracterizar o cotidiano da instituição como um cotidiano escolar comum.

O professor Laerte Sodré, que foi estudante da física pós reforma universitária e atualmente é professor do Instituto de Astronomia e Geofísica (IAG-USP), contou um pouco sobre como era a revista criada pelo centro acadêmico, mencionada na fala anterior:

...você podia encomendar artigos para professores, mas era totalmente feita pelos alunos, a gente discutia e tinha umas brigas, porque tinha colegas que queriam publicar certos artigos e a gente, e outro grupo não concordavam com aqueles artigos. Mas coisa que envolvia filosofia, principalmente para quem é ignorante de filosofia, como nós éramos, evidentemente, a gente não achasse que fosse, mas tinha coisas que não... é um negócio que eu me lembro bem, uma história em particular, que o colega tinha uma teoria que ele inventou, mas só que a gente não concordava com a teoria. Inclusive, eventualmente, a gente abraçava outras teorias que não eram necessariamente melhores que a dele, mas é que são os vieses da juventude, a gente tem grandes convicções em certas épocas da nossa vida que depois se mostram falsas, nada é o que parece no fundo (ANEXO G, p. 161).

O professor Luís Carlos de Meneses, atualmente aposentado do departamento de Física Experimental, foi um dos fundadores da revista junto com outros integrantes do CEFISMA. Ele nos forneceu uma imagem do índice de uma dessas revistas, que nos permite verificar o perfil de temáticas presentes nela.

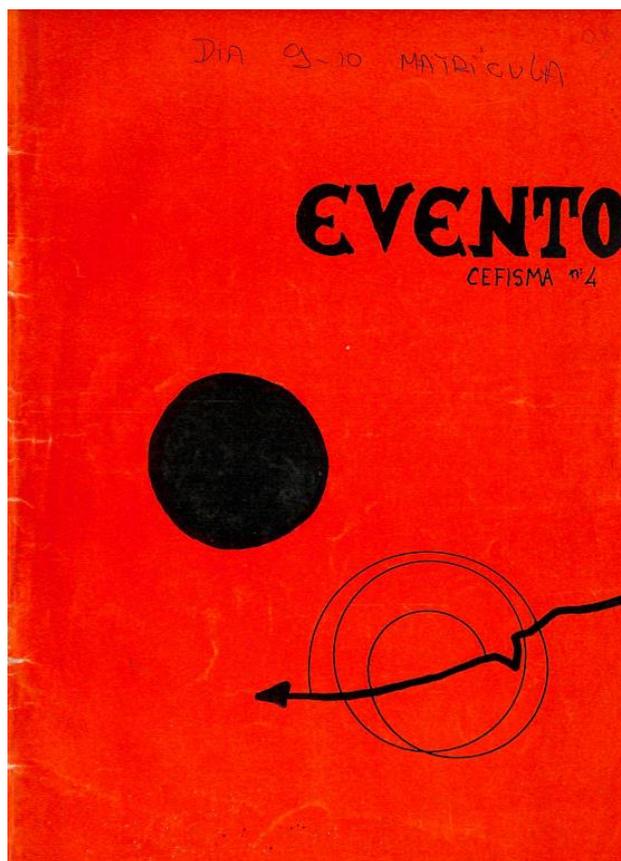
Figura 17 – Primeira edição da Revista Evento



Fonte: Acervo pessoal do professor Menezes ([sem ano]).

O acervo do Instituto de Física possui em exemplar da revista *Evento* na sua quarta edição, onde presta homenagem aos professores Mário Schenberg, José Leite Lopes e Jaime Tiomno.

Figura 18 – Capa da quarta edição da revista evento do CEFISMA



Fonte: Acervo do Instituto de Física (2022).

Outra atividade que os entrevistados destacam como importante para o cotidiano estudantil da época é o grupo de Teatro. Sobre o teatro da física, o entrevistado Décio Ferroni, que não seguiu a carreira na área de Física, foi o criador do TFISMA, teatro da física e matemática. Ele relatou sobre a criação do grupo de teatro:

Eu comecei a fazer teatro que nem um louco e foi um puta sucesso! E aí vem o pessoal da física me chamar para montar um grupo de teatro na física e eu criei o TFISMA, o teatro da física e da matemática. E eu levei de peça de estreia “os físicos”, já que eu tava na física. Enfim, entendi que a minha região explodiu e fui até convidado para montar um grupo de teatro em Santo André. Eu montei “os físicos” em Santo André, no teatro da cidade, o municipal deles (ANEXO H, p. 169).

Figura 19 – Peça “Os físicos” sendo apresentada na cidade de Santo André



Fonte: Acervo pessoal de Décio Ferroni (2023).

A partir da organização estudantil em torno da revista, do teatro e de outras atividades comuns de um Centro Acadêmica, estudantes passavam a se organizar para a realização de atividades mais propriamente políticas. Elas incluíam desde debates sobre temas da época, quanto a organização de ações políticas, como protestos.

Uma das entrevistas, a Profa. Salém, aprofunda sobre a organização interna:

E nessa época as pessoas que já estavam no que entraram antes já estavam organizadas em atividades políticas e alguns de nós foi entrando nessas atividades. Então havia o núcleo do diurno e o núcleo noturno e a gente fazia grupos de estudo. Estudamos o manifesto naquela época, a gente fazia grupos de estudo, de leitura, de temas políticos, escondido, obviamente, e tinha uma coordenação de cada período mais pra frente eu fiquei sabendo que desses chamados coordenadores, eles eram, tinham vínculos com o grupo dos operários (ANEXO C, p. 121).

A fala demonstra a preocupação no aprofundamento teórico das questões políticas, demonstrado pela leitura coletiva do Manifesto Comunista de Marx e Engels. Também é interessante que mesmo entre si os estudantes tinham cautela em expor suas atividades políticas. Na fala anterior isso se mostra pelo fato de apenas em um período posterior vir à tona o vínculo de certos estudantes com o movimento operário.

José Domingos, então presidente do CEFISMA e que não atua mais na área de Física, em sua entrevista tentou resumir a importância do CEFISMA para o movimento estudantil da época.

Então, naquela época em que eu era presidente do CEFISMA, o contato entre os centros acadêmicos tinha que ser clandestino. A gente não podia ter interação, tinha uma interação muito tênue. Começou a haver uma pequena interação, isso é importante você saber. Passou a haver uma interação entre os centros acadêmicos bastante por conta da iniciativa de um cara da ECA que passou a criar uma espécie de instância informal. De reunião dos Centros Acadêmicos da USP. Sérgio Gomes. Ele teve um papel importante na época que ele começou a agitar o encontro dos centros acadêmicos. Isso nada no calor da luta, sabe? Tudo proibido. Centros acadêmicos proibidos, só atléticas que eram legais. E ele teve uma iniciativa importante de fazer e tentar começar a produzir uma interação com centros acadêmicos. Isso já era 72. Isso não foi muito pra frente pelas dificuldades próprias de se fazer isso. A nossa interação ali no começo, 70, 71, 72 foi muito complicada, por isso que eu digo o fato do CEFISMA ter conseguido se estruturar, foi bastante em função do agrupamento fechado que produzia esse trabalho. Tinha esse método de trabalho e tinha um trabalho político sistemático de formação de pessoas, de atuação no campo cultural, no campo mesmo educacional, de discussão da política educacional do governo, mas é de organização dos estudantes e acolhimento nas suas necessidades mais imediatas. O CEFISMA teve um papel importante, porque ele foi uma das bases de sustentação para que o movimento estudantil da USP se reerguesse. E aí a coisa se generalizou. Então eu acho que teve um papel importante na retomada do movimento estudantil na USP (ANEXO E, p. 151).

Nas entrevistas da Suzana Salém, José Domingos e Marcos Magalhães apareceram a citação de um movimento dentro do movimento estudantil da USP chamado “Refazendo”. É possível entender pelas entrevistas que tal movimento aglutinava militantes e estudantes sem partido para atuar no movimento estudantil da época.

Segundo Muller (2010), a Refazendo foi uma tendência criada a partir dessas três organizações: a APML, que era majoritária, do MR-8, mas também da ALN.

A ocasião favorável para formar a “Refazendo” apareceu no curso da reorganização do DCE-Livre da USP, como veremos mais tarde. A tendência ganhou a primeira eleição em 1976 e a subsequente em 1977, consolidando-se como a principal tendência da USP. Sua atuação estava centrada principalmente nos cursos de Ciências Sociais, Economia, Física, Geologia, Geografia, Psicologia e na Politécnica (MULLER, 2010, p. 113).

Após os acontecimentos com os professores Ernst e Amélia Hamburger, o Instituto vai viver uma série de turbulências com a ditadura novamente em

1973. Neste ano, o estudante Alexandre Vannucchi Leme foi assassinado pela ditadura.

Alexandre Vannucchi Leme, natural de Sorocaba, fazia o curso de Geologia da USP e era da direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), quando no dia 16 de março de 1973, Alexandre foi preso e torturado até não resistir. Os policiais primeiro tentaram forjar um suicídio e, depois, defender a versão de que Alexandre teria morrido atropelado tentando fugir da prisão; mas ambas foram desmentidas. Seu assassinato causa uma grande comoção na USP e no movimento estudantil. No dia 23 de março, foi realizada uma assembleia no Instituto de Geologia que decidiu realizar uma missão de sétimo dia e uma paralisação simbolizando o luto pelo estudante. Além disso, 30 centros acadêmicos laçaram uma nota de luto (USP – COMISSÃO DA VERDADE, 2018).

Tal acontecimento abalou o movimento estudantil da USP, tanto que o entrevistado Carlos McDowal comenta que ficou desgostando da universidade e ficou quase um ano fora, revendo prioridades e colocando como central a luta contra a ditadura.

No dia 30 de março foi realizada a missa de sétimo dia Alexandre Vannucchi Leme na Catedral da Sé, com cerca de 5 mil presentes. Neste mesmo dia a ainda então estudante e membro do CEFISMA Suzana Salem era presa junto com outros integrantes do CA:

Fomos presos assim no dia que teve a missa na Catedral da Sé pelo Alexandre Vannucchi Leme. Nós tínhamos uma reunião e decidimos nem ir à missa e nem fazer a reunião por questões de segurança. E eu estava naquele dia com um carro que era da minha mãe, emprestado, e a gente saiu junto no meu carro, atravessando a ponte da Cidade Universitária. Lá tinha um comando policial, nos pararam. Hoje a gente evidentemente saca que a gente estava sendo seguido porque eles não tinham porque nos prender. Éramos quatro no carro e a desculpa que eles usaram foi que a minha carteira de identidade era falsa; e não era. Era minha, normal e que a gente tinha um jornal ilegal no carro. O jornal era o jornal Opinião de Assinante. Então estava escrito Venda proibida em banca porque era um jornal de assinantes e televisão. Eu fui interrogada por um policial horrível, assim sabe uma pessoa asquerosa, de camisa aberta, suado, com um medalhão no peito, que depois só eu fiquei sabendo que era o Fleury, porque senão acho que eu tremia nas bases, né? Você sabe quem é o senhor então? E aí ele insistia muito com a gente para que a gente entregasse os outros colegas. E nenhuma de nós fez isso. Nenhum de nós fez isso e ficamos lá numa salinha. E acontece que foi algum policial, foi na minha casa. Eu morava com os meus pais na época e disse o seguinte: tocou a

campainha tarde da noite e falou para a minha mãe, que abriu a janela. Olha, sou colega da Suzana e estou preocupado porque a gente foi numa manifestação e ela não apareceu na volta. A senhora sabe onde ela está aí? A minha mãe, que era esperta e sabia o que estava acontecendo, falou: ela está dormindo na casa de uma colega. E ele falou: a senhora sabe o endereço do namorado dela? E ela respondeu: não sei. E o meu namorado na época era um desses clandestinos, mas nem eu sabia. A minha mãe imediatamente sacou e acionou um amigo dela, que é advogado, e de repente eu vi o quem o chamava de Tio Paulo entrar na sala. Eu não sei, nem lembro como ele conseguiu entrar. Eu fiz aquele movimento de quase pular no colo dele e ele fez um sinalzinho pra mim de ficar quieta e falou assim: Olha, eu conheço esse pessoal, então eu estou aqui para defendê-los, se for o caso, mas mandaram ele embora. Eu sei que ele conseguiu que a gente saísse antes do que os outros e lá, nós que fomos presos no meu carro e quando a gente foi assim, obra do acaso (ANEXO C, p. 122).

Durante o período que os estudantes ficaram presos, a representação discente da física fez o informe do ocorrido na reunião de congregação do dia 16 de abril, pois ainda estavam detidos 6 alunos da física e 2 da matemática. Pelo extrato obtido a partir da ata, é possível ler que os professores decidiram dialogar com o gabinete da reitoria e montaram uma comissão de professores para visitar os alunos.

Figura 20 – Ata da reunião de congregação do Instituto de Física do dia 16 de abril de 1973

da Congregação. Com a palavra, a Srta. Gilena Maria Gil Graça noticiã que desde o dia 31 de março p.passado há 6 alunos do Instituto de Física detidos no DOPS e mais 2 estudantes do Instituto de Matemática e Estatística. O Diretor diz que ao tomar conhecimento desse fato comunicou-se imediatamente com o Gabinete do Reitor para solicitar informações a respeito, tendo sido cientificado de que os estudantes deveriam ser liberados o mais breve possível. Com a palavra, o Prof. Quadros solicita ao Diretor que diligencie junto ao Gabinete do Reitor para verificar a possibilidade de uma Comissão de Professores poder visitar os alunos, para o que, desde já, declara-se voluntário. O Diretor afirma que consultará o Reitor a respeito da proposta do

Fonte: Diretoria do Instituto de Física (1973).

José Domingos relatou a importância de alguns professores da congregação nesse período

“O Goldemberg, quando ainda diretor do instituto, foi bastante atuante durante as prisões. Tanto ele como o Hamburger foram pessoas assim, bastante atuantes no sentido de buscar preservar a integridade física e os direitos políticos dos estudantes da física e da matemática. Eles tiveram um papel importante” (ANEXO E, p. 150).

Suzana Salem também relata que o seu companheiro, José Domingos, na época, diretor o CEFISMA e aluno que fazia parte de uma organização política, foi preso, pois uma das pessoas próximas a ele não teria resistido à tortura e o entregou. Ele, junto com os outros alunos mencionados na ata da congregação, foram levados primeiro ao DOPS e depois para OBAN. Após esse evento, ela relata como se sentiu voltando ao instituto, destacando o medo constante de quem participava de alguma atividade política:

Então, como era a vida no instituto? Era de pânico. Eu saquei que eu estava sendo seguida e depois foi confirmado pelo pessoal que estava lá (ANEXO C, p. 123).

Um dos alunos presos foi o, hoje, professor Laerte Sodré que relatou como seus dias no DOPS e depois na OBAN:

E ficou lá eu e mais alguns aí, o Osamu e tal. Bom, a gente acabou ficando um mês preso. Ficamos lá na cela do DOPS, era interrogado, me lembro que ele foi interrogado pela equipe do Fleuri, que era um delegado horroroso que tinha naquela época, porque sempre tem esse negócio do, igual o filme que você vê hoje, é por isso que é o bom, é por isso que é o ruim, né? Então, tinha um lá, o tal de Mayotte, que era um delegado, que era o bom, entre aspas, eu digo que era bom porque minha mãe, por exemplo, levava comida para a gente, né, levava torta de frango, e o Mayotte disse que gostava muito da torta de frango, pediu receita para a minha mãe, essas coisas assim, então minha mãe levava até um pedaço de torta para ele, toda vez que ia levar torta lá para a gente. Eu me lembro que a primeira vez que ele foi interrogado, ele foi recebido com um soco no estômago, assim, para tentar já te quebrar logo de cara, mas, a gente se deu bem ali, digamos, né, não teve, ninguém interrogou ninguém, mas foi nada que... o ruim dessa história toda, bom, ficar preso, é uma coisa horrorosa. Para você tem uma ideia, eu me lembro da gente, a gente fazia uns baralhos, com papel de cigarro, ficava jogando baralho, tipo, fazia ali na cela, né, e tinha muita barata, e as baratas ficam andando em cima de você, tá? Mas depois de um tempo, você já nem dá bola para isso, para perceber como que o homem se adapta com qualquer coisa, então, a comida é um horror, né, então, quando não tinha comida que minha mãe, por exemplo, levava, eu comia pão, porque eu não conseguia comer aquela comida, e o pão tinha barata, era uma coisa. Mas, digamos que a maior parte desse mês foi mais ou menos tranquilo, o que foi

realmente problemático, foi nos últimos dias, que nós fomos transferidos com a operação Bandeirantes, lá na OBAN, foi um horror, e a gente ficava na cela ouvindo o grito de gente sendo torturado o tempo todo, né, e quando aí, a gente, por exemplo, eu me lembro de um interrogatório que a gente sofreu, lá, todo mundo levou choque, essas coisas, né, mas o pior foi o Luciano, um colega nosso que estava preso com a gente, que o cara pediu para eu segurar ele enquanto ele levava choque, entendeu? Uma experiência horrível, um negócio medonho, então, né, a OBAN foi realmente triste, eu te digo o seguinte, eu fiquei mais ou menos de 10 a 15 anos completamente traumatizado por conta dessa experiência, eu não podia ver nenhum policial perto de mim que eu tinha ataques de pânico, eu não consegui tirar a carta de motorista, eu não conseguia fazer exame, simplesmente, porque o cara ficava lá, eu não tinha condição de controlar a minha emoção, né. Depois, digamos, 10, 15 anos, isso daí passou (ANEXO G, p. 163).

A fala de Sodr e   bastante clara sobre o que ocorria com quem era detido pela ditadura, mesmo em casos em que não havia alguma denúncia formal sobre o suspeito. O grupo de estudantes tinha uma organiza o política clara em termos de ter uma pauta de reivindica es, mas como coletivo estudantil estavam muito longe de serem algum perigo social.

José Domingos apresenta um pouco sobre o que era essa organiza o política e o trabalho deles dentro do centro acadêmico:

O trabalho efetivo mesmo que esse grupo realizava, era dentro da universidade, mas não chegou a ter um nome. Tinha uma presun o de ter um grupo político estruturado, mas a gente não participava de nenhum dos grupos que existiam l . E quando essa estrutura foi desmontada com a nossa prisão em 73 os interrogatórios no DOPS e na Oban, aos quais a gente foi submetido. Nesses interrogatórios, procuravam sempre associar a gente a organiza es que tinham expressão na sociedade. Mas a gente conseguiu sempre mostrar que a gente tem uma independência em rela o a esses grupos e que isso, inclusive, de alguma maneira, nos livrou de coisas mais pesadas (ANEXO E, p. 145).

O professor Marcos Magalhães também relembra desses dias que culminou na sua ida ao DOPS para prestar depoimento:

Não há dúvida de que a repressão da ditadura, principalmente em 73, com a morte do Vanucchi, da geologia, foi importante porque ela resultou em várias prisões e inclusive teve gente no CEFISMA que foi preso naquela época. Ex-participantes do CEFISMA de tempos idos foram presos e alguns dos atuais participantes também foram presos. Ficaram presos por alguns dias, não muitos e depois também parte da diretoria e eu incluído fui convidado a ir lá no DOPS fazer um depoimento ao Departamento de Ordem Política e Social, que   um órgão estadual da repressão (ANEXO D, p. 133).

O professor também relata que houve uma convocação para depoimento veio de Erasmo Dias, que foi três vezes secretário de segurança pública em São Paulo. A primeira vez em 1974, quando deve ter ocorrido a convocação. Formado em História pela USP, Dias entrou para o exército com 35 anos, foi um dos fundadores do ARENA, partido da ditadura e participou das primeiras ações de caça aos comunistas depois de 1968.

A ida dos estudantes para prestar depoimento funcionou da seguinte forma. No período da manhã, os estudantes tinham que ir com os pais para conversar com o secretário e lá, segundo o professor: “tinha uma sessão de discurso do Erasmo Dias. Assim, de 01h00 mais ou menos” um discurso sobre os comunistas e sua hierarquia. No período da tarde, os estudantes voltaram ao local para prestar depoimento com o delegado. Neste momento, os estudantes eram questionados sobre assuntos relacionados ao centro acadêmico, o jornal e quem realizava algumas ações.

José Domingos, que foi preso, mas fez parte do grupo que permaneceu mais tempo no DOPS.

Vários interrogatórios, ameaças de tortura, de ser pego à noite. E você imagina, eu tinha 23 anos, eu fui preso exatamente no dia 31 de março de 73. Então foram nove pessoas da física e matemática presas naquele dia, oito dessas pessoas faziam parte desse agrupamento mais fechado que fazia trabalho político no CEFISMA. A gente teve essa experiência horrível de ficar na mão da repressão. Esses dias todos foram num período complicado, porque era o governo Médici naquela época (ANEXO E, p. 148).

O Instituto de Física tem conhecimento do ocorrido, que não se restringe aos que estavam no Centro Acadêmico. Nas reuniões da congregação de maio e de junho, esse assunto ainda é pauta a partir de comunicados da representação discente, mas com os estudantes já em liberdade.

Em maio, a USP, na Escola Politécnica, aconteceu o show proibido de Gilberto Gil. Sobre o show, Carlos McDowall comenta que a ditadura previamente tinha censurado a música *Cálice*, escrita em parceria com Chico Buarque. Durante o show, então, Gil só fez os sons da música, ocultando a letra. Depois do assassinato de Alexandre Vannucchi Leme, membros do grêmio da Politécnica e de outros centros acadêmicos haviam decidido denunciar as prisões, torturas e morte de forma urgente, o que levou à organização do evento.

Então, no dia 26 de maio de 1973, no Anfiteatro Vermelho do Auditório do Biênio na cidade universitária, Gilberto Gil tocou para mais de mil alunos da USP e jovens não universitários (DINIZ, 2018).

Figura 21 – Show de Gilberto Gil na USP



Fonte: Vitrola dos Sousa (2023).

Na reunião de 16 de agosto de 1973, o CEFISMA receberia as chaves da sua vivência, um novo lugar para os alunos se reunirem. Sua inauguração oficial se deu no dia 16 de outubro, junto com o edifício “Abrahão de Moraes”. Mas como bem aponta a professora Suzana Salém, as reuniões de caráter mais político não eram lá:

O CEFISMA e o Centro Acadêmico das Ciências Sociais eram os mais organizados na época. Eram lideranças do movimento estudantil e a gente fazia reuniões conjuntas. A gente fazia essas reuniões fingindo que estava fazendo piquenique no Butantã. Estendia uma toalha. Eu levava sanduíche, porque não podia caracterizar como reunião. Então era um clima desses, onde as pessoas desconfiavam uma da outra (ANEXO C, p. 124).

É importante destacar a estratégia utilizada para o debate e organização política. Agendar piqueniques dava uma aparência de descontração que

representa grupos políticos. Ao mesmo tempo permite o isolamento geográfico, evitando que pessoas indevidas ouçam a discussão realizada.

O CEFISMA era um centro acadêmico ativo politicamente, como aponta McDowall: “Era um movimento muito ativo. A física sempre foi um lugar muito ativo, não só os estudantes”.

No fim de 1973, também chegou ao fim o processo que os integrantes do CEFISMA passaram após a prisão. José Domingo explicou um pouco sobre o processo e a volta para o cotidiano do Instituto:

Bom, cada um voltou de um jeito. Eu me lembro, por exemplo, do Laerte. Ele foi assim marcante para mim, porque ele voltou com uma vontade redobrada de fazer conquistas e com uma segurança incrível. Eu voltei muito fragilizado. Eu tive dificuldade. Eu resolvi continuar participando das assembleias, nas reuniões ali. Mas eu lembro que eu pedi para falar numa assembleia e comecei gaguejar. Eu falei "Opa! Eu tenho que tomar cuidado". Eu sabia que eu estava sendo observado. Eu tinha que ir toda, toda segunda-feira, toda semana. Eu tinha que assinar meu nome, marcar presença no DOPS. Então eu estava sendo vigiado. Todos os que foram presos passaram por isso. Eu sou de Campinas e eu ia de vez em quando ver a família e eu tinha que avisar com antecedência que eu ia de São Paulo para Campinas. Eu continuei trabalhando na Abril, estava sendo processado, fui processado por subversão e formação de quadrilha. A acusação era essa. Eu continuei no grupo de jornal, mas parei de participar de reuniões assim, que continuava a existir. O movimento estudantil estava começando a tomar um corpo, tomando uma força que se expressou muito mais de 76 77. Mas eu recuei um pouco e fui processado. A gente foi absolvido. O processo foi julgado no dia 11 de setembro de 73 (ANEXO E, p. 85).

Como é de amplo conhecimento, a prisão e violência da ditadura deixam marcas psicológicas difíceis de reverter. A fala de Domingos demonstra o estado de pânico de quem buscava ter alguma atuação política no meio universitário. Contudo, como vimos anteriormente em relação à prisão de Amélia Império, este clima não é generalizado e algumas atividades transcorrem com alguma normalidade. Ainda sobre a tensão dentro da universidade na época Décio Ferroni relatou:

Dentro da USP não tinha muita tensão. A gente que militava, que tinha que tomar um pouco mais de cuidado, mas no geral você chamava pro grupo de teatro e eles iam, se botasse nos murais, eles sentavam por ali e não tinha clima de terror e medo. Nós tínhamos, nós militantes, nós tínhamos que tá olhando (ANEXO H, p. 170).

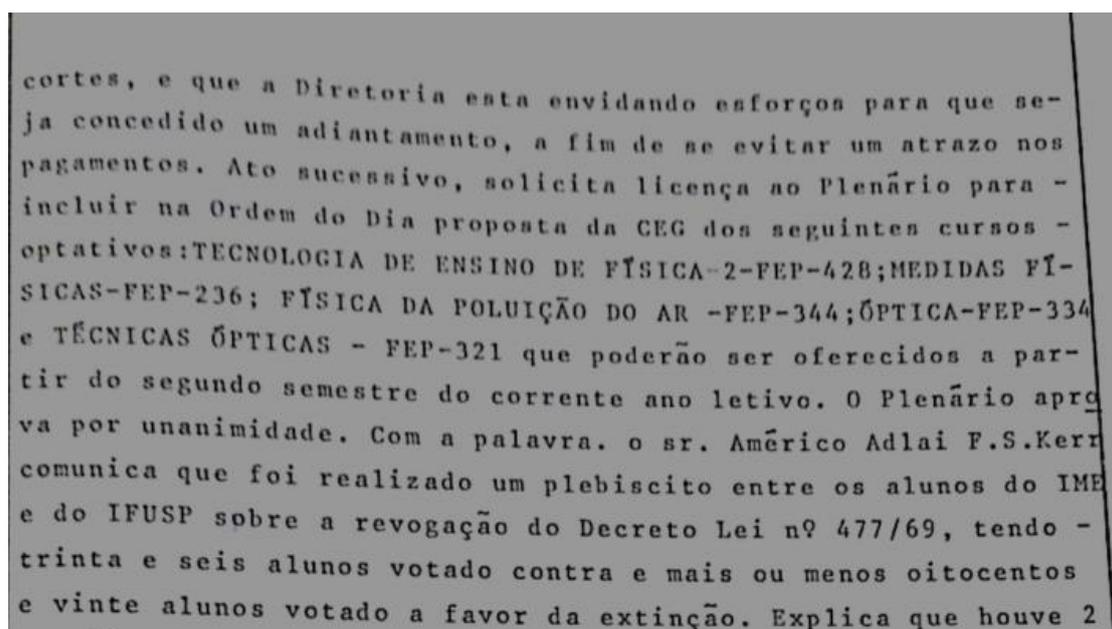
No ano de 1974, um caso um ex-aluno da física desaparece junto da sua companheira que era professora do Instituto de Química da USP. A professora

Ana Rosa Kucinski, professora de Instituto de Química da USP e militante da ALN. Kucinski desapareceu em 22 de Abril 1974, junto com seu companheiro, Wilson Silva, também militante da ALN e ex-aluno do Instituto de Física. Apesar do desaparecimento e conseqüente morte dos 2, Ana Rosa foi exonerada do cargo de professora por abandono de função. Questões sobre o desaparecimento os dois nunca chegaram a ser mencionados em ata de Congregação da Física.

McDowall, que trabalhou com o irmão da professora, aponta que poucas pessoas ficaram sabendo dos desaparecimentos dos 2 e que toda história da exoneração teria sido mal conta ao longo dos anos. Mas, mesmo assim, houve ato na Química sobre o ocorrido.

No ano de 1975, o CEFISMA realizou com os estudantes do Instituto de Física e da Matemática um plebiscito para saber a opinião dos estudantes sobre o decreto Lei 477/69, que definia “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (BRASIL, 1969, [sem página]). Neste plebiscito, cerca de 800 alunos votaram a favor da extinção da lei e 36 contra a extinção dessa lei.

Figura 22 – Extrato da ata da reunião de 25 de abril de 1969



cortes, e que a Diretoria esta envidando esforços para que seja concedido um adiantamento, a fim de se evitar um atrazo nos pagamentos. Ato sucessivo, solicita licença ao Plenário para incluir na Ordem do Dia proposta da CEG dos seguintes cursos - optativos: TECNOLOGIA DE ENSINO DE FÍSICA-2-FEP-428; MEDIDAS FÍSICAS-FEP-236; FÍSICA DA POLUIÇÃO DO AR -FEP-344; ÓPTICA-FEP-334 e TÉCNICAS ÓPTICAS - FEP-321 que poderão ser oferecidos a partir do segundo semestre do corrente ano letivo. O Plenário aprova por unanimidade. Com a palavra, o sr. Américo Adlai F.S. Kerr comunica que foi realizado um plebiscito entre os alunos do IME e do IFUSP sobre a revogação do Decreto Lei nº 477/69, tendo trinta e seis alunos votado contra e mais ou menos oitocentos e vinte alunos votado a favor da extinção. Explica que houve 2

Fonte: Diretoria do Instituto de Física (2023).

A Lei 477, de fevereiro de 1969, versava sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências e as definia. Como bem pontou o professor Marcos Magalhães em sua entrevista, essa lei era uma consequência do AI-5. Isso ocorreu, pois o presidente Costa e Silva usou das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5 para a produção da lei.

Ao elencar as infrações, a lei coloca ações que correm do cotidiano do movimento estudantil universitário:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública (BRASIL, 1969, [sem página]).

A mesma lei estabelecia algumas punições para quem fosse enquadrado nessas infrações, como a perda de bolsa para alunos e o desligamento da instituição a proibição de se matricular pelo prazo de três (3) anos. Para os professores ou funcionários a pena era de demissão e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado pelo prazo de cinco (5) anos (BRASIL, 1969).

José Domingos falou um pouco sobre a aplicação da lei no Instituto dando o seu próprio exemplo de graduação:

Mas como diretor do Instituto, o Goldemberg resolveu aplicar o 477. Que entre outras coisas fixava em sete anos o direito de preservar sua matrícula. Então eu comecei a fazer o curso de física, terminei em 76.

Voltando ao ano de 1975, apesar de não ser mencionado em nenhuma ata da congregação do Instituto de Física daquele ano, outro assassinato pela ditadura iria abalar a Universidade de São Paulo: a morte do professor da USP e jornalista Vladimir Herzog. Herzog estudou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e iniciou a carreira de jornalista em 1959, no jornal O Estado de S. Paulo. Além disso foi professor de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e na Escola de Comunicações e Artes da USP.

No dia 24 de outubro de 1975, Herzog foi chamado para prestar esclarecimento no DOI-Codi por uma suposta ligação com o PCB. No dia seguinte, após sofrer tortura, foi morto. Os militares tentaram colocar a versão que o professor teria se enforcado com um cinto, mas em 1978, legistas confirmaram o assassinato de Vladimir Herzog (USP, 2018).

Em resposta ao ocorrido, no dia 31 de outubro ocorreu na Catedral da Sé a missa de sétimo dia da morte de Herzog. Neste dia, cerca de 8 mil pessoas se reuniram na praça da sé, transformando a missa em um ato. Cerca de 800 cantores e mais de vinte corais se concentraram na Praça da Sé, subiram as escadarias e entraram na Catedral cantando o refrão de *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, composta em plena ditadura.

A partir de 1976 a vida cotidiana do movimento estudantil da USP começou, aos poucos, a deixar de ser tão tensa e fechada. O entrevistado Décio Ferroni relatou que este período se tornou “muito mais tranquilo, muito mais tranquilo. Tinha que olhar menos pelos lados para olhar se estava seguro. Discutia abertamente, caminhava e discutia no ônibus. Diferente de 70, 71, 72 que foram muito difíceis” (ANEXO H, p. 172).

Ainda sobre essas diferenças entre o início dos anos 70 e a metade da década, o professor Laerte Sodré relatou:

Eu acho que medo a gente sempre tinha, mas ao mesmo tempo a gente era excessivamente corajoso, porque a gente fazia muitas coisas aqui dentro dessa universidade, não era... a primeira passeata que teve fora da USP, acho que foi em 1970, não me lembro que era um foi, não foi logo de cara, eu até me lembro que, não sei se foi em 1972, 1973, ou 1974, foi quando se começou a cogitar de criar o DCE, essas coisas assim, essas datas realmente eu já não me lembro, mas eu me lembro até de ter uma foto, lá em cima de alguma coisa, fazendo um discurso. Isso, pelo que eu me lembro, foi a primeira vez que a gente saiu do

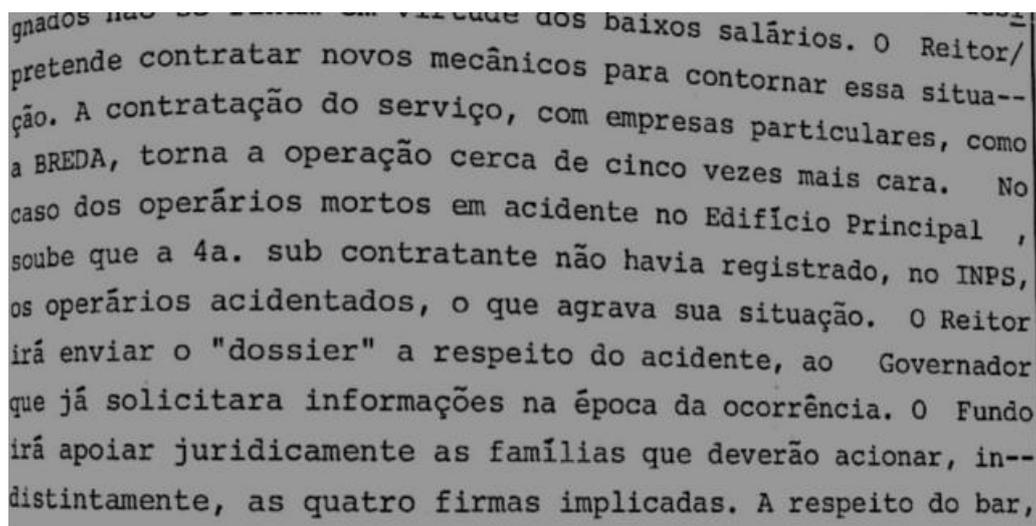
campus, antes as atividades eram todas dentro do campus, então a gente fazia a panfletagem aqui dentro (ANEXO G, p. 163).

Neste ano, foi a reconstrução do DCE da universidade. No dia 26 de março de 1976 foi realizada a assembleia que deliberou pela refundação do DCE e naquele mesmo ano ocorreu a eleição da nova gestão. Segundo Muller (2010):

Para além da reconstrução da entidade, o significado da reconstrução do DCE também estava vinculado ao posicionamento que passaria a dirigir a representação dos estudantes da USP. A estreiteza do regime levou às tendências a se “mascararem”, dificultando a tomada de posições da maioria, muitas vezes devido à própria falta de clareza e compreensão das lutas políticas a serem travadas ([sem página]).

No ano de 1976 houve um acidente na construção do edifício principal do instituto. Alguns operários faleceram devido ao acidente. Não foi possível descobrir como foi o acidente em si, mas possíveis causas foram conversadas na reunião da congregação do dia 4 de junho de 1976.

Figura 23 – Extrato da Ata da Congregação do dia 04 de junho de 1976



gnados não... em virtude dos baixos salários. O Reitor/
pretende contratar novos mecânicos para contornar essa situa--
ção. A contratação do serviço, com empresas particulares, como
a BREDA, torna a operação cerca de cinco vezes mais cara. No
caso dos operários mortos em acidente no Edifício Principal,
soube que a 4a. sub contratante não havia registrado, no INPS,
os operários acidentados, o que agrava sua situação. O Reitor
irá enviar o "dossier" a respeito do acidente, ao Governador
que já solicitara informações na época da ocorrência. O Fundo
irá apoiar juridicamente as famílias que deverão acionar, in--
distintamente, as quatro firmas implicadas. A respeito do bar,

Fonte: Diretoria do Instituto de Física (2023).

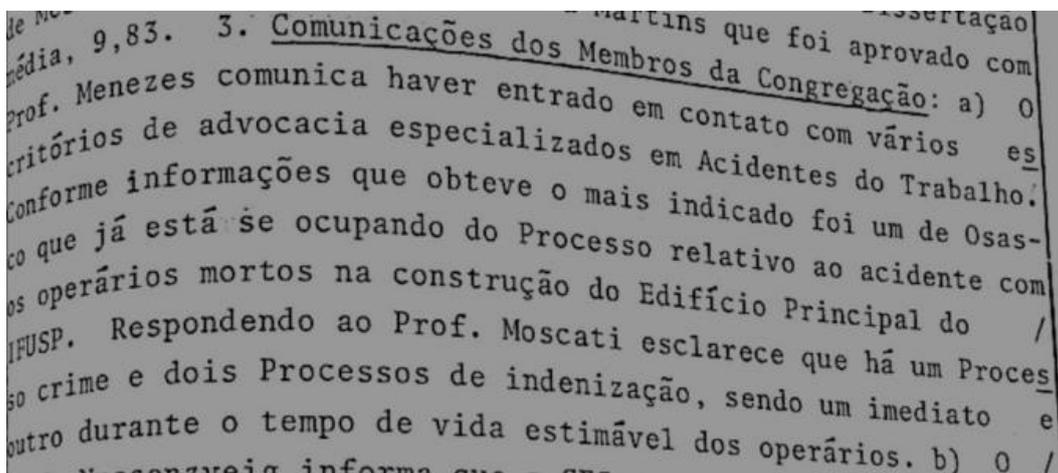
O principal responsável por auxiliar as famílias foi o professor Menezes, que relatou o episódio e medidas tomadas:

Houve um acidente e nesse acidente morreram três operários. O que eu fiz foi procurar a família dos operários. Eles tinham sido contratados. A gíria, que se chama de Gato, eles eram contratados por uma empresa terceirizada, sem registro. Era uma miséria. E conheci essa condição e consegui que as famílias fossem indenizadas, inclusive com pagamento na expectativa de vida deles. E quando eu consegui esse ressarcimento, nós inauguramos uma placa com o nome dos três

operários mortos, que até hoje está na entrada do prédio (ANEXO E, p. 157).

Em outras atas de reuniões da congregação é relatada a mobilização para os pagamentos de indenização e homenagem aos mortos no acidente.

Figura 24 – Extrato da Ata da Congregação do dia 08 de outubro de 1976



Fonte: Diretoria do Instituto de Física (2023).

No ano de 1977, dois fatos são as principais pautas da Congregação do Instituto de Física. O primeiro deles é a 29ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948 por cientistas que trabalhavam em São Paulo e estavam indignados com as demissões de pesquisadores das áreas de química e endocrinologia no Instituto Butantan. A partir desse sentimento de vulnerabilidade dos pesquisadores, eles começaram a criar uma entidade que representasse a comunidade científica e defendesse-a de ingerências (NADER; BOLZANI; FERREIRA, 2019).

O diretor do Instituto, José Goldemberg, foi eleito membro do Conselho da SBPC de 1969 a 1973 e de 1977 a 1981. O professor Oscar Sala era presidente da entidade no ano de 1977. Em reunião do dia 17 de junho de 1977, Ernst pede para que o professor Oscar Sala exponha os problemas e as dificuldades que estavam sendo enfrentadas para a realização a reunião anual da entidade, mas Sala se recusa a fornecer essas informações.

Mas o professor Oscar Sala se reuniu com Geisel, então presidente, para dialogar sobre a 29ª reunião anual da SBPC, que estava sendo dificultada pelo governo federal.

O encontro, segundo Sala, foi “muito cordial” e o assunto da RA foi tratado ligeiramente. “Quero que o senhor entenda que não somos contra a SBPC, mas essa reunião não pode acontecer”, disse Geisel. O motivo seria a participação massiva de estudantes na RA e as reivindicações por eleições diretas, tema avesso aos interesses do governo (NADER; BOLZANI; FERREIRA, 2019, p. 104).

A professora Suzana em sua entrevista sobre a movimentação estudantil em relação a proibição da reunião:

Acho admiráveis, por exemplo, quando a SBPC foi proibida. O que aconteceu em meia hora no boca a boca. Aquele auditório da FAU devia ter umas 500 pessoas discutindo e protestando contra a proibição da SBPC e que acabou sendo na PUC. Então era uma coisa que não tinha internet, não tinha. Um telefona para o outro e lota. Ao mesmo tempo que tinha esse clima de perseguição e medo (ANEXO C, p. 126).

O professor Menezes, em congregação, lê uma proposta de moção de solidariedade ao professor Oscar Sala e contra o boicote à realização da reunião. Essa moção foi aprovada pela congregação com solidariedade além ao Oscar Sala, mas também, à toda diretoria da SBPC.

Figura 25 – Extrato da Ata da Congregação do dia 17 de junho de 1977

res Titulares. Nesse momento o Prof. Menezes pede para ler uma proposta sobre outro assunto que, por envolver a pessoa do Prof. Sala, pede que se discuta agora: " O Prof. Oscar Sala, na Presidência da SBPC, conta com toda a solidariedade dos seus colegas do IF. Particularmente neste ano, além de todo o trabalho de planejamento e organização entendemos que ele está enfrentando um posicionamento do Governo Federal que equivale a verdadeiro boicote à realização da reunião anual da Sociedade em julho próximo. Esta Congregação reitera seu apoio solidário ao Prof. Sala e à Diretoria da SBPC, estando certa de que esse apoio é endossado por toda a comunidade científica do País". O

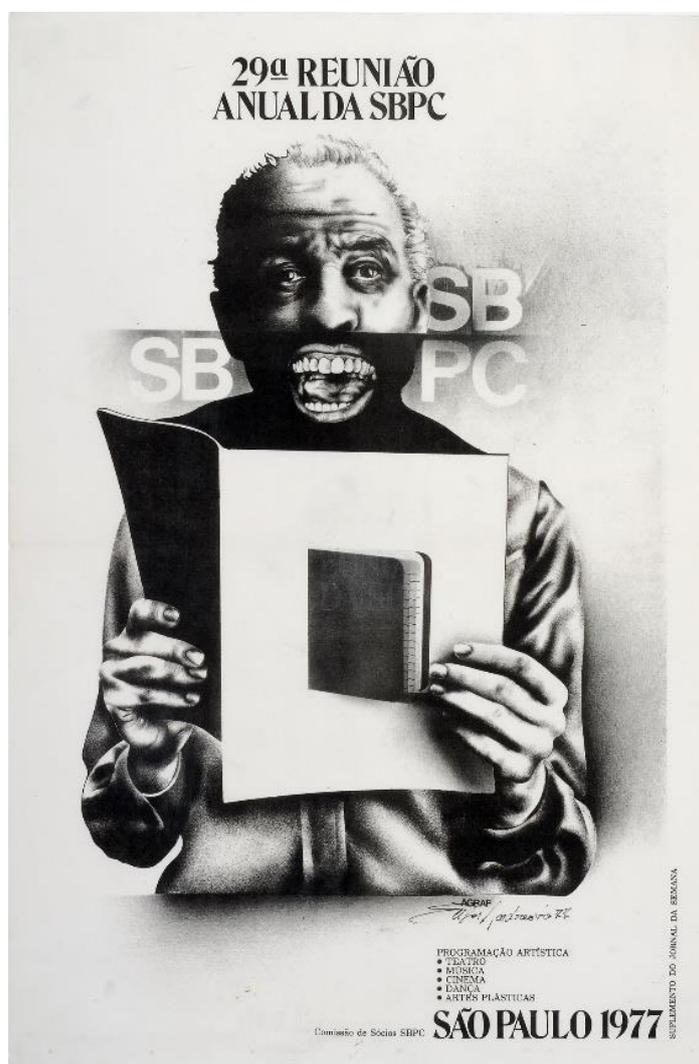
Fonte: Diretoria do Instituto de Física (2023).

Além disso, na reunião do dia 01 de julho de 1977, o professor Ernst pede que a congregação discuta e se manifesta sobre os problemas ligados à construção da reunião. Também é solicitado que o professor Oscar Sala esclareça sobre o posicionamento da reitoria sobre o assunto. O mesmo esclareceu que a reitoria da USP não se recusou a ceder o campus para a

reunião, mas que a resposta só seria dada em um período não interessante para a diretoria da SBPC. Então, o professor Menezes coloca para uma moção sobre o assunto para a congregação.

A reunião aconteceu de 06 a 13 de julho de 1977, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Mas no acervo digitalizado do Arquivo Nacional foram encontrados oito relatórios dos serviços de informação do governo sobre a reunião. Tais documentos com mais de mil páginas contém todos os panfletos, cartazes e todos os documentos impressos que circularam no evento e descrições sobre as palestras (FERREIRA, 2019).

Figura 26 – Cartaz da 29ª Reunião Anual da SBPC, 06 a 13 de julho de 1977, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo (SP)



Fonte: Acervo SBPC (2023).

O segundo assunto mais tratado em 1977 pela Congregação também foi na reunião do dia 17 de junho, o assunto foi o pedido de demissão do então diretor José Goldemberg. A ata menciona que dias antes um grupo de professores realizou uma reunião com o reitor da USP para manifestar toda preocupação com os fatos ligados ao pedido de demissão de Goldemberg. Depois que os professores solicitaram um posicionamento do reitor, o mesmo escreveu uma carta ao professor Goldemberg para que o mesmo reconsiderasse a demissão e prometia ao professor que iria tentar acelerar a tramitação do processo de seu filho.

Além disso, o ministro da educação, Ney Braga, dialogou com o governo estadual, colocando que não havia nada contra o professor por parte do governo federal. Foram feitas conversas também com o Supremo Tribunal Federal e o Chefe da Casa Civil do Presidente para realizar a aceleração do processo. Então, foi redigida uma moção manifestando integral apoio e solidariedade ao diretor do Instituto de Física, o professor Goldemberg.

José Goldemberg foi diretor do Instituto de Física de 1970 até 1974 e, depois, volta em 1975 e fica até 1978. De 1979 até 1982 passa a ser vice-diretor do Instituto.

Na reunião do dia 01 de julho de 1977, o assunto do diretor Goldemberg não volta a ser comentado, mas a Congregação discutia a criação do departamento de física-matemática e o anteprojeto da USP. A discussão não é prolongada, pois os representantes da Congregação aprovaram um pedido de dilatação do prazo de discussão. Esse pedido se deu porque o período dado coincidia com o período de férias e da 29ª reunião anual da SBPC, que vários professores estavam envolvidos. Além disso, foi colocada uma crítica ao anteprojeto que saiu da reunião da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). Segundo analisado em reunião, o anteprojeto seria um retrocesso, pois centralizava boa parte da organização universitária na mão do reitor. A discussão foi apresentada por um dos fundadores da associação, o professor Menezes, que contou em entrevista que foi um dos fundadores da ADUSP e do ANDES, sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior.

O Instituto de Física e a USP também passaram por coerção da ditadura. Algumas batidas policiais e suspensão de aula acabaram acontecendo. Sobre isso, Carlos McDowall comentou:

Então, essas foram as coisas que aconteceram com nossa vida aqui, fora as batidas policiais e exercito que entravam aqui e prendiam estudantes (ANEXO H, p. 115).

Na reunião da congregação de 28 de setembro de 1977 os representantes discutem o fechamento do campus que aconteceu no dia 20 de setembro. O professor Giorgio Moscati fala sobre a falta de informação oficial sobre o ocorrido e o professor Ernst fala sobre como tal ação foi uma perturbação das atividades. A representação discente fala de sobre a suspensão das aulas do noturno devido a intervenção da PM. Por fim, o professor Nussenzeig comentou sobre a esposa de um professor que teve seu carro revistado pela PM e impedido de entrar no campus. A discussão geral uma proposta de manifesto lida pelos professores Meneses e Ernst para a Congregação.

O manifesto dizia:

A Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, reunida em sessão extraordinária no dia 28 de setembro de 1977 manifesta ao Magnífico Reitor e ao Colendo Conselho Universitário que: - Os incidentes ocorridos na vida universitária nos últimos dias 20 e 21 ultrapassaram os limites do tolerável, ferindo uma das últimas liberdades a serem atingidas entre nós: a liberdade de trabalhar. – O bloqueio policial-militar do “campus” universitário e a paralisação deliberada do transporte coletivo interno no “campus”, além de acarretar a interrupção das atividades docentes, impediram de fato todas as atividades da USP. Em algumas unidades houve mesmo, através da invasão, outras violações diretas da autonomia da Universidade. Não temos a pretensão de que estivesse ao alcance do Magnífico Reitor impedir estas violações. Pior outro lado, era nossa expectativa que esta autoridade universitária não manifestasse qualquer conivência ou condescendência com estes atos, devendo, pelo contrário, expressar nossa indignação diante deles. Qualquer outra atitude divorcia moralmente a Reitoria da Universidade do seu corpo docente. Nossa Universidade não foi a única, nem a mais duramente atingida e estamos certos de que nosso Conselho Universitário saberá estabelecer os laços de solidariedade indispensáveis para a defesa das condições de trabalho nas Universidades em geral ([trecho obtido presencialmente em janeiro de 2023 na diretoria do Instituto de Física da USP, sem página]).

A maior intensão da polícia ao fechar a cidade universitária era de impedir o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE). Em 1976, os estudantes começaram a se organizar com o intuito de reconstruir a UNE, que havia sido

colocada na ilegalidade pelo regime militar em 1964. No ano de 1977, foram organizadas três versões do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE). Uma delas em Belo Horizonte, na Faculdade de Medicina da UFMG, e as outras duas em São Paulo, na USP e na PUC-SP. A realização do Encontro, em qualquer um dos locais citados, estava expressamente proibida pelo então Ministro da Educação, Ney Braga.

Então, o governador de São Paulo, Paulo Egidio, para cumprir com a proibição do encontro, bloqueou a USP. No dia 20 durante a noite a polícia militar bloqueou as imediações da cidade universitária, todos os aparelhos telefônicos das faculdades foram desligados e os ônibus circulares pararam de funcionar (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p. 12).

Figura 27 – Imagem da matéria da Folha de São Paulo sobre o bloqueio da PM na USP



Pouco após as 20h, quando policiais militares, guardas do DSV e membros da Polícia Feminina iniciaram intenso bloqueio nas imediações da Cidade Universitária.

Fonte: Folha de São Paulo (1977).

O ano de 1977 termina com o fim do mandato do professor José Goldemberg como diretor e o ano de 1978 começa no Instituto de Física com mais uma intervenção da reitoria na organização e política do Instituto. Na reunião do dia 11 de maio de 1978, o professor Oscar Sala convoca uma reunião extraordinária para discutir a nomeação da diretoria do Instituto. O professor Oscar Sala tinha sido o mais votado para o cargo, mas não foi o indicado pelo Reitor. Segundo a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968: “§1º Os Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores das instituições de ensino superior, mantidas pela União, salvo o disposto no § 3º dêste artigo, serão indicados em lista de seis nomes pelos respectivos colegiados e nomeados pelo Presidente da República” (BRASIL, 1968, [sem página]).

O diretor indicado não foi o mais votado pelos representantes da congregação, mas sim o professor Herch Moysés Nussenzveig. Depois de saber da sua nomeação, o professor Nussenzveig a declinou. Segundo o mesmo, fez isso pois achava que o professor Sala reunia os maiores requisitos para a direção do Instituto, o que causou o maior número de votos na eleição. O reitor convidou o professor Nussenzveig para uma conversa sobre o assunto.

Sobre sua conversa com o Reitor, o professor Nussenzveig contou que o Reitor afirmou que sua ação foi perfeitamente legal e que não podia escolher outro nome da lista sêxtupla. Então, deu duas alternativas ou o professor aceitava a direção do Instituto ou a congregação teria que realizar outra lista sêxtupla. Segundo o professor, ele mostrou sua estranheza pela não escolha do professor Sala que já era o vice-diretor. Por fim, o reitor informa que se for feita uma outra lista sêxtupla iria descer uma portaria colocando que os nomes da lista precisariam assinar um “de acordo” para que aceitasse caso fosse o nomeado. Depois de uma extensa discussão em congregação, com o professor Nussenzveig ressaltando que sua atitude não foi egoísta e sim uma resposta a imposição do reitor. Além de vários professores colocando a importância de mesmo com o ocorrido que o professor aceitasse a nomeação. O professor aceitou ser diretor do Instituto e permaneceu até 1982.

No mesmo mês um fato curioso é discutido em Congregação. Um convênio entre a USP e o Ministério da Marinha é colocado para ser discutido em reunião. Tal convênio já teria sido discutido previamente pelo departamento

interessado, o de Física dos Materiais e Mecânica. Por falta de maiores detalhes, o pedido de convênio foi devolvido ao departamento, pois o mesmo deveria tramitar por vários órgãos da Reitoria.

O ano de 1978 é marcado por alguns posicionamentos feitos pela Sociedade Brasileira de Física. O primeiro foi uma manifestação sobre as aposentadorias compulsórias de pesquisadores e professores aprovada em reunião do seu conselho no dia 11 de abril de 1978. A nota fala sobre os problemas de cientistas estarem há 10 anos sem conseguir produzir ciência no Brasil devido a aposentadoria imposta pelo governo. Junto a nota foi escrito um pedido do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas solicitando a reintegração dos professores José Leite Lopes, Jayme Tiomno e Elisa Frota Pessoa, demitidos do CBPF em 31 de outubro de 1969 como consequência do Ato Complementar 75 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA, 1978, p. 11).

No mesmo boletim, a SBF publica um documento da associação dos docentes da USP que foi enviado ao congresso nacional. Tal documento também denuncia as aposentadorias e fala sobre os problemas causados por tal ação, além de pedir a reintegração dos profissionais ao quadro dos funcionários (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA, 1978, p. 11).

No segundo semestre, a SBF escreveu uma carta que denuncia as cassações mascaradas que a ditadura utilizava:

Nos últimos meses uma forma mais sutil de repressão, atingindo a um número crescente de pessoas ligadas ao meio universitário, passou a ser denunciada por organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Física. O professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e muitas vezes nem mesmo perde o seu emprego. Simplesmente lhe são negadas certas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão. As chamadas cassações brancas ocorrem de variadas formas:

1) Um pesquisador que pretende participar de congresso ou de estágio no exterior normalmente se dirige ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a obtenção de um auxílio. O seu pedido é julgado por um comitê assessor que, baseado em questões de mérito, pode recomendar a concessão do auxílio. No entanto, apesar de uma recomendação favorável, um número crescente de pesquisadores não consegue obter qualquer auxílio do CNPq para viagens ao exterior. Muitas vezes estes mesmos pesquisadores conseguem verba do CNPq para implementar os seus projetos de pesquisa dentro do País.

2) O CNPq tem adotado um complicado sistema de formulários para o pedido de bolsas e auxílios. Um pesquisador ou bolsista que deseja viajar ao exterior é obrigado a entregar um formulário preenchido, com

90 dias de antecedência, onde devem constar informações curiosas como, por exemplo, as suas residências anteriores desde a idade de 18 anos. Já houve casos de pessoas que esqueceram de listar um local de residência e tiveram o formulário devolvido. No caso de um pesquisador visitante estrangeiro os formulários são ainda mais peculiares – há alguns quesitos que no fundo exigem a declaração das preferências políticas do visitante.

3) Esta situação ainda é mais grave no que diz respeito aos bolsistas em início de carreira que são selecionados pelos comitês assessores para completar no exterior o mestrado ou o doutoramento. Muitas vezes a Diretoria do CNPq deixa o candidato em compasso de espera e, finalmente, nega o pedido de bolsa. É claro que isto afeta profundamente a carreira dos pesquisadores mais jovens.

4) Restrições análogas às do CNPq são impostas pelo MEC às contratações e às licenças de pessoal universitário. Qualquer licença para viagem ao exterior tem que passar por Brasília e o número de casos negados tem sido cada vez maior. No entanto, uma negativa do CNPq não significa necessariamente uma negativa do MEC ou vice-versa. Os órgãos de segurança têm aliás características peculiares – tem sido muito difícil obter as razões das negativas e muitas vezes as pessoas atingidas preferem nem divulgar o fato com a esperança de que no próximo pedido a situação possa ser contornada. Num levantamento preliminar elaborado por um grupo de físicos, constatou-se que no nível do MEC as restrições a certos pesquisadores se devem mais a questões internas de suas escolas do que a atitudes claramente políticas.

5) As restrições à contratação de pessoal docente constituem um capítulo à parte. Elas sempre se verificaram na área federal e aumentaram de intensidade a partir de 1969. Os órgãos de segurança não costumam vetar taxativamente a contratação de nenhum docente – esta responsabilidade fica a critério de diretores ou reitores. Infelizmente a própria administração universitária muitas vezes é mais realista do que o rei. Em São Paulo, as restrições à contratação de pessoal são mais intensas na Unesp (onde há vários concursados que não tomaram posse), um pouco menos na USP e aparentemente bem menos na Unicamp. Na USP as contratações de docentes a partir de 1969 passaram a ser examinadas por agentes de segurança que durante um longo período se instalavam na própria Reitoria. No entanto, quase todos os contratos que haviam sido barrados acabaram sendo concedidos após uma certa dose de pressão exercida sobre o Reitor por Diretores de Institutos e professores interessados. O caminho para a vitória sobre a repressão nestes casos se encontra dentro da própria comunidade universitária.

6) Também se verificam restrições à concessão de vistos de saída em passaporte e à liberação do pagamento do depósito compulsório. Há pouco tempo vários cientistas brasileiros que pretendiam participar de um Congresso Internacional de Cristalografia na Polônia não conseguiram obter nem o auxílio do CNPq e nem a liberação do depósito compulsório. A explicação para esse fato – que paralela o tratamento dado pelo MEC aos diplomas de países socialistas – é que o Brasil não mantém convênios culturais com a Polônia. Sabe-se também que ministérios diferentes agem de maneira diferente quanto aos pedidos de isenção do depósito compulsório – o mesmo pedido que é negado pelo MEC pode ser concedido, por exemplo, pelo Ministério das Comunicações.

7) As restrições do MEC ao reconhecimento de diplomas obtidos em países da área socialista têm prejudicado vários pesquisadores. O não reconhecimento de mestrados ou doutoramentos em Ciências na

Universidade de Moscou, por exemplo, reflete um obscurantismo primário.

8) Restrições ao estilo do CNPq e do MEC são comuns em outros órgãos governamentais. Na Capes e na CNEN/Nuclebrás a situação é análoga. Aliás, os formulários que os pesquisadores têm que preencher para obter auxílios do CNEN são ainda mais primários que os do CNPq. Em São Paulo a situação é mais favorável, pois aparentemente a Fapesp ainda não foi afetada pelos órgãos de segurança.

Há cerca de um ano, o Conselho da Sociedade Brasileira de Física divulgou uma nota de protesto, iniciando uma campanha contra as cassações brancas. Em maio último, cerca de 100 físicos da Matéria Condensada, reunidos em Cambuquira, redigiram e assinaram uma carta de protesto contra as cassações brancas, enviada ao Presidente do CNPq. Um protesto contra os empecilhos políticos às atividades científicas foi incluído na parte de recomendações de um documento de 'Avaliação e Perspectivas da Física no Brasil' que acaba de ser elaborado pelo Comitê Assessor de Física do CNPq. Na última Reunião Anual da SBPC foi aprovada a criação de uma 'Comissão pela revogação das restrições políticas ao trabalho científico' que se encontra agora em fase de implementação.

Secretaria regional da S.B.F.

São Paulo, 19 de setembro de 1978 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA, apud ADUSP, 2004, p 88).

Também no segundo semestre de 1978, um nome que ainda não tinha sido mencionado nas atas parece, voltando ao cotidiano do agora Instituto de Física, o professor Mário Schenberg é escolhido para uma banca de concurso. O professor havia sido um dos primeiros afastados da universidade pela ditadura.

Mário Schenberg nasceu em Recife em 1914 e se formou em Engenharia Elétrica em 1935 e em 1936 em Matemática já em São Paulo. Em 1937, é nomeado como assistente da cadeira de Física Teórica. Abertamente comunista, Schenberg participou das eleições de 1947 pelo PCB para o cargo de Deputado Estadual, mas só ocupou o cargo por 2 meses, pois o PCB foi colocado na ilegalidade. Após a cassação veio a sua primeira prisão, onde ficou detido por dois meses. Em 1953, o professor assumiu a direção do departamento de física dentro da FFCL, ocupando essa função até 1961 (SOUZA, 2011).

Ainda no começo da ditadura o professor Schenberg era alvo tanto dos militares quanto da mídia. Em uma matéria sobre ativismo comunista na universidade, o Estado de São Paulo citou o professor como um dos professores que usava da sua aula para falar sobre questões políticas.

Figura 28 – Matéria do Estado de São Paulo sobre ativismo comunista na universidade

Ativismo comunista na Universidade

As minorias extremistas, que com a Revolução perderam, visivelmente, a virulência nos meios políticos propriamente ditos, continuam a movimentar-se nos meios estudantis, onde vêm explorando, com a mestria de que dão mostras invariavelmente em suas atividades subversivas, a generosidade e a inexperiência dos moços. A tecla de predileção dos totalitários nesta fase de sua campanha entre os moços tem sido a do que eles denominaram de terrorismo cultural. Seria difícil, em condições normais, acreditar

no êxito de comunistas numa campanha desta natureza. Mas de que o impossível às vezes acontece, a prova está na receptividade que lhe proporcionaram os formandos deste ano da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com uma inovação inspirada, evidentemente, na referida exploração totalitária: em caráter extraordinário, e como homenagem especial a um autêntico líder comunista, instituíram os formandos o título, ao lado do de paraninfo, de patrono da turma, para tal honraria elegendo o nome do professor Mário Schenberg.

As convicções políticas deste cientista jamais influenciaram na alta consideração em que sempre o tivemos pela sua reconhecida erudição

Fonte: Acervo Estado de São Paulo (1965).

A volta de Schenberg para o Instituto de Física se aprofunda nos anos de 1979 quando a Lei da Anistia começa a ser construída. Durante o ano de 1979, o nome do professor volta a aparecer para banca em outros concursos e até mesmo porque o professor Shiguo Watanabe foi alocado por engano na vaga no Schenberg no departamento.

Em reunião do dia 10 de agosto, foi comunicado que a SBPC propôs uma emenda no projeto de lei da anistia referente aos docentes e que o Conselho Universitário do dia 17 de julho aprovou uma moção para que a reintegração dos docentes fosse realizada sem mais formalidades. Também, o informe que a ADUSP estava construindo um dia nacional da reintegração dos professores anistiados, que seria no primeiro dia de aula, onde estes professores ministrariam uma aula inaugural em suas unidades.

Mesmo sem a lei da anistia ainda formalizada, na mesma reunião, o professor Hamburger propõe que se dê uma sala para o professor Schenberg na condição de presidente da SBF e comenta também que seria o caso do professor Tiomno que também foi afastado pela ditadura. O Diretor Nussenzweig esclareceu que para o professor voltar, ele teria que fazer um requerimento e o mesmo seria apreciado por uma comissão que iria condicionar o aceite a existência de vaga e interesse da administração. A discussão continuou, mas o diretor do instituto aponta desacordo em ceder uma sala para o professor Schenberg por ele ser presidente de SBF. Em meio as discussões sobre a anistia, o Instituto de Física passa a ter um novo vice-diretor. O professor Oscar Sala pede afastamento e o reitor nomeia o professor Goldemberg como vice-diretor.

Após a promulgação da lei, a Congregação começou a entender o que fazer em relação a volta ou não dos seus professores. A burocracia universitária fazia diferenciação para servidores aposentados e afastados. Também, havia dúvida até onde a congregação tinha autonomia e até onde tais demandas deveriam ser passadas para o gabinete do reitor.

A Congregação toma a decisão de convidar os professores afastados para voltar ao Instituto de Física. Na reunião do dia 27 de março de 1980, o diretor informou que o professor Tiomno declinou o convite, mas que o professor Schenberg aceitou. Mas a comissão da USP criada avisa ao instituto que não há vaga e verba para aceitar o professor, mas o Reitor informou que o conselho universitário iria pedir ao governador que criasse a vaga e a verba necessária. Em extrato da data da congregação, é possível perceber que não foi uma volta simples, mas com inúmeros percalços e burocracia, pois na ata do mês seguinte, 10 de abril, o professor ainda não tinha conseguido retornar para o instituto.

Figura 29 – Trecho da ata da congregação do dia 23 de março de 1980

mesmos. Continuando, o Prof. Nussenzveig explica que, de acordo com a Reitoria, o Prof. Schenberg poderá aceitar o convite do Instituto e voltar ao seu antigo cargo. Daí poderá aposentar-se, sem prejuízo de ser recontratado. Às 10:00 h. chega o Prof. Nei. O Prof. Goldemberg opina que se deve deixar bem claro ao Prof. Schenberg que, se ele se aposentar e depois for recontratado, não gozará dos direitos de Professor Titular, como o direito do voto na Congregação. O Prof. Hamburger pede providências urgentes para a reserva de um escritório para o Prof. Schenberg. O Prof. Nussenzveig informa que, tendo o convite provindo do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica, àquele Departamento cabe providenciar o alojamento. O Prof. Guimarães esclarece que não lhe destinou ainda uma sala porque ainda não se concretizou sua decisão de voltar ao IF. h) O Diretor informa, que no dia 11 p.p., houve

Fonte: Diretoria do Instituto de Física (2023).

Em 1982 o professor recebeu o título de professor emérito do Instituto de Física da USP. Só que em 1983 o professor volta a ser afastado. Apesar não encontrar nenhum comunicado oficial do governo, o Acervo Histórico do Instituto de Física possui um comunicado do CEFISMA que versa sobre o assunto.

Figura 30 – Comunicado do CEFISMA sobre o afastamento do professor Mário Schenberg

O Centro Acadêmico do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (CEFISMA) quer comunicar a Vsa. Excelência(s) que o Prof. Mario Schenberg encontra-se novamente afastado de suas atividades em nossa Universidade devido a imposições burocráticas e autoritárias que hoje dominam esta Instituição Pública de Ensino e Pesquisa. Dirigimo-nos a Vsa. Excelência(s) solicitando que façam pública uma moção de solidariedade ao Prof. Mário Schenberg, e de repúdio a estas imposições burocráticas e autoritárias.

Contamos com o apoio de todas as forças democráticas que se dispõem, hoje, a lutar contra o autoritarismo que ainda reina em nossa sociedade.

São Paulo, 28 de Julho, 1983.

CEFISMA

Fonte: Acervo histórico do Instituto de Física (2023).

Em 1985, como já mencionado, temos a posse de José Sarney e é “oficializado” o fim da ditadura no Brasil. Os últimos 10 anos anteriores a esta década já tinham arrefecido as repressões, processo que continua no período posterior com a redemocratização.

Contudo, podemos questionar se as marcas deixadas pela ditadura um dia deixarão de estar presentes em nossa história. Sobre isso, uma fala da Prof. Salém nos ajuda a terminar este capítulo. Quando perguntada sobre quando o clima de medo teria passado para ela, a professora comenta:

Olha, aos poucos e eu acho que nunca passou completamente. No seguinte sentido, se eu estou dirigindo o carro, hoje, de repente, eu vejo um comando policial cheio de guarda com uma arma, eu penso: eu tenho carteira em dia, documento do carro, não tenho o que temer, posso passar e eles podem me parar. Então ficou o reflexo do medo da polícia, mas que aparece circunstancialmente. O meu marido, que já era marido, demorou muito para passar, porque ele foi muito

torturado e como ele tinha feito serviço militar. Eles faziam ele girar manivela para dar choque nos colegas, amarrados. E se ele se recusasse, apanhava para caramba. Então tinha uma situação muito pesada. Quando ele saiu, eu não podia convidar alguém para tomar café em casa. Ele achava que estava sendo seguido o tempo todo e demorou muito e ele fazia terapia. Quando ele voltou a terapia, o terapeuta falou assim: sumiu, foi preso? Ele falou assim: Até o meu terapeuta sabe que eu fui preso e não vou mais lá. Então, assim, para algumas pessoas que ficaram mais tempo, porque eu não fui torturada, eu sofri interrogatório, mas eu fisicamente não foi a tortura emocional. Não apanhei. (Anexo C, p. 152)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O revisionismo histórico emergiu como um tema central nos debates da historiografia a partir do século XX, apresentando uma gama diversificada de significados. Este fenômeno não apenas se manifestou em contextos internacionais, como no notável debate incitado pela intervenção de Eduard Bernstein na socialdemocracia alemã, mas também se materializou em obras de destaque, a exemplo de "Penser la révolution française" de François Furet.

Vale destacar que o revisionismo apresenta contornos problemáticos pois negligencia a coerência da lógica histórica do período sob análise e passa dos princípios metodológicos fundamentais. Tal derivação extrema do revisionismo foi então rotulada como "negacionismo" por alguns historiadores. A compreensão aprofundada desses conceitos e de seus impactos na construção do conhecimento histórico torna-se essencial para uma análise mais abrangente e precisa da narrativa histórica.

Quando se fala sobre a ditadura empresarial-militar instaurada no Brasil, tem-se um episódio repleto de nuances e complexidades, gerando debates acalorados e diversas questões em aberto. É evidente que a história desse período se tornou um campo de disputa política, com diferentes perspectivas consideradas revisionistas, tanto dentro quanto fora da academia.

É importante compreender que o debate sobre o revisionismo no contexto da ditadura não está limitado apenas ao período do governo Bolsonaro. Na verdade, ele tem raízes que se estendem muito antes desse governo e continua para além dele. Os atores envolvidos e os mecanismos de disseminação dessas ideias e debates permanecem ativos e influentes.

Estamos testemunhando, portanto, um fenômeno histórico que transcende um período tão curto quanto os quatro anos do governo Bolsonaro. O que se vive é um fenômeno histórico que não termina em um período tão curto.

A temática em questão, embora seja tradicionalmente abordada nos currículos de História, merece uma atenção expandida em direção a outras áreas, incluindo as ciências da natureza. Isso se justifica pela necessidade de

explorar questões relevantes à sociedade que também desempenham um papel central na política educacional brasileira.

Há anos, tem-se argumentado que as Ciências Físicas devem ser consideradas parte integral da cultura, e nesse contexto, a reflexão sobre episódios da História da Ciência pode se revelar uma aliada valiosa no processo educacional. Compreender como avanços científicos e tecnológicos se conectam ao contexto histórico, social e político não apenas enriquece a formação dos estudantes, mas também promove a reflexão sobre episódios da História da Ciência pode ser uma grande aliada neste processo educacional

É possível perceber no presente trabalho indícios do que foi a ditadura dentro das universidades brasileiras, mais especificamente dentro no instituto de física da USP, objeto de estudo da dissertação. Através de entrevistas e documentos históricos, pode-se entender o cotidiano do local e as diversas intervenções que ocorreram na vida dos que estavam no instituto cotidianamente. Apesar dos alunos que não participavam na vida do movimento estudantil ou da luta direta contra a ditadura não terem sentido uma grande interferência no seu dia a dia, como comentou a professora Lighia Matsushigue. Foi possível perceber que em momentos relevantes a vida dessas pessoas era afetada, seja com a prisão dos seus professores ou pares ou até na impossibilidade de construir eventos científicos.

Também, foi possível observar que personagens, como o professor Goldemberg, que apesar de não ser um comunista assumido como foi o professor Schenberg, se destacou em diversos momentos pela solidariedade e respeito às liberdades democráticas de professores e alunos do instituto, fatos comentados por diversos entrevistados como o Laerte Sodré e José Domingos.

Foi possível observar os traumas e dores de quem lutou ativamente contra a ditadura dentro e fora do movimento estudantil da Universidade de São Paulo. A vigilância constante, medo dos aparelhos de repressão do Estado, como a polícia foram frequentemente colocados pelos entrevistados. Na entrevista com a Suzana Salém foi possível entender que a mesma sabia que estava sendo seguida e como isso afetou o seu cotidiano dentro do instituto.

É preciso colocar o caráter de extrema sensibilidades das entrevistas, pois como foi o período traumáticos, para alguns, a lembrança trazia emoções de um momento tão delicado para a vida dos personagens. Como foi o caso da entrevista do Laerte Sodré que relatou os seus dias no DOPS depois da prisão junto com seus colegas de centro acadêmico, relatando que foi recebido com um soco no estômago e mostrando as condições desumanas na qual foi colocado.

Por fim, a relação entre vida institucional e vida cotidiana foi um ponto interessante de se perceber. Apesar da ditadura e dos acontecimentos extra instituto não aparecerem com recorrência nas reuniões da congregação. Diversos casos foram impossíveis de esconder, como a prisão dos alunos do instituto, a tentativa de não posse do novo diretor e a proibição da reunião da SBPC, que precisou acontecer na PUC. Mas casos marcantes para a USP deixaram de aparecer nas reuniões. Como mortes de professores, como a Ana Rosa Kucinski, mesmo sendo do Instituto de Química e alunos que marcaram a vida cotidiana da universidade.

Para combater o revisionismo histórico no meios científicos e educacionais é preciso entender os cuidados necessários com fontes históricas e as narrativas contadas. O presente trabalho foi uma das muitas peças que ajudam a construir a imagem concreta do que realmente foi a ditadura no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIENCIAS. **Corte orçamentário atinge desenvolvimento e soberania nacionais.** [S. l.], 2019. Disponível em: http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Carta-conjunta_corte-orc%CC%A7amenta%CC%81rio-2019.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

AIKENHEAD, G. **Science education for everyday life: Evidence-based practice.** New York: Teachers College Press, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** [S. l.], n. 74, p 324-328, dez. 2019.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.** 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

ANDRADE, G. **O impacto da crise econômica de 2014-2017 nas empresas de construção civil.** Monografia. Escola Politécnica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O Livro negro da USP: o controle ideológico na universidade.** 3. ed. São Paulo: ADUSP, 2004. 76 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Carta de Vitória. Vitória, jul. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/andifes-carta-de-vitoria/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BOLSONARO, J. **Datena entrevista o presidente Jair Bolsonaro.** [Entrevista concedida a] José Luiz Datena. Band, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16629181/datena-entrevista-o-presidente-jair-bolsonaro>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Ato complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 132, n. 75, p. 8930, 21 out. 1969. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro 1968. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 nov. 2018.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 24 jan. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. LEI Nº 4.464 **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília/DF 9 nov. 1964. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRASIL. LEI Nº 6.339. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 1 jul. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRASIL. LEI Nº 6.683. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 1 dez. 2019.

CABALLERO, M. ; KRAKOVICS, F. Histórias da noite da promulgação do AI-5. O Globo. 13 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/historias-da-noite-da-promulgacao-do-ai-5-23301385>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CARTA CAPITAL. Discurso de Fábio Konder Comparato sobre mudanças na Lei da Anistia. **Portal Carta Capital**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/discurso-de-fabio-konder-comparato-sobre-mudancas-na-lei-da-anistia/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a Universidade de São Paulo**: década de 1960. 2006, 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10540/1/MACIONIRO%20CELESTE%20FILHO.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HUMANIDADES/CRH-UFBa. **Dossiê Sobre o Programa Future-se**. Salvador. ago. 2019. Disponível em: <https://gtfuturese.paginas.ufsc.br/files/2019/08/Dossie%CC%82-FUTURE-SE-ufba.pdf>. Acesso em 28 dez. 2019.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos**. Salvador, Bahia: J. E. F. Clemente, 2005

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **A batalha de Maria Antônia, 40 anos depois**. Jornal da USP, nº 833, jun. 2008.

DOMINGUES, D.; PINHEIRO M. e LIMA T. **AI-5: o golpe dentro do golpe**. 2008. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7%20-%20ai5%20o%20golpe%20dentro%20do%20golpe.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política. Poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, Eurico da Silva. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da “ditabranda” da Folha de S. Paulo e da “ditadura à

brasileira” de Marco Antonio Villa. *In*: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Curitiba, 2016.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. ed. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, V. A. Luan. **Professores universitários na mira das ditaduras: A repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001,

FICO, C. *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

FICO, C. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº. 47, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 212 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Falcão divulga nota e diz que vai reunir conselho. **Folha de São Paulo**. São Paulo. p. 3 7 fev. 1975. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5388&keyword=Falcao&anchor=4429445&origem=busca&pd=5c0827df0937ffab22daf60694cedab2>. Acesso em: 27 nov 2019

FOLHA DE SÃO PAULO. Limites a Chavez. Editorial. São Paulo, 17 fev 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Dedo duro” na USP. **Folha de São Paulo**. São Paulo. p. 426, jul 1964. Disponível em:

<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=1557&anchor=4983805&origem=busca&pd=bfe1c0a8e714448c7e8d85545346ed69>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FORATO, T. **A natureza da ciência como saber escolar**: um estudo de caso a partir da história da luz. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-130728/pt-br.php>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENARI, Élton Rigotto. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar**: por uma prática politizante. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572405/2/elton%20rigotto%20genari.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GOMES, A. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Carlos; MACARIO, Epitácio; MAUES, Olgaíses; PADILHA, Wanderley. MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (LEI 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil. **Cartilha do pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

GURGEL, Ivã. Reflexões Político-Curriculares sobre o Papel da História das Ciências no Ensino. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, vol. 37, n.2, pp. 333-350, 2010.

HADDAD, N. Jovem morre em batalha na Maria Antônia. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 3 out. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/1968-jovem-morre-em-batalha-na-maria-antonia.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2019

HAYASHI, G. Marli. Paulo Duarte e a defesa da universidade. *Saeculum: revista de história*. João Pessoa, v. 11, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11307/6421>. Acesso em: 29 abr. 2022.

IASI, M. **1964**: a infâmia, a cicatriz e o bufão. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/22685/1964-a-infamia-a-cicatriz-e-o-bufao/>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

JARDIM, R. E o futebol encarou a ditadura. **Vermelho**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/02/17/e-o-futebol-encarou-a-ditadura/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

JUSTO, Mario Augusto Cardoso. **Os legados e as heranças do regime militar de 1964 ao espaço geográfico-territorial brasileiro**. 2015. 436 f. Dissertação (Mestrado em geografia humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 2015.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOFF, M. Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução. *In*: MELO, D. B. de (org.). **A miséria da historiografia**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

LOSURDO, D. **Guerra e revolução**: o mundo um século após outubro de 1917. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 398 p.

LUCIA, C. História hoje: **Saiba mais sobre a batalha da Maria Antonia ocorrido na ditadura militar**. [S. l.], 2017 Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2017-09/historia-hoje-saiba-mais-sobre-batalha-da-maria-antonia-ocorrida-na-ditadura>. Acesso em: 15 maio 2018.

MARTINS, L. A.-C. P. História da Ciência: Objetos, Métodos e Problemas. **Ciência & Educação**. [S. l.], v. 11, n. 1989, p. 305–317, 2005.

MEIHY, J. C. S. B., RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo. Editora: Contexto. 2011

MELO, Demian B. de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, André Lins. SANTOS, Elisângela de Jesus Ribeiro dos. ANDRADE, Gercília Pereira de. Ensino Superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 8., 2009. **Anais** [...]. Macapá, 2009.

MINISTERIO DA CIENCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Percepção pública da C&T no Brasil**, 2015. Disponível em: <http://percepcaocti.cgee.org.br/>. Acesso em: 1 de jul. 2019.

MOREIRA A. H. M.. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

MOREIRA, C, I. **A ciência, a ditadura e os físicos**. Revista Ciência e Cultura, v 66. Nº4. Out. 2014.

MOTTA, P. S, Rodrigo. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**. [S. l.], v. 20, p. 1-21, 2014.

MOTTA, P. S. Rodrigo. **As Universidades e o Regime Militar Cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar. 2014.

MOURA, Cristiano. O Ensino de Ciências e a Justiça Social – questões para o debate. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, vol. 36, n.1, pp. 1-7, 2019.

NADER, Helena; BOLZANI, Vanderlan; FERREIRA, José Roberto. **Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 365 p.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira: (1964-1985)**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NOGUEIRA, A. campanha da legalidade: há 58 anos Leonel Brizola barrava o primeiro golpe contra Jango. **UOL**. [S. l.], 25 ago. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-leonel-brizola-criou-campanha-da-legalidade-para-barrar-o-primeiro-golpe-contrajango.phtml>. Acesso em: 22 nov. 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Páginas da edição de 15 de maio de 1964**. p. 13. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640515-27319-nac-0013-999-13-not>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PICOLI, BRUNO ANTONIO; CHITOLINA, V.; GUIMARAES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie a verdade da 'Brasil Paralelo'. **REVISTA UFG**. [S. l.], v. 20, p. 1-24, 2020.

PRAIA, J, GIL-PÉREZ, Daniel; VILCHES, Amparo. O papel da natureza da ciência na educação para a cidadania. **Ciência & Educação**. [S. l.], v. 13, n. 2, p.141-156, 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132007000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2022.

RÁDIO CÂMARA. **Ato Institucional 5: íntegra do discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves (02' 51")**. Câmara é história. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/>. Acesso em: 19 maio 2023.

REIS FILHO, Daniel. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROSSI, Pedro. MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica**. Campinas, 2017.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer. **Revista Carta Capital**. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-restauracao-neoliberal-sob-o-des-governo-temer>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SANTOS, B. Wanderson. **As dobras da memória: a ditadura militar e a UnB**. 2016, 29 f. Monografia (Graduação em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18263/1/2016_WandersonBarbosadosSantos.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENADO NOTÍCIAS. Diretas já: galeria de fotografias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/galerias/diretas-ja>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SILVA, C. L. Imprensa e Construção social da Ditadura. *In*: MELO, Demian. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. 1. ed, v. 1, p. 188-203. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA. **Boletim informativo**. Ano 9, n. 2. [S. l.]: SBF, 1978.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20320/2/mestlucianasoutelomemoria000085060.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SOUZA, Mariana; HOFF, Tuize. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. [S. l.], v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2022.

TEXEIRA, Monica. **1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista**. 2018. Dissertação – (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. São Paulo, v. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104critica19-A-toledo.pdf. Acesso em: 07 jun. 2022.

TROPIA, Patrícia. Repúdio e solidariedade. **Ipetitions**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.ipetitions.com/petition/solidariedadeabenevidesecomparat>. Acesso em: 19 maio 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão da verdade da USP. **Mortos e desaparecidos**: graves violações aos direitos humanos no contexto das perseguições ocorridas na Universidade de São Paulo. v. 3. São Paulo, 2018.

VELOSO, F.; BONELLI, R. **A Crise de Crescimento do Brasil**. Instituto Brasileiro de Economia. Elsevier: FGV/IBRE. Rio de Janeiro. 2016.

VILLA, Marco Antonio. Presidente quis forçar reforma, diz historiador. Entrevista com Marco Antonio Villa. **Folha de S. Paulo**. [S. l.], 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200421.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

AVENIO, L. **Escola, Ambiente e Cultura**. Fapes USP: São Paulo, 1990.

NEOLIBERISMO E AS FALACIAS DE

ANEXO A – Entrevista com a professora Lighia Matsushigue

Professora Lighia Matsushigue nasceu em Czernwitz, cidade na Áustria e com um ano se mudou para Viana. Uma cidade bombardeada pela guerra. Em 1949, como havia uma série de restrições pela guerra, ela se muda para o Brasil com seus pais que deixaram moveis e propriedades para trás, com nove anos, sem falar português. Chegou primeiro no Rio de Janeiro, passando três semanas na área de quarentena para imigrantes. Chegando ao Brasil, seus pais largaram suas profissões de origem. Seu pai que era contador e sua mãe enfermeira, eles passaram a ser vendedor em uma empresa alemã e dona de casa, respectivamente. Eles se mudaram para São Paulo, e passaram a morar na zona norte da cidade. E estudou alguns anos em um internato alemão. O interesse pela Física veio por um professor, que trabalhar no IPEN da USP e também dava aulas no seu colégio, chamado Dirceu, que a incentivou a entrar no curso.

Entrou na graduação em Física em 1959, ainda na Faculdade de filosofia, ciências e letras.

Lighia: Era na Maria Antônia, mas a gente já tinha o Basílio Jafet, o Basílio Jafet e dois aceleradores, o Betatron e o Vandergraf. Então, logo de saída me convidaram para ajudar a tomar dados no Betatron. Eu tinha aulas teóricas na Maria Antônia, mas toda a parte experimental já estava aí, no Basílio Jafet, onde era um prédio basicamente de laboratórios. Onde era o Vandergraf, hoje é o Peletron. O pessoal sempre foi ativo em pesquisa aqui, isso me entusiasmava, uma coisa interessante de se ver. Eu trabalhei com o Ernesto Hamburger. Me formei no ano de 1962.

Entrevistador: E você entrou como professora logo depois?

Lighia: Então, primeiro que não se contratava naquela época, contrato assim, formal. Então, de 62 até 64, eu trabalhei no Betatron. Depois, eu fiquei um tempo trabalhando com o Ernesto, mas trabalhei inicialmente com a Amélia, mas depois que ela ficou mais cuidando dos filhos. Então, com o Ernesto eu comecei a trabalhar no Vandergraf.

Entrevistador: Quando você ficava na Maria Antônia, você já sentia alguma diferença, por causa da Mackenzie?

Lighia: Foi a época das batalhas campais, aquele pessoal era terrível.

Entrevistador: Naquela época, você tinha alguma inserção nos movimentos político?

Lighia: Político, eu nunca tive. Eu fui filiada ao PT por um tempo, mais por preocupação com movimentos sociais, coisas do tipo e porque o PT, na época, tinha tudo a ver. Eu não fui ativa no movimento estudantil, Quem foi ativo nessa época foi o... Esqueci. Era uma época difícil, a gente antes de 64 achava que tudo estava indo bem, depois a gente viu que não exatamente. O de quem era ativo era o Fuad Saad, ele era presidente do grêmio e muito ativo.

Enquanto era estudante, foi em excursões para Brasília, que estava em seu começo, passando a lhe dar uma sensação de que tudo iria para o caminho certo.

Entrevistador: Você se lembra do dia do golpe?

Lighia: Foi terrível, alias só depois eu descobri que estava fichada. Porque, quando eu quis me naturalizar, não podia. Fui até Brasília, ai viram que eu estava fichada e eu nem imaginava.

Aqui no instituto foi a época que prenderam a Amélia, né? E eu era próxima da Amélia, do Ernesto. A gente continuava trabalhando, não tinha um clima de terror, porque as pessoas não estavam desesperadas. Eu muito jovem achava que isso ia passar. A ditadura era tão burra que não estava preocupada com que a gente fazia com os aceleradores. E o pessoal aqui, alguns sofreram na pela, mas isso não se refletia no cotidiano, todo mundo acha que as coisas iam passar, e preocupados com a pesquisa. Essa época já tinha dois aceleradores ativos aqui, produzindo, então o pessoal estava mais preocupado com as análises.

Entrevistador: E com o passar do tempo da ditadura, como foi?

Lighia: Você sabe que aqui, teve um efeito indiretamente. Pra nós, que éramos mais jovens e não tínhamos um envolvimento tão direto com as coisas, não chegava a fazer tanta diferença assim. Quer dizer, a gente fazia demonstrações contra isso e aquilo. Na época do ITA, eu fazia pesquisa no Vandergraf e vinha algumas vezes por semana.

A Amélia realmente sofria, porque ela era do partido comunista. O Ernesto, eu acho que não era.

Em 1965, ela se mudou para São José por conta do seu casamento e passa a morar próximo ao ITA e ficou lá até 1969. E morou na Suécia de 1970 até 1972. Então, quando o Ernesto e a Amélia foram presos, ela, que já estava fora do Brasil, ficou sabendo muito pouco do que se passava.

Entrevistador: E quando você volta ao Brasil, você volta a trabalhar no IF?

Lighia: Voltei para cá. E retomo as pesquisas no vandergraf

Entrevistador: Essa foi a época que a Ana Rosa desapareceu, você a conheceu?

Lighia: Como ela era irmã do Bernardo, eu não conheci diretamente, mas a gente chegou a fazer atividades junto com o pessoal da Química. Quando ela desapareceu, poucos de nós soubemos, as coisas eram mantidas bastante “secretivas”. Só depois a gente começou a fazer atos.

Entrevistador: Atos antes ou depois da exoneração dela?

Lighia: Então, essa história da exoneração, é muito mal contada. Foi uma coisa muito esquisita. Me lembro de ato naquele negócio redondo da Química

Entrevistador: Teve algum episódio que te chamou atenção aqui dentro?

Lighia: Não, porque, por exemplo, o Schenberg era o manda chuva, então ele, de certa forma, era um guarda-chuva também para os outros. E as pessoas tinham muito cuidado, havia muita discricção.

Entrevistador: Na época que você está fora, tem a reforma universitário, quando você volta, sente alguma mudança?

Lighia: Não exatamente, porque, de certa forma, o terceiro ano já era aqui.

Entrevistador: Da sua época de estudante até de professora, teve algum professor que te marcou aqui?

Lighia: O Schenberg era engraçado, porque era física superior, ai ele sentava na cadeira, fechava os olhos e ficava falando, não escrevia nada na lousa. O Lattes também, mas ele quase não aparecia estava mais internado do dando aula.

Entrevistador: você conviveu bastante com a Amélia e o com Schenberg, em algum momento deu pra perceber o envolvimento deles com o partido comunista?

Lighia: Eles separavam bem, era um época difícil, e, antes de mais nada, eles eram pesquisadores. Não eram políticos que de vez em quando pesquisavam, eram pesquisadores.

Entrevistador: Então, as pessoas separavam muito bem o que era trabalho no Instituto das questões políticas?

Lighia: Veja, tem a parte de separar e tem a parte que provavelmente, eles realmente tinham que tomar um certo cuidado, as pessoas desapareciam. A partir de 1964 ficou mais complexo, eles também tinham que tomar cuidado. Eles já separavam antes, mas eu fiquei muito surpresa quando eles foram presos.

Entrevistador: Nesse período, o quanto que se debatia nas instâncias de direção seja do Instituto, seja da universidade, ou mesmo conselho universitário eram discussões que chegavam para os estudantes ou fica em um mundo a parte?

Lighia: Se hoje, o conselho universitário já tá afastado, naquela época era mais ainda, inclusive até mesmo, isso não na época que eu estava estudando, eu estava muito mais preocupada com aulas, provas do que na depois na pós. Realmente, Amélia, Ernesto tinham envolvimento político grande, obviamente, mas isso não era transferido pra cá

Entrevistador: E ao longo dos anos 70?

Lighia: É... Ao longo dos anos 70 havia muito cuidado, até que veio mais a abertura, etc. Mas, depois de 68 o negócio começou a complicar. Eu sei muito pouco, porque eu era periférica em qualquer coisa, eu não tomava nenhuma iniciativa.

ANEXO B – Entrevista com Carlos Macdowell de Figueiredo

Nascido em Recife em 1950, o professor veio para São Paulo com 17 anos. Faz o vestibular em final de 1969 e entra na Escola politécnica em 1970, mas se afastou algumas vezes da graduação.

Carlos: Eu fiquei muito desgostoso com a Universidade, com o assassinato de Alexandre Vannucchi lemi, ai, eu me afastei, fiquei, praticamente, um ano fora da Universidade, reorganizando minha vida e mudando prioridades, botando como ponto central lutar contra a ditadura, mas não deixei de trabalhar, eu já era estagiário aqui na física, fui estagiário aqui desde 1972. E presenciei coisas absurdas, que só me afastaram mais ainda da vida acadêmica e retornei em 1976, já defasado da minha turma, mas teria que fazer adaptações curriculares muito grandes, ai, peguei "meu chapéu" e fui embora no 5º ano, mas ainda faltavam matérias do primeiro ano, segundo ano... Ai, eu fui embora, no final dos anos 80, houve um decreto do governador que permitia que as pessoas que tinham abandonado a universidade retomar mediante uma adaptação curricular que não era tão violenta, no caso. Ai, eu retornei e terminei em 1990 fiz 14 matérias em um ano e trabalhando aqui. Ai, já emendei com a pós-graduação.

Entrevistador: Nesse tempo que você ficou fora, nunca deixou de trabalhar no IFUSP?

Carlos: Eu trabalhei no IFUSP sempre, ai eu trabalhava como técnico em 1975 eu fui pro IPT e fiquei no IPT até 1980. Ai o professor Sala me chamou pra voltar pra cá. Na verdade, eu havia sido demitido do IPT, por causa da grande greve que houve em 1979. E ai, eu Américo Keller e mais uns companheiros, nós somos convidados a nos retirar do IPT.

Entrevistador: Você desde 1972 era estagiário da Nuclear?

Carlos: Sempre da nuclear

Entrevistador: Em 1964, quando teve o golpe, você lembra dessa época e como foi?

Carlos: Eu lembro perfeitamente, porque eu sou de uma família de aristocracia decadente, antigo senhores de engenho falidos e, ao contrário dos meus irmãos eu preferia ficar com a moçada do campo, os canavieiros, inclusive, sem

entender muito o que acontecia, eu presenciei, minha memória tinha imagens de, por exemplo, reuniões das ligas camponesas, eu fiquei muito amigo com 16/17 anos de um ex-líder das ligas camponesas que morreu, tristemente, de cirrose, pelo mal que aquele golpe fez, perseguição, tal.

Entrevistador: Mas qual o sentimento? Em entrevistas foram retratados um sentimento de "vai passar" não dando muita visibilidade.

Carlos: Eu nunca achei, eu achei sempre que a esquerda se dividiu, né, claro, ficou a esquerda parlamentar e a esquerda que partiu para luta armada, só que apesar da ditadura não ter um prestígio popular, ela nunca teve prestígio popular, isso é uma falácia, né? Por que, inclusive, coisa de uns 6/7 anos atrás foi divulgada uma pesquisa de ibope da época e o governo de João Goulart tinha 70% de aprovação. Agora eu, particularmente, nunca achei que ia ser um período curto, por causa de uma espécie de apatia da população em relação a ditadura, era como se a população se submetesse aquilo, embora os grupos, armados, principalmente, tivessem atividade, mas era uma minoria quase insignificante.

Carlos fez cursinho em 1968 e 1969, saía de pinheiro para e ia até a poli velha que fica na Tiradentes e ia até o centro da cidade para pelar ônibus. Então, viu muitas manifestações, muitas com a polícia agindo de forma violenta. Quando entrou na USP, apesar de ser aluno da politécnica e ter alguns amigos lá, sua vida universitária era no IFUSP.

Entrevistador: O Ernest e a Amélia foram presos mais ou menos na época em que você entrou como ficou depois da prisão deles?

Carlos: Era um clima muito pesado e de desconfiança, como eu tinha vida estudantil na poli e convivência mais social aqui, na poli eu era tido como um estranho no ninho, porque minha vida social era toda aqui na física e isso gerava até um certo problema pra mim.

Carlos comenta de um grande show do Gilberto Gil na politécnica, onde a ditadura previamente tinha censurado a música Cálice, mas ele fez só os sons da música.

Ele também fala da morte do Alexandre Vannucchi:

Carlos: Quando o Alexandre foi assassinado, houve uma grande assembleia na poli, e mais uma vez o fato de eu não ter uma vida social na poli me fez também ficar em uma situação meio delicada, por que eu participei da assembleia e eu tinha a posição, que eu não acho que é errada, a universidade não é do reitor, por mais de direita e sem vergonha que seja o reitor, é necessário que a universidade se pronuncie em relação os seus alunos. Então, minha proposta foi que o reitor tinha que ser cobrado em relação ao assassinato do Alexandre Vannucchi, ai, o pessoal interpretou isso como uma espécie de provocação, o que não era a intenção. Houve uma missa na praça da sé, uma missão de protesto.

Carlos: Teve alguns casos na física nuclear. Tinha um estudante de pós-graduação, boliviano, sobrenome Forrastal e ele tinha um irmão que estudava na ECA. Eu não cheguei a conhecer o irmão dele, ele foi preso por militância e ele foi preso junto, ele era um estudante que tinha tido paralisia infantil e tinha problema na perna, era uma pessoa muito introvertida, mas eu me dava bem com ele. Eu sei que esse rapaz foi preso também, sem ter participação em nada, era uma pessoa absolutamente dedicada ao trabalho dele, a vida dele era dentro de um livro, mal você conseguia falar com ele. E ele foi preso, por que o irmão foi preso e ele foi barbaramente torturado, os dois foram barbaramente torturados. A família deles conseguiu tirar eles do Brasil e eles se exilaram. Ele chegou muito mal, totalmente destruído, levaram ele para o hospital e no hospital ele se matou. Então, essas foram as coisas que aconteceram com nossa vida aqui, fora as batidas policiais e exercito que entravam aqui e prendiam estudantes.

Entrevistador: Teve muitas batidas no IFUSP?

Carlos: Algumas vezes, eu não lembro, se foi na ocasião da prisão do Ernesto, mas teve uma invasão, os policiais, soldados entraram aqui, prenderam algumas pessoas, tal. E o diretor do Instituto e o vice-diretor simplesmente, se acovardaram e foram pro Rio de Janeiro e ai, eu já admirava e passei a admirar muito, uma pessoa chamada Henrique Fleming. O professor assumiu o Instituto e ele chamou o tenente, que comanda a operação e se fez respeitar, falou, "não, quando vocês quiserem fazer alguma coisa aqui, você tem que se dirigir a mim, a diretoria do instituto". E, a partir dai, não houve mais invasões, mas sempre

havia olheiros. O Pelletron, aqui tinha uma pequena biblioteca, dentro do Pelletron e ficava, quase que permanentemente um olheiro lá, sentado em uma das mesas. Devia ficar dormindo, por que lá a gente não fazia muita coisa perto de um acelerador, nosso movimento político era junto do sindicato, era fora do departamento.

Entrevistador: Nessas batidas, eles chegavam a entrar em Laboratórios, Salas?

Carlos: Não, em geral, no centrinho, o centro acadêmico ficava aqui em volta.

Entrevistador: Você acha que houve uma mudança de pesquisa, do cotidiano por causa da ditadura?

Carlos: A estrutura da universidade era diferente, então ainda havia as cátedras, então, esses catedráticos tinham suas fontes de financiamento, embora já existisse CNPq e CAPES, mas esses catedráticos tinham sua fonte de financiamento, então era muito uma questão de prestígio dos catedráticos, ai os grupos levavam suas pesquisas, é claro que teve interferência em relação ao clima, mas não... Bom, teve em relação a contratação de professores, porque na reitoria havia um militar, colocado pela ditadura para assessorar as contratações que a USP fazia, então as contratações que a USP fazia eram filtradas. Havia uma censura em cima. E o clima não era muito bom, o clima não era nada bom, mas havia uma solidariedade entre as pessoas aqui dentro.

Entrevistador: Quando o Ernest e a Amélia foram presos, teve alguma movimentação aqui do Instituto?

Carlos: Houve uma coisa, impressionantemente, bem feita que foi o seguinte, o Ernesto foi pro DOPS e houve uma organização de professores, principalmente, o professor Sala. Ele organizou os professores para irem visitar, frequentemente, quase diariamente, talvez, mais de uma vez por dia para visitar o Ernesto. Por que, o pessoal estava com medo que, simplesmente, o Ernesto sumisse. Então, era uma espécie de escalação, eu era um moleque meio metido a besta, eu era subordinado diretamente ao professor Sala, eu trabalhava diretamente com ele. E ai, eu fui uma das pessoas que se ofereceu pra ir ai o professor "deixe de ser besta moleque, fique na sua".

Entrevistador: Em 1974 teve o desaparecimento da Ana Rosa, isso refletiu na Física, vocês ficaram sabendo?

Carlos: Se ficou sabendo, porque esse laboratório, dosimetria, o Bernardo frequentava muito, ele era muito amigo do pessoal aqui, A Mutsuko, era mulher do Bernardo e muito amiga da Ana Regina, mas a ideia não era que ela tinha morrido, ainda não se tinha certeza disso, era um desaparecido que deve estar preso em algum lugar.

Entrevistador: Mas, quando o tempo foi passando, que ela foi exonerada, já tinha essa ideia?

Carlos: Houve protesto, até formal, no conselho da química e no conselho universitário, mas a ditadura impôs que ela fosse exonerada e fim de papo. Era um clima absurdo. É diferente você ter um troglodita, no sentido tosco, e um troglodita refinado, ideológico que era o Buzaid, por exemplo, que era um truculento, uma pessoa extremamente violenta, mas fina e também o Miguel Reale.

Entrevistador: E você acha que isso fez o clima piorar?

Carlos: Já estava muito ruim o clima, por causa dos estudantes que tinham desaparecido.

Entrevistador: Então, você acha que o clima foi piorando?

Carlos: Não foi piorando, já estava péssimo, mas a gente tentava fazer algumas coisas. Aumento do bandejão, ai a gente tentava fazer alguma coisa, aplicação do 477 sobre um estudante da ECA, ai a gente tentava fazer alguma coisa.

Entrevistador: Você chegou a participar do movimento estudantil?

Carlos: Base, eu sou base, nunca fui de nenhum grupo, mas tinha amigos, eu era meio estranho aqui, eu não entendia o movimento estudantil aqui, a minha formação toda foi em Recife.

Entrevistador: O movimento estudantil na física era ativo?

Carlos: Era um movimento muito ativo. A física sempre foi um lugar muito ativo, não só os estudantes. Hoje em dia, é essa pasmaceira que você ver, né? Mas, o movimento dos funcionários aqui era bastante bom e na década de 80 a gente tinha um protagonismo nos movimentos dos sindicatos.

Entrevistador: já se chama sintusp?

Carlos: Não, antes era assusp

Entrevistador: Conseguia ter esse diálogo funcionário e aluno?

Carlos: Você vai me desculpar o que eu vou lhe falar, mas no mesmo jeito que existe um preconceito cruzado entre as áreas bacharelado, física experimental e ensino, existe um preconceito cruzado, todo mundo tem preconceito um, que tem preconceito com outro, que tem preconceito com um. Desculpe o palavrão, isso é uma merda pra mim. Do mesmo jeito que tinha esse preconceito, que era um preconceito mais, é claro que tem um viés de classe, uma vez que da a questão do fazer prático. Mas, não é tão claro como do jeito que aparece entre os acadêmicos e funcionários. Então, mesmo que sejam funcionários doutores, então a categoria funcionário vai desde o funcionário que mal teve o curso primário. A gente chegou a fazer cursos de alfabetização aqui na USP, mas a USP acabou proibindo.

Entrevistador: Como era a reitoria na época? Você acha que ela resistiu a ditadura ou abriu as portas?

Carlos: A reitoria abriu as portas para a ditadura, tanto é que os reitores, um deles chegou a ser ministro da justiça. E eles aceitavam passivamente esse coronel que ficava lá assessorando as contratações, uma pessoa sem nenhuma formação acadêmica fazendo isso. Então, havia essa triagem ideológica na universidade e isso é inaceitável, mas foi o que aconteceu. Agora, pra mim, o principal problema foi a omissão da universidade em relação às perseguições. A Universidade jamais se pronunciou isso é uma lástima, um absurdo. E eu diria que até colaborou, uma vez que admitiu esses órgãos funcionando lá dentro. E, no sentido da repressão, quando a gente faz alguma movimentação, até hoje a universidade chama a força de repressão, isso é um absurdo.

Entrevistador: Quando você começa a notar uma melhora no clima do IFUSP?

Carlos: Então, eu fiquei no IPT de 1975 até 1980, então, ai, eu já estava com uma tentativa de ativismo muito forte, no sentido da anistia dos exilados e todo empenho para derrubar a ditadura.

Entrevistador: Mas, e com a lei da anistia?

Carlos: Na verdade, eu não sei te falar. A física era um lugar onde havia um certo ativismo muito positivo, o pessoal era muito engajado, todos os funcionários e muitos professores.

Entrevistador: E como é a volta no Mário Schenberg?

Carlos: O Schenberg era crítico de arte, então, algumas vezes a gente tentou procura-lo, conversar com ele na casa dele. E vez ou outra ele vinha aqui.

Entrevistador: Você chegou a conhecer o professor Jayme Tiomno?

Carlos: Sim

Entrevistador: Como ele era? Porque ele é uma figura de professores que não aparece muito

Carlos: É difícil falar do Tiomno, eu vou te falar mais por tabela, do que as pessoas falavam, porque eu nunca trabalhei com ele, mas a coisa que ele mais gostava de fazer na vida era jogar.

Carlos: Uma pessoa que eu queria falar, uma pessoa fantástica, que passou muito pouco tempo aqui na física. O professor Roberto Sameon, essa pessoa é uma pessoa fantástica, era professor da politécnica e veio para o Instituto. Ai, no começo da universidade de Brasília foi convidado para fazer o departamento de física da UNB, ai ele foi para Brasília, houve o golpe, mas ele era muito dedicado ao que estava fazendo, mas ele tinha opinião. E ele sabia da vigilância e dos expurgos da universidade, mas ia levando, até que a coisa se tornou insuportável, porque um coronel passou a ligar para a casa dele e a mulher dele ficou aterrorizada, ai ele resolveu ir para fora do país, foi pra França.

Entrevistador: Teve algum acontecimento daqui que te deu medo?

Carlos: Eu tenho um amigo que foi estudante aqui, foi uma das pessoas que foi sacada da física e nunca mais voltou pra física que era preso político e quando ele saiu da prisão, era uma pessoa que eu tinha uma relação muito superficial, só que tinha sido meu colega de colégio e durante várias vezes, eu terminei o colégio com ele em 68, e até o começo dos anos 70 eu recebi ameaças porque era amigo dele e eu nem o via mais, e ai quando ele saiu da prisão, o pai dele fez um churrasco, convidou a gente e novamente eu recebi ameaça.

Entrevistador: Se você pudesse caracterizar o clima, o que seria?

Carlos: Havia medo, mas também havia indiferença, isso pra mim é o pior

Entrevistador: Você acha que a maioria tinha essa indiferença?

Carlos: Do ponto de vista de posição pessoal, eu imagine que a grande maioria era contrário o que estava acontecendo, mas tinha o tal do se expor que quase ninguém se expunha. E não dá pra você cobrar.

Carlos se forma em elétrica, faz concurso para o Instituto Federal para professor e foi professor lá até 2017 quando se aposentou. E até hoje trabalha como técnico no instituto.

ANEXO C – Entrevista com Suzana Salém

Suzana Salém foi da primeira turma do instituto de física. Foi do CEFISMA, presa pela ditadura e hoje é professora do Instituto.

Entrevistador: Você se formou em 1970. Você pode falar um pouco sobre como era o instituto e como foi esse início de graduação?

Suzana: Então, em 1970, foi o primeiro ano do Instituto de Física. Quem se formou em 69, se formou pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e quem entrou em 70 foi a primeira turma que se formou aqui, tendo feito o curso inteiro aqui no Instituto e as aulas eram todas aqui no Butantã. Mas a gente não tinha esses três prédios um, dois, três e não tinha salas de aula suficientes. Então a gente tinha aulas em vários lugares. Eu me lembro da física I, em que eu era aluna do Ernst Hamburger. A gente tinha aula no anfiteatro da História. Química era naquele redondinho da química. Cálculo era lá na Poli. Então a gente passeava pela universidade, tendo aulas em vários lugares. Muitas vezes chegava atrasado porque a organização era assim. Uma acabava às dez aqui e outra começava às dezes ali. Mas aqui não tinha salas de aula suficientes.

E assim teve uma recepção do CEFISMA na época muito bem feita, que conseguiu pescar um monte de alunos para serem e participar. Eu mesma entrei no CEFISMA no ano que eu entrei e outras pessoas também, e a gente tinha atividades. Bom, tinha as aulas, mas tinha atividades relacionadas ao CEFISMA, que foram muito integradoras naquela época, que eu percebo que hoje é diferente. Então, tinha um grupo de teatro que era concorrido, que apresentava a peça, tinha um grupo de jornal que fazia aquele jornalzinho que deve ter lá exemplares, que chamou de “cientista” com um nome lindo que a gente fazia. Não tinha computador, não tinha mimeógrafo, chegou lá pelo meio, a gente fazia parece que se olhar hoje parece trabalho de criança com letrinha, a letra sete grudada, enfim. E aí você tem uma lista grande de atividades, grupo de músicas de revista. E nessa época as pessoas que já estavam no que entraram antes já estavam organizadas em atividades políticas e alguns de nós foi entrando nessas atividades.

Então havia o núcleo do diurno e o núcleo noturno e a gente fazia grupos de estudo. Estudamos o manifesto naquela época, a gente fazia grupos de estudo, de leitura, de temas políticos, escondido, obviamente, e tinha uma coordenação de cada período mais pra frente eu fiquei sabendo que desses chamados coordenadores, eles eram, tinham vínculos com o grupo dos operários. Eram grupos que não defendiam a luta armada, mas defendiam a formação política e a participação em movimentos. E esses grupos tinham então contato com o movimento operário de forma clandestina, tinham nomes de guerra e a gente participava com ele do serviço, mas não sabia disso. Ficamos sabendo quando todo mundo foi preso e fomos presos assim no dia que teve a missa na Catedral da Sé pelo Alexandre Vannucchi Leme. Nós tínhamos uma reunião e decidimos nem ir à missa e nem fazer a reunião por questões de segurança. E eu estava naquele dia com um carro que era da minha mãe emprestado e a gente saiu junto no meu carro, atravessando a ponte da Cidade Universitária. Lá tinha um comando policial, nos pararam. Hoje a gente evidentemente saca que a gente estava sendo seguido porque eles não tinham porque nos prender. Éramos quatro no carro e a desculpa que eles usaram foi que a minha carteira de identidade era falsa e não era. Era minha, normal e que a gente tinha um jornal ilegal no carro. O jornal era o jornal Opinião de Assinante. Então estava escrito Venda proibida em banca porque era um jornal de assinantes e televisão.

Eu fui interrogada por um policial horrível, assim sabe uma pessoa asquerosa, de camisa aberta, suado, com um medalhão no peito, que depois só eu fiquei sabendo que era o Fleury, porque senão acho que eu tremia nas bases, né? Você sabe quem é o senhor então? E aí ele insistia muito com a gente para que a gente entregasse os outros colegas. E nenhuma de nós fez isso. Nenhum de nós fez isso e ficamos lá numa salinha. E acontece que foi algum policial, foi na minha casa. Eu morava com os meus pais na época e disse o seguinte: tocou a campainha tarde da noite e falou para a minha mãe, que abriu a janela. Olha, sou colega da Suzana e estou preocupado porque a gente foi numa manifestação e ela não apareceu na volta. A senhora sabe onde ela está aí? A minha mãe, que era esperta e sabia o que estava acontecendo, falou: ela está dormindo na casa de uma colega. E ele falou: a senhora sabe o endereço do namorado dela? E ela respondeu: não sei. E o meu namorado na época era um

desses clandestinos, mas nem eu sabia. A minha mãe imediatamente sacou e acionou um amigo dela, que é advogado, e de repente eu vi o quem o chamava de Tio Paulo entrar na sala. Eu não sei, nem lembro como ele conseguiu entrar. Eu fiz aquele movimento de quase pular no colo dele e ele fez um sinalzinho pra mim de ficar quieta e falou assim: Olha, eu conheço esse pessoal, então eu estou aqui para defendê-los, se for o caso, mas mandaram ele embora. Eu sei que ele conseguiu que a gente saísse antes do que os outros e lá, nós que fomos presos no meu carro e quando a gente foi assim, obra do acaso.

Quando a gente estava sentado lá esperando, a gente viu passar e eu reconheci, passou um policial com as almofadas que tinha na casa do meu namorado e eu falei: ih, dançaram. Uma das pessoas que foi presa foi torturada e que não aguentou e abriu o endereço de algum deles. Meu namorado abriu a porta do elevador, chegando em casa, os policiais já estavam esperando atrás da porta do elevador, já puseram o carro e assim foram pegando um por um. Eles foram pro DOPS, mas depois foram para OBAN. Lá foram torturados e ficaram um mês presos. Nós fomos soltos antes. Então, como era a vida no instituto? Era de pânico. Eu saquei que eu estava sendo seguida e depois foi confirmado pelo pessoal que estava: hoje a gente viu a Suzana saindo da aula. Ela estava com medinho, viu o pai dela, foi lá buscar. Eles inventavam coisas e também falavam coisas que eram verídicas. Eu não podia ver aqueles carros tipo perua que eles usavam, que eu entrava em pânico e deu um pânico geral, né? E aqui no Instituto tinha um aluno que era informante da polícia. A gente sabia porque alguém que foi preso antes tinha visto ele trabalhando lá e esse rapaz vivia grudado em mim.

Então era um tempo de muito, muito, muito medo. E eu acho que eu me safei. E a outra pessoa também de ficar mais lá, porque a gente deu uma de boba, total. Porque você é representante de classe? Eles perguntando. Acho que é porque eu sou boa aluna. Eu era mesmo e tinha boas notas. Mas porque uma boa aluna participa do centro acadêmico? Porque precisa e precisa ter alguém que escreva direito para fazer o jornal. Então, a gente deu uma de idiota. Acabamos sendo soltos logo e eles ficaram. Então, o clima aqui era de pânico. Outro dia eu dei uma entrevista para uma aluna e trabalho de fim de curso que ela queria saber. O tema dela era Mulheres na ciência e se eu sentia algum tipo de assédio e de

perseguição durante o curso onde a gente tinha tanto pânico, porque não era medo de ser preso, era medo de morrer. A quantidade de mortos, de conhecidos. E então a gente tinha muito, muito medo, assédio, professor, olhando os seios e nem notava, notava depois a posteriori. Mas a gente tinha.

O clima era de muito medo entre as pessoas que estavam de alguma forma organizadas e um clima de assim. A gente não tinha agenda, guardava tudo na cabeça, porque se pegassem uma agenda de telefone, era complicado. Então era outro mundo, sabe? Era assim estudar, fazer prova, era fuga, era o gostoso na época, porque a gente tinha medo de tudo o ser.

O CEFISMA e o Centro Acadêmico das Ciências Sociais eram os mais organizados na época. Eram lideranças do movimento estudantil e a gente fazia reuniões conjuntas. A gente fazia essas reuniões fingindo que estava fazendo piquenique no Butantã. Estendia uma toalha. Eu levava sanduíche, porque não podia caracterizar como reunião. Então era um clima desses, onde as pessoas desconfiavam uma da outra. Quem não se conhecia bem achava que o outro estava prestando muita atenção no que fazia. Então você desconfiava. Os colegas têm medo de ir para a cadeia e morrer, isso cria um mundo intolerável.

Entrevistador: Mas como vocês conseguiam fazer essa troca? Mesmo com as aulas sendo espalhadas em vários cantos da USP?

Suzana: Então, as aulas de física eram espalhadas, mas a gente tinha o centro acadêmico, que na época era lá em cima. A gente chamava de Aquário e tinha uma coisa redonda, tamanho o dobro dessa sala com vidro em todos os lados e não existia esse prédio aqui embaixo, foi durante a minha graduação ou começo da pós, que a gente fez a mudança de lá para cá. Então a gente tinha um núcleo lá no centro acadêmico e o pessoal mais antigo tinha contato com o pessoal das ciências sociais e de outros centros acadêmicos e marcavam essa reunião com conversas 2 a 2 marcavam o lugar e era assim.

Entrevistador: E essa convivência com pessoas mais antigas. Assim você conseguiu perceber e saber um pouco sobre como era antes e como estava sendo essa mudança de local. Sentiam essa diferença de lá da Maria Antonieta?

Suzana: Olha, acho melhor perguntar pra quem era da Maria Antônia, mas não era o tema. Agora eu noto que os meus colegas que estão hoje ainda aqui, que se formaram lá, por exemplo, na rua, Rubilota. Eles falam da Maria Antonieta e o olho brilha. Eles têm muitas saudades e acham que foi um tempo muito bom. Mas esse não era o tema. Então não sei falar sobre o que.

Entrevistador: E o movimento estudantil? Como é que os estudantes da USP conseguiam fazer movimentações?

Suzana: Avisos em sala de aula. E assim, por exemplo, teve aquele famoso show do Gilberto Gil na Poli que foi proibido e que a gente conseguiu fazer. Então tinha coisas que no boca a boca ia repercutindo e tinha umas passeatas no centro da cidade. Tem um episódio engraçado que eu não sei se o João vai lembrar foi assim: a gente estava numa dessas passeatas e veio a cavalaria com polícia e assim a gente ficava de três em três. Tinha esquema de depois verificar quem voltou e eu. Eu estava com o João e chegou aquele monte de polícia. Ele me puxou e a gente entrou numa loja de lingerie e ele falou: ‘agora escolhe a sua meia’ nem sei se ele lembra disso. Cada um, cada duplinha trio por si e depois faz uma verificação de que todo mundo voltou. Mas era assim. Eram chamadas de passagem em sala de aula e boca a boca.

Entrevistador: E o CEFISMA em si. Você falou que fez parte da gestão. Como é que vocês conseguiram formar uma gestão? Como é que vocês conseguiram se organizar?

Suzana: E assim, as pessoas que estavam em busca de formar a gestão já os colegas, os alunos, falar que aquela pessoa vai ser legal, se topar. E foi nessa base. E era realmente gente da física e da matemática, só separou depois. Então tinha um grupo da matemática com o grupo da física e liderado por gente que já estava e que depois foi agregando pessoas. O meu namorado da época que eu falei que depois virou meu marido, pai de dois filhos. A gente se separou, mas é amigo até hoje. Ele foi presidente, então eu fui ganha pelo namorado. Tinha pessoas que eu tinha um pouco de pé atrás porque já estavam há cinco, seis

anos, fazendo o curso que dava a impressão que estavam pelo movimento político, mas depois revendo. Eu acho que foram pessoas muito importantes, porque eles fizeram a formação política de muita gente, com leitura, com livros e acabaram, de uma forma ou de outra, se formando muito depois. Tem coisas que são assim. Acho admiráveis, por exemplo, quando a SBPC foi proibida. O que aconteceu em meia hora no boca a boca. Aquele auditório da FAU devia ter umas 500 pessoas discutindo e protestando contra a proibição da SBPC e que acabou sendo na PUC. Então era uma coisa que não tinha internet, não tinha. Um telefona para o outro e lota. Ao mesmo tempo que tinha esse clima de perseguição e medo. Tinha uma vivacidade maior, uma integração maior. Acho que é uma solidariedade maior entre as pessoas. Para mim, o que eu noto hoje de diferença é principalmente o individualismo que foi plantado aqui. Tanto de professores quanto de estudantes. Cada um por si. Então, quando eu vejo um grupo cooperativo, amigo, eu dou a maior força.

Entrevistador: A inserção do CEFISMA com os alunos era grande ou poucos participavam?

Suzana: Eram poucos, mas poucos em relação à quantidade de alunos da época. Muitos eram muito temerosos, por causa da repressão. A gente ouvia, assim: Meu pai proibiu. Eu queria ser do grupo de música. Mas como tinha atrativo, como um grupo de teatro, ok. Uma das peças foi Galileu Galilei, que foi apresentado em algum auditório que então tinha gente que ia porque era gostoso, tocava música, festinha e depois acabava se agregando. Mas eu acho que hoje tem menos relativamente do que naquela época.

Entrevistador: Esses grupos, como o de teatro, estavam dentro do CEFISMA? .

Suzana: Era dentro do CEFISMA. Tinha sempre uma pessoa do CEFISMA responsável por aquele grupo. E aí outros se envolviam nas atividades.

Entrevistador: E como é que era a organização do CEFISMA? .

Suzana: Eu não lembro, mas tinha cargos que eram exigências estatutárias. Na prática, todo mundo trabalhava do mesmo jeito. O presidente não tinha mais voz

que o tesoureiro, a secretária. Tinha, eu acho que se chamava o comitê diurno. O comitê noturno tinha grupos que atuavam nos seus períodos, que tinham o objetivo também de trazer mais gente, de estudar e de organizar idas às salas, as atividades, fazer o balanço no fim do mês e como foi música, teatro, jornal, etc.

Entrevistador: E aí esse episódio do carro? Mas depois disso, como é que ficou? Tanto o próprio centro acadêmico, mas também a sua relação com o instituto.

Suzana: Olha, o centro acadêmico deu uma esvaziada porque estava todo mundo preso. Algumas pessoas tentavam manter algumas atividades com medo. A relação com o instituto, assim, a relação institucional não mudou. Inclusive a gente teve apoio de alguns professores. Teve um ou outro professor que foi lá e enfim. A gente foi acolhido pelo instituto porque era uma época tão difícil que as pessoas eram assim, tinham algo em comum contra a ditadura. Depois, cada um foi para seu lado. E eu lembro do dom Paulo Evaristo Arns numa grande reunião que houve na FAU. Assim, hoje estamos todos juntos. No futuro estaremos brigando. E essa união contra a ditadura, contra a perseguição. Quando eu fui presa, pegaram um caderno de fotografias e começaram a me mostrar e perguntar se eu conhecia, se eu conhecia algumas pessoas que eu conhecia superficialmente. O que eles não conseguiram provar que eu conhecia, dizia que não conhecia e até que chegou a fotografia do Ernesto Hamburger e da Amélia. Eu falei a conheço. Eles são professores do Instituto de Física. Aí ele falou assim: Ele é bonzinho, mas ela é uma terrorista perigosa, se afaste dela. E eu falei: mas os dois são ótimos professores e muito bons físicos. Então, tinha todas essas coisas. E quando eu saí, fui contar para eles porque os dois tinham sido presos.

Entrevistador: Você falou sobre os olheiros da ditadura que você sabia. Mas no dia a dia, tirando esses infiltrados, era perceptível algum tipo de intervenção?

Suzana: Alguns professores que eram mais ativos ou eram do Partido Comunista Clandestino, tinham muito medo. Então, eles falavam: Olha, se alguém perguntar por mim e se me virem, me digam que “não”. Falavam para algumas pessoas. Teve uma colega que levou uma baita bronca de uma professora porque uma pessoa perguntou se eu sabia onde ela estava dando

aula. Ela falou que sabia onde estava e era um policial. Então, os professores também e alguns pelo menos tinham medo, tinham outros que eram muito reacionários, mas que ficavam na deles. Então, assim, em sala de aula com professores, não tinha.

Entrevistador: E esses infiltrados, eles tinham um ponto fixo ou era um colega normal?

Suzana: Eram colegas de classe, normal. A gente cria uma intuição estando nessa situação. Que se aproximavam do centro acadêmico de um jeito meio esquisito, perguntavam demais, porque quem era do movimento não ficava perguntando para o outro vai, onde era a reunião, se participava disso daquele. Às vezes a gente era injusto porque era o jeito da pessoa. Mas alguns assim eram alunos, claro. Tinham os que circulavam por aí, que a gente não conhecia, não sabia, mas tinha. E alguns eram alunos regulares do curso. Esse que eu mencionei era meu colega de classe.

Entrevistador: Você menciona muito do medo que você sentia. Quando é que esse medo foi passando?

Suzana: Olha, aos poucos e eu acho que nunca passou completamente. No seguinte sentido, se eu estou dirigindo o carro, hoje, de repente, eu vejo um comando policial cheio de guarda com uma arma, eu penso: eu tenho carteira em dia, documento do carro, não tenho o que temer, posso passar e eles podem me parar. Então ficou o reflexo do medo da polícia, mas que aparece circunstancialmente. O meu marido, que já era marido, demorou muito para passar, porque ele foi muito torturado e como ele tinha feito serviço militar. Eles faziam ele girar manivela para dar choque nos colegas, amarrados. E se ele se recusasse, apanhava para caramba. Então tinha uma situação muito pesada. Quando ele saiu, eu não podia convidar alguém para tomar café em casa. Ele achava que estava sendo seguido o tempo todo e demorou muito e ele fazia terapia. Quando ele voltou a terapia, o terapeuta falou assim: sumiu, foi preso? Ele falou assim: Até o meu terapeuta sabe que eu fui preso e não vou mais lá. Então, assim, para algumas pessoas que ficaram mais tempo, porque eu não fui

torturada, eu sofri interrogatório, mas eu fisicamente não foi a tortura emocional. Não apanhei.

Entrevistador: Quais as pautas e discussões estudantis na época?

Suzana: Que tinha a questão da luta armada versus não a luta armada. Tanto que tinha a Refazendo e Libelu, que tinham visões diferentes de como atuar. Então uma das diferenças era do grupo do qual eu fazia parte, achava que a gente tinha que fazer um trabalho pela base, tratando de coisas específicas também, de problemas em sala de aula. E não tem que ter só o discurso político contra a ditadura. A gente vai agregar pessoas com um trabalho na miudeza também. E tinha um grupo que achava que não, tinha que entrar direto com a discussão política, que é isso que importa. Então tinha divergências assim. A luta específica é mais importante que a luta geral ou não. Por exemplo, não tinha divergências, mas tinha embates difíceis e tinha briga em assembleia. Mas acho que principalmente isso luta armada versus não a luta armada. E qual a estratégia tática de trabalho?

Entrevistador: E quais eram as pautas específicas que vocês conseguiram colocar aqui na IFUSP?

Suzana: Olha, são questões relacionadas muito específicas relacionadas a salas de aula com determinados professores que eram, enfim, não aceitos pelos alunos. Então tinha reunião para discutir o que fazer. Quando eu estava na pós graduação já. Isso foi em 74.

A gente tinha um curso de mecânica quântica com um professor que era assim péssimo professor e machista. Então ele dava umas aulas olhando pra lousa, escrevendo, pequenininhas e um dia formamos um grupo. Acho que Otaviano estava. Eu estava naquela época e fomos conversar com ele. Eu ouvi dele assim: você não devia nem estar aqui. Devia estar fazendo letras, porque mulher não dá para ciência. E aí a gente resolveu que, depois de brigar, discutir com ele que a gente não ia mais assistir aula dele. Então tinha um nível de organização que todos os alunos éramos uns 20 e poucos. Decidimos que não íamos assistir a aula dele. Só que a gente queria continuar estudando. Então, a gente também

provocava. Entrava na sala ao lado, que era lá no Jafet, e cada dia um fazia um seminário sobre um capítulo do livro que todo mundo dizia ter lido. E discutia, então, para mim, a gente aprendeu muito mais do que com as aulas. Aí teve a primeira prova, aliás, a segunda, porque a primeira eu tirei a maior nota. Eu, Otaviano, que foi cinco, todo mundo foi super mal. Aí a segunda ele entrou na sala que a gente estava e falou assim: eu vou dar a prova que se vocês não forem zero para todo mundo, ninguém foi, terceira prova, ninguém foi. Ele reprovou todo mundo. Então, todos os alunos de mecânica quântica, que era a única matéria obrigatória, foram reprovados. Deu um bafafá no instituto porque tinha Bolsa da FAPESP e os orientadores reclamaram.

Depois tem uma consequência engraçada que ninguém queria dar aula para a gente. E quem topou dar aula e assim refazer o curso foi o José Roberto Leite, que já faleceu, que era da física dos materiais e depois um professor já pode dar o curso de mecânica quântica. Porque ficou todo mundo assustado com o nível de organização. O nível de organização era decorrência da organização durante a graduação e tinha também muito mais esse espírito de turma. A gente ter assim eu falar que era da minha turma era Otaviano, Vitor Vani e tem uma lista de pessoas que entraram juntos no primeiro ano e saímos juntos no último ano. E era um grupo grande. João Steiner, que também é um astrônomo conhecido, que já faleceu.

Então era uma turma que se conhecia bem, independente das visões políticas. Antes vinham de viagens. O Marcão era dessa turma. Eu era super amiga do Marcão e a gente brigava em tudo. É muito diferente de hoje. Está todo mundo espalhado em várias disciplinas, em anos diferentes. Então isso também facilita em qualquer tipo de organização. Tem festas até hoje. Aí vai um monte de velhinhos lá. Mas eu vi até a fotografia do Manfredo lá na festa, então tinha uma maratona e depois de 74, 75 começou. A coisa ainda estava feia, mas começou a ter mais integração entre diferentes escolas. Então, tem gente se protegendo quando tem esses encontros. Esse era o grupo da Refazendo. Aí tem gente de várias escolas que participou.

ANEXO D – Entrevista com Marcos Magalhães

Entrevistador: A ideia é que você conte um pouco sobre a sua vivência na universidade, considerando ali o período que incluiu o momento da ditadura e um momento político específico. Então, se você puder começar pelo seu próprio ingresso na universidade, como foi?

Marcos: Eu ingressei na universidade em 1971, no curso de licenciatura noturno. Naquele ano, eu fazia também engenharia. O curso diurno na Fundação Álvares Penteado, na FAAP, é na verdade eu entrei na licenciatura, assim, meio também sem muito saber o que era. Mas porque eu gostava de ser professor e pensava em ser professor. Então entrei assim na licenciatura noturno, quase que para ver o que está acontecendo. E nesse primeiro ano, na verdade, eu não tive uma presença. Eu devo ter feito um ou dois cursos só o ano inteiro, talvez um pouco mais ou um pouco menos. Em 72 que eu passo a só ficar na licenciatura. Eu tranquei a engenharia no terceiro ano de engenharia e tranquei. Quer dizer, eu fiz 70 e 71, eu fiz engenharia com 71, sendo concomitante com a licenciatura e em 72 eu começo, de certa forma, a vivenciar um pouco mais a universidade. Então acho que quase que dá pra entender que do ponto de vista prático, eu ingresso em 72 e eu em 72 e começo a conviver com alguns colegas do noturno e que participavam do centro acadêmico e que participavam do grupo de teatro naquela época e me convidaram e eu comecei. Então, talvez até 71 eu já tenha feito alguma coisa mas 72. Aí o foco de estudo foi aqui.

E o CEFISMA que naquela época era o Centro Acadêmico dos Estudantes da Física e da Matemática e tinha, na verdade, uma sala lá. Inicialmente, a sala era do lado do auditório Alexandre e Volta. Então tinha uma pequena salinha lá e tinha um espaço num prédio ao lado, que era um prédio baixo, que talvez até já tenha sido demolido a essa altura do campeonato, que tinha uma mesa de pingue pongue. Então era um pouco isso e o Volta, na verdade, era um espaço que a gente tinha também. Quando tinha muita gente para fazer reunião e não tinha aula no Volta, a gente usava o Volta para fazer reunião. Eu não sei nem se existe ainda. A gente tinha uma salinha exatamente ali do lado. Era uma espécie de que seria quase uma secretaria do auditório ali. Então, eu comecei a participar

do CEFISMA, mais ou menos nessa época. A minha visão, na verdade, de país e tal. Ela começou a ser formada nas discussões lá do centro acadêmico. Foi lá que a gente começou. Eu comecei a ter mais clareza, vamos dizer assim, de que nós estávamos na ditadura, o que a ditadura significava um pouco mais isso. E foi muito enriquecedor todo esse trabalho que a gente fazia para discutir a peça de teatro que a gente ia fazer, entendeu? Então, isso envolvia discussões de conjuntura e envolvia discussões de peças, por exemplo, que a gente pegava pedaços da peça do Brecht. Então o Galileu Galilei criou essas coisas que acabavam sendo o mote de discussões para todos os assuntos, digamos, da política. Está certo.

Entrevistador: E naquele espaço ali do centro acadêmico, é tranquilo poder falar desses assuntos?

Marcos: E ali a gente falava. A gente de certa forma conversava ali e eu comecei a me envolver naturalmente. Todos os grupos que o CEFISMA tinha de trabalho. Então ele tinha um grupo do cinema, por exemplo, que eram três colegas que preparavam uma sessão de cinema no sábado. Era muito comum ter aula no sábado e no final da manhã do sábado a gente tinha um filme apresentado no filme. No fundo, a discussão política juntava as várias pessoas. Tinha o grupo da revista Evento e essa revista tinha lá três, quatro colegas que selecionavam textos ou pediam textos para professores. E aí publicava. A revista a cada seis meses, etc. Tinha outro grupo que discutia o teatro, tinha um grupo que tinha um grupo de música também, mas aí não muito. Então um desses grupos que se firma aí tinha o pessoal que naquela época não tinha atlética. Ainda tinha um pessoal do esporte que depois se criou uma atlética. Então, vários desses grupos, alguns deles ou eventualmente todos, se juntavam para gerir o centro acadêmico, numa reunião que era feita sem muito critério de quem era diretor, quem não era diretor. Uma reunião que discutia os assuntos políticos, que claro que eram as discussões sobre contra a ditadura. Então tinha posições contra as pressões do governo com relação ao ensino pago, perseguições políticas de professores. Então tinha toda essa discussão que era feita. Tinha um jornal que a gente fazia, que era, sei lá, bimensal ou mensal, que chamava O Cientista. Mas era um negócio de biografado de 10, 15 páginas, com letreirinha pequena, com pouca

ilustração. Era aquela coisa muito dura de ler que a gente acreditava que todo mundo ia ler dedicadamente, linha por linha. A gente agora avalia e fala “Puxa, a gente era muito ingênuo de achar que as pessoas fossem ler”. Porque, às vezes a gente discutia horas e horas o texto e criava aqueles calhamaços de dez páginas. E, é claro, a gente percorria as salas de aula, a gente apresentava o que tinha para apresentar, para convidar para uma assembleia e etc. E eventualmente tinham lutas que apareciam. Luta assim por uma questão de professor contratar professor. Na matemática tinha uma questão muito forte, que era a história de prédio. A matemática não tinha prédio. Então era uma briga. A história do prédio para tentar pressionar para que a reitoria fizesse o prédio e tinha as disputas gerais, digamos, se contrapor a opressão. Vamos assim, genericamente falando, da ditadura.

Entrevistador: Desses temas que vocês debatiam, esteve algum mais significativo para você ou que você se envolveu mais?

Marcos: Não há dúvida de que a repressão da ditadura, principalmente em 73, com a morte do Vanucchi, da geologia, foi importante porque ela resultou em várias prisões e inclusive teve gente no CEFISMA que foi preso naquela época. Ex-participantes do CEFISMA de tempos idos foram presos e alguns dos atuais participantes também foram presos. Ficaram presos por alguns dias, não muitos e depois também parte da diretoria e eu incluído fui convidado a ir lá no DOPS fazer um depoimento ao Departamento de Ordem Política e Social, que é um órgão estadual da repressão.

Entrevistador: Então você chegou a participar da diretoria do CEFISMA?

Marcos: É, eu participei como vice-presidente, acho que foi 73, 74. Acho que foi essa gestão 73, 74 que eu entrei na diretoria. Acho que em algum momento de 73 e saí em 74. Acho que mais ou menos por aí.

Entrevistador: E os seus colegas de diretoria?

Marcos: Meus colegas de diretoria, o presidente era o Vinicius Simonelli, que faleceu ano passado. Tinha o Osvaldo Suzuki, que chamava de capa preta,

porque tinha um jogador de xadrez que era Capablanca e o pessoal para fazer uma piada chamada de capa preta. E ele era matemático e ele era o cara assim de organização, ficar ali na coisa. Eu não lembro se ele estava na diretoria, talvez estivesse nessa época. Eu não lembro mais quem estava a diretoria de ter mais sete pessoas. Eu era vice-presidente porque em geral se fazia assim. O presidente em geral era da física e o vice era da matemática. Era só um jeito de pessoas que foram meus contemporâneos nessa época e que talvez você conheça o professor Orivaldo Curi, o Vinícius.

Tinha o Bigode que é da matemática mais novo. Antonio José Lopes Bigode ele é professor da rede de professor da rede. Não tinha muita gente da matemática. Tinha uma menina que eu estava até lembrando uma menina chamada Rose. Eu nem lembro do sobrenome dela e ela sumiu completamente. Tinha um outro cara, o Jonas, que era o cara, que era o diretor de teatro da gente. Era um cara que funcionava na direção e esse cara foi um dos caras presos. Vamos chamar assim da morte do Vannucchi e de manifestações que se fez e tal. E ele foi preso também naquela época. E depois ele se afastou. Aparentemente, algumas dessas pessoas sofreram, digamos, torturas. Eu lembro de um professor, de um colega lá da física, que agora é professor lá na Bahia, o Ossamu Nakamura, que os caras confundiram é de origem japonesa. Também confundiram ele com algum japonês que fosse do movimento armado e ele foi torturado durante algum tempo. Eu não lembro bem, mas eu acho que mais ou menos os que ficaram presos ficaram talvez três, quatro semanas naquele esquema, três, quatro semanas. E foram esses. Tinha um outro cara, também da matemática, que era um cara muito, muito participante no CEFISMA, que era o Jorginho, que ele chamava de Jorginho. O Jorginho faleceu também. Acho que ano passado. O Jorginho era uma figura emblemática, porque ele era um cara de franzino, muito racional, que ouvia todo mundo. Mas é um cara muito bom na conversa e na discussão, na política, no senso crítico de pegar e com uma posição sempre muito, muito forte, muito radical no sentido de defesa de valores, assim de oposição à ditadura, de posição de esquerda, mesmo muito forte. O Jorginho, de certa forma, é uma pessoa importante nesse processo. Ele também foi preso e voltou. Enfim, essas pessoas. Então, neste momento, as lutas muito pelas chamadas liberdades democráticas, era muito puxada pela famosa Libelu,

liberdade e luta que tinha. Era uma tendência forte no movimento estudantil. A gente era meio independente, ali no CEFISMA, apesar de que tinha gente que eventualmente tivesse algum nível de organização ou que chamasse intestina na época para certo. Mas muitos eram independentes, como ele, mas tinha uma posição a Libelu, que por exemplo, ela era a diretoria na época era a diretoria na FAU era diretor e às vezes nas ciências sociais, apesar que tinha sempre disputa nas ciências sociais.

Entrevistador: Além da Libelu, tinha outros grupos que se organizavam a ponto de ter uma identidade específica.

Marcos: Tinha, tinha o que a gente chamava de peguistas, que era um pessoal que ficaram chamados de peguistas porque vinha de PEG Política Educacional do Governo, porque o mote deles era questionar a política educacional do governo e, por conta disso, a gente acabou rotulando aí como os peguistas. Que se tornou, em algum momento, um grupo forte em relação à liberdade e luta. É claro que tinha o resto, que eram os independentes e mais uma parte de pessoas que eram da AP, ação popular que tinha essa base que formaram a Refazendo, que ficou com uma certa oposição importante à liberdade e luta. Os Peguistas vinham do MEP, que eram o chamado Movimento de Emancipação do Proletariado, que em algum momento teve uma certa expressão e acho que eles eram do MEP. E a pauta educacional deles era associada a, por exemplo, a questão da educação pública e contra a privatização.

Mas, sinceramente, eu acho que era essencialmente isso. Tinha as ofensivas do governo. Naquela época, ainda tinha o famoso 477, que era uma consequência do AI-5 que podia retirar alguém da universidade, tinha esse tal de decreto 477. Em geral era isso, era questão de vestibular, estava começando a se consolidar. Porque antigamente, antes de 70, 68 por aí, você não tinha vestibular. Se tinha um exame classificatório, você classificou, entrou. Depois é que os caras criaram o vestibular. Vai dizer que só tenho 100 vagas. Não interessa que se tirou nove, mas se tem um monte de cara que tirou dez, você não vai entrar. Quando o que antes era assim, você tem um exame. Se você tiver cinco, você está classificado. E aí entrava uma discussão dos excedentes. E aí o vestibular já estava se consolidando. Mas, essencialmente, as nossas pautas tinham a ver com, por

exemplo, aqui na matemática, uma luta para ter um bacharelado à noite, por exemplo, que acabou surgindo muitos anos depois. Na verdade, eu acho que eu já era até professor. Então, tinha discussões disso na questão das aulas, a qualidade das aulas e as pautas nacionais de liberdade, defesa. Direito de expressão, etc. Tudo isso eram os pontos que o movimento estudantil levava a sério. Tinha as questões de bandeirão. Então essas questões todas. Muito questão de prédio, sala de aula, espaço para mais vivência estudantil. Eventualmente, uma pressão aqui para tomar a sala dos estudantes, a sala do centro acadêmico.

Entrevistador: Mas isso que você citou agora me chamou atenção porque, por exemplo, isso de tirar a sala dos estudantes de alguma forma era para evitar a organização estudantil, a discussão política?

Marcos: No fundo, tinha um pouco de cada coisa. Tinha um pouco a história de reformas de prédio em que pegava querendo fazer uma reforma e eventualmente, às vezes podia nem ter muito a atenção que quero tirar. Precisava reformar e nem se preocupava em arrumar um outro lugar para o centro acadêmico se instalar. Ficava aquela coisa assim. Havia, claro também nessa época, uma pressão para virar diretório acadêmico. Então havia uma questão centro acadêmico, o diretório acadêmico. Então, a política do governo diz que tem que formar diretório acadêmico. Então, você tem que ter boas notas para poder ser do diretório acadêmico. E o centro acadêmico era uma espécie de organização independente. Então, a gente ficava sempre naquela história de que nós somos o centro acadêmico, não são do diretório.

Entrevistador: O diretório acadêmico chegou a ser criado?

Marcos: Não. Aqui na USP, ele não prosperou, mas nas faculdades particulares era diretor acadêmico e eventualmente, talvez em algumas públicas. Era isso que era tolerado e precisava ter umas certas regras. Por exemplo, envolvia também a regra de ter representante discente. E então, por exemplo, a representação discente em congregação e tal tinha que ter uma certa nota para poder ser representação tinha de um monte de regrinhas. Então era uma luta também contra isso. Está certo que era uma tutela do fundo da ditadura, que o

pessoal de ir jogar lá pra cá tinha a disputa a nível de representação estudantil, de tentar ampliar a representação estudantil nos vários fóruns. E tinha aquela visão de universidade com democracia. Enfim, tinha um pouco disso, apesar de que isso tomou corpo mais pra frente.

Entrevistador: E eu queria só retomar um ponto que você citou que você chegou a ser convidado pra ir dar um depoimento no Dops. Você podia contar um pouquinho mais sobre como foi essa experiência.

Marcos: Nós fomos convidados pelo secretário de segurança aqui de São Paulo, o Erasmo Dias. E ele fez o esquema assim: Ele convidou de manhã, você ia e tinha que levar os pais. E aí tinha uma entrevista com ele. Então ele colocou a gente em uma salinha que não era muito maior que essa. A gente sentado e ele de pé, falando assim, nessa distância de um metro e meio que eu estou falando para você e ele falando: “tem os próto-comunistas, comunistas. Tem uma hierarquia de comunistas aqui e os inocentes úteis. Eu acho que vocês são os inocentes úteis que estão sendo usados pelos comunistas” e falava para os pais. Enfim, tinham três comigo. Então, tinha uma sessão de discurso do Erasmo Dias. Assim, de 01h00 mais ou menos. E aí você voltava à tarde, prestava depoimento e à tarde você prestava depoimento com o delegado. Então mostrava o jornal, “quem escreveu isso aqui?” Todo mundo que escreveu. “Mas quem queria receber?” Minha mãe, que não era nada progressista. Saiu de lá absolutamente progressista. Falou: “esse cara é um grosseiro.” Ele fez essa batidinha de convidar pessoas do CEFISMA. Fui eu e o Osvaldo que também era da matemática. Não sei se foi mais alguém, talvez tenha ido mais algum. Enfim.

Entrevistador: Dos colegas que chegaram a ficar preso, você lembra do relato de alguém sobre o que perguntaram a essa pessoa?

Marcos: Essencialmente, era sempre ligações com as organizações clandestinas? Então, essa era a conversa. O que se conhece? o que é que você sabe? O que é isso? É um pouco que se falou de certa forma para muitos deles. E a coisa foi assim, marcante. Muitos se sentiram assim bem, digamos, intimidados com a prisão. Tanto que alguns, quando voltaram, se afastaram do centro acadêmico. Assim, com uma coisa enorme, eu vou ter que me afastar

porque os caras vão me vigiando, vão me vigiavam. Então eu vou sair fora. Alguns realmente saíram, conversavam com a gente, eventualmente como cruzava uma festa, mas deixaram de participar do dia a dia, alguns de uma forma mais intensa, outros menos. Mas eu sinto que teve um impacto nessas pessoas.

Entrevistador: E esse medo da vigilância é presente mesmo no âmbito universitário mesmo?

Marcos: E acho que era. Tinha essa coisa de que os caras tinham algumas pessoas infiltradas. Tinha um pouco essa coisa de sempre, se perguntar “Mas será que esse cara não é dedo duro?” “Será que esse cara não é?” Havia um pouco isso. Isso estava no ar porque, ao que parece, era comum isso. Então, assim, presença em assembleia, uns caras desconfiavam de alguém e tiravam o cara da Assembleia. Então havia isso no ar. O cara estava na Assembleia ouvindo a gente, mas o que quer era aquele medo de do cara, de alguma maneira, identificar um pouco mais lideranças. Quem é que fala mais? Quem é que organiza agora? Porque, claro, você tinha disputas das tendências e, eventualmente, em algum momento você tinha que compor. E claro que havia o temor de ficar identificando aquele cara, o cara x. Ele é o coordenador. Então isso se tem coisa que eu acho que marca mesmo. Você pegou bem essa coisa de uma vigilância pairando no ar, que podia ser real ou podia ficar no imaginário. Em alguns momentos foi real o suficiente para depois continuar no imaginário, mesmo que ela não estivesse acontecendo.

Entrevistador: Mas no início, você tinha citado que, entre as atividades do centro acadêmico, às vezes vocês passavam nas salas para divulgar alguma coisa. Nesses momentos, assim, um pouco sim, um pouco não tão petit comitê, mas esses momentos um pouco mais públicos, digamos. Tinha algum tipo de pressão ou constrangimento ou inquietação?

Marcos: Não. Claro que tinha algumas pessoas que eram, digamos, uns os caras mais os faladores que chegavam, entravam e falavam. E em geral, a gente ia em dois ou três e passava em sala e pedia licença ao professor e falava. Havia professor que lá pelas tantas, no início não lembro bem, mas depois que começou a ter professor dizendo não, não autorizou, não diz. Tá certo. Mas a

maioria permitia. Então a gente passava na sala. No começo da aula, falava se. Em dez minutos dava um aviso de assembleia, distribuir um panfleto qualquer que a gente estava chamando para uma reunião. Era assim, se gastava 15, 20 minutos passando em sala, passava duas, três salas, em geral as salas dos primeiros anos, que eram as salas mais cheias. As outras salas tinham menos gente. Aí às vezes alguém levava alguém que assistia aula lá, levava os panfletos distribuídos, mas tinha a tradição de visitar as salas de aula e uma vez ou outra, a discussão aumentava. Alguém que comentava alguma coisa, alguém falava e surgia uma discussão na praça. Mas, essencialmente, era a gente falando e os caras ouvindo. A gente fazia nosso papel, que era um papel de denúncia, muito de denúncia, de prisão, de denúncia, de desaparecido. Esse tipo de coisa, a gente levava e denunciava. Se tinha uma luta, se tinha uma greve ou teve uma greve muito longa na época, na ECA, porque tinha um diretor muito autoritário. Então a gente pegava, passava por solidariedade. Tinha a questão do bandejão, luta pelo bandejão para melhorar o bandejão não pode subir o preço do bandejão. Coisas tipo tinha a questão do circular. Isso era prática de passar em sala de aula. Eu passava sempre e não todo mundo passava. Porque, claro, tinha gente com mais dificuldade de falar, de se expressar

Entrevistador: E só pra finalizar. Tem algum ponto que você gostaria de comentar que ainda não apareceu sobre esse período?

Marcos: Eu diria que para mim foi um aprendizado importante, foi uma experiência de vida, que é alguma coisa que o envolvimento a crença, aprender a ouvir os colegas, discutir, formar opiniões. Por mais que eventualmente você olhe, hoje fala, olha, podia ter feito assim e podia ter lutado melhor daquele jeito. Isso aqui era besteira. Isso aqui valia a pena. Mas ou seja ali um pouco daquela coisa da juventude, aquela que sonho de um mundo melhor, um mundo mais justo. É aquela coisa. Foi com aquela semente naquele momento, naquela discussão que me marcou para o resto da vida. E então eu acho que foi uma experiência assim. Do meu ponto de vista, muito enriquecedora aprender a discutir, aprender, ouvir, aprender, argumentar, aprender a construir as relações eventualmente com pessoas que você tem divergência, está certo. É um pessoal com muita dedicação. Assim está certo. Tanto que muitos se tornaram

professores. Gente que estava ali em volta vivenciando o CEFISMA. Mantendo as posições. Dois eventualmente trocaram um pouco as posições mais progressistas por uma posição mais centrista. Mas, independentemente disso, acho que uma semente assim vamos chamar de genericamente falando, de gente não ser absolutamente sacana. Eu acho que isso foi disseminado e muito daquele pessoal que conviveu ali. E em particular para mim. Eu acho que foi um grande aprendizado. Foi uma coisa importante, que me ajudou em todas as coisas da minha vida, na minha parte acadêmica, na minha parte de professor, na minha parte de militante, quando eu fui militante.

ANEXO E – Entrevista com José Domingos

Entrevistador: Em que data você entra no CEFISMA?

José: Então. Bom. É bom dizer o seguinte que em 1970 os centros acadêmicos, de forma geral, estavam totalmente desarticulados. A ditadura tinha feito uma limpa geral nos centros acadêmicos. Muita gente que tinha sido presa. E não só o CEFISMA, mas todos os centros acadêmicos estavam sem atividade praticamente, existia muita vigilância. Havia muitos estudantes, entre aspas, infiltrados na universidade. Que entravam, inclusive sem ter que passar pelo ritual. Eram colocados lá e acompanhavam. Ficavam olhando o que acontecia nos centros acadêmicos, nos espaços. O trabalho político era muito difícil porque as pessoas que tinham alguma liderança até então não estavam mais lá. Então o centro acadêmico e os centros acadêmicos tiveram que ser rearticulados. E eu participei disso no CEFISMA. E aí as pessoas que tinham essa preocupação foram se aproximando. E passando a discutir como levar para a frente um trabalho de reconstrução do centro acadêmico. E a gente desenvolveu atividades ao longo dos anos 70, 71, 72, que iam bastante na linha da recepção dos calouros, com bastante cuidado com atividades que eles se sentissem acolhidos. E aí eram atividades bem diferentes. Já aconteciam naquela época também em outros institutos e faculdades, mas eram muito constrangedoras. A gente pelo contrário, a gente promovia uma espécie de gincana com um monte de atividades esportivas, culturais e palestras, aula inaugural, trote. Me lembro muito bem de uma das aulas inaugurais que o Américo, astrofísico, astrônomo, Américo não desculpe o Augusto. É um grande astrofísico, astrônomo brasileiro. Ele deu uma aula com tanta seriedade no Abraão de Moraes e o pessoal ali anotando loucamente. Em 69, quando eu prestei, foi o primeiro ano em que houve um aumento bem grande do número de vagas na USP, porque tinha tido a luta dos excedentes nos anos 66, 67, 68. O vestibular não era eliminatório, ele era classificatório. Quem tivesse mais que cinco tinha passado no vestibular. Só que não tinha vaga para todo mundo. Então teve um movimento grande dos excedentes. Talvez você já tenha ouvido falar. O chamado movimento dos excedentes. Porque na verdade eram as pessoas que passavam, mas não eram classificados no vestibular, não podiam entrar. A partir do ano em que eu entrei, houve uma duplicação do número de vagas na USP. Entrava muita gente. O

primeiro ano era assim uns 200 alunos anos e o vestibular passou a ser classificatório, eliminatório, desculpa, eliminatório, eliminatório, de acordo com o número de vagas. Não importa se você tem mais que cinco ou não. Então eu me lembro muito bem dessa aula em que todo mundo ali. A gente tinha atividades que eram lúdicas, culturais e a ideia de integrar os calouros, soubemos integrá-los no instituto. E mais, a gente fazia isso como um trabalho político mesmo. E o CEFISMA foi tomando corpo outra vez. Com a finalização do prédio onde o CEFISMA funciona hoje, não é aquele saguão grande. O CEFISMA passou a funcionar ali, logo na minha entrada, ele funcionava lá em cima, perto do Volta, numa coluna super grandona, a gente chamava de aquário. Essa estrutura ainda deve ter porque é uma, é uma sustentação do prédio lá de cima que fica na frente dos outros. E o CEFISMA no começo era lá e passou a ser lá embaixo, com a construção desses prédios lá embaixo, onde tem os prédios que atualmente você atravessa. A gente tinha uma preocupação grande em discutir as condições do ensino do próprio instituto, além das questões mais gerais da luta pela democracia, que a gente fazia como meio de levar a política de uma maneira que sensibilizasse as pessoas, porque a grande maioria ali eram estudantes que sabiam mais ou menos o que estava acontecendo no país, mas não tinham necessariamente envolvimento nenhum. A maioria não tinha mesmo e nem tinha a necessariamente disposição de fazer uma luta política mais ampla contra a ditadura. Mas a gente procurava sensibilizar essa moçada para as questões locais, pelas condições de ensino que a gente tinha no instituto e ao mesmo tempo, com atividades culturais e também com conversas mais gerais sobre a situação do país, sensibilizá-los para a questão política mais ampla. E eu me lembro muito bem que eu tinha aulas naquela época. Eu entrei na física noturno e noturno no primeiro ano não tinha aulas no Instituto de Física. Eu tinha aula no Cirquinho da Poli. E agora você imagina que naquela época você não tinha o Instituto de Energia, o IAG era tudo mato. E a gente atravessava, atravessava por caminhos ali no meio daquele mato. E aí, em 71 a gente fez um movimento grande para trazer os alunos do noturno para física. Eles tinham 15 minutinhos entre um período de aulas e outro, porque era só um período que tinha uma aula longa, 15 minutos ou 20 e depois uma outra aula longa até às dez e meia, sei lá, 23h00. E eles tinham esses minutos pra chegar pelos caminhos ali que davam para chegar com tudo no escuro pra chegar na cantina, tomar um café, conversar

um pouquinho, comer um sanduíche. Muita gente trabalhava e vinha sem comer. E a gente fez um trabalho grande, para trazê-los. Eu lembro muito bem que eu fiz parte, quando eu era do CEFISMA. Eu não lembro se nessa época eu era presidente ou não, porque eu fui presidente do CEFISMA, depois fui tesoureiro. Quando eu fui preso, em 73, eu estava com o dinheiro da caixa de bicho em casa. Mas a gente foi conversar com o Goldenberg, que era diretor do instituto, contando pra ele essa questão e a importância de tentar trazer os alunos lá do cirquinho para a física. Ele falou o seguinte. “Olhe, tentem levantar então todas as disponibilidades que o Instituto tem à noite. Se vocês conseguirem mostrar que dá para fazer, a gente faz”. A gente fez um levantamento de todas as atividades que tinham no Instituto e todas as salas, o uso das salas e o uso dos anfiteatros. Tinha uns 200 alunos. Não me lembro agora se eram 210 no total. Exatamente. A gente tinha que fazer cerca de 110 alunos. Bom, nós fizemos um levantamento metucioso e constatamos, por exemplo, que no período em que os alunos tinham aula, o Volta que é um anfiteatro estava ocupado por nove ou dez pessoas que eram empresários da área de baixas temperaturas, que faziam reuniões ali com o Guimarães, que era um professor importante no Departamento de estado sólido. O departamento ficava exatamente no prédio de frente para o Volta. Mas tinha uma sala que ficava no segundo pavimento na frente de Volta com 20 lugares que estava vazia. Então a gente mostrou que era possível rearranjar as salas de forma que o Volta ficasse liberado. E o Goldemberg foi super legal e a gente teve um sucesso nessa empreitada. E eu me lembro muito bem que quando a gente foi comunicar lá embaixo. Numa noite a gente foi num grupinho para comunicar que a partir do dia seguinte eles não precisavam mais ir pro cirquinho e ir para física, foi uma festa fabulosa e o pessoal colocava muito assim personalizado nas conquistas. Então, como eu comuniquei e eu tinha uma certa liderança, ficaram atribuindo aquele grupinho. A conquista foi daquele grupinho e então esse tipo de ação, por exemplo, era uma coisa que legitimava bastante o centro acadêmico naquela época. E legitimou, e era uma questão muito concreta, muito necessária, porque você tem que imaginar esse cenário que eu contei, como era o desconforto dos estudantes, porque quando eles tinham lá os 15, 20 minutos, o pessoal que não subia até a cantina, que a maioria não subia, ficava lá na poli não fazendo nada ou sei lá, conversando, fazendo alguma coisa. Mas não tinha nenhuma cantina ali, nada.

Então era uma condição de convívio muito restrita com esse tipo de atividade. A gente fazia também uma luta específica dentro do Instituto para melhorar as condições de ensino e as condições dos estudantes conviverem. E é claro que a gente tinha também um trabalho mais conceitual. A gente tinha um jornalzinho que chamava o Cientista, que eu fazia parte desse grupo do jornal. E a gente não tinha uma periodicidade fixa, mas a gente tratava de temas gerais da política brasileira e temas culturais, temas também específicos da política interna do instituto. A gente tinha uma atuação que tinha como objetivo principal aproximar os estudantes das questões políticas específicas e gerais. Que diziam respeito a eles como estudante, especificamente como cidadão de forma geral. Naquela realidade difícil que a gente tinha de convívio com o autoritarismo e com a repressão, com a censura que você já deve ter estudado alguma coisa ou conversado com pessoas que viveram isso.

Entrevistador: Você foi presidente do CEFISMA, né? E aí, como é que o Centro acadêmico se organizava na época?

José: A gente vê que a gente tinha departamentos. Por exemplo, esse grupo de jornal do qual eu participava, não era o único. Tinha o grupo de teatro que inclusive teve um papel importante, porque a peça Galileu Galilei, que você talvez tenha conhecimento do Brecht, foi encenada dentro da física por alunos que gostavam de fazer teatro e tal. Quando eu entrei na Física, já existia o grupo de Teatro do CEFISMA, que se chamava TFISMA.

Ele (Décio) foi um dos caras que coordenou, que atuou bastante no teatro da Física. Depois ele foi fazer outro curso. Mas quando eu entrei na física, ele já estava lá faz um ano e tinha lá uma atuação importante no teatro. Você já deve ter conversado com ele. Mas então, além do grupo do jornal, tinha o pessoal do teatro e tinha um grupo de cinema que trazia filmes canadenses. Uma das pessoas, um dos estudantes da matemática, não me lembro o nome dele agora. Ele trabalhava lá na embaixada canadense e ele conseguia com muita facilidade curtas metragens canadenses, principalmente de um grande artista canadense chamado Maclaren. Se você procurar no YouTube, você vai ter animações desse Maclaren que são coisas belíssimas. Então, o grupo de cinema tinha apresentações também periódicas sábado à tarde, e as pessoas eram chamadas a participar. Então, você tinha uma participação, inclusive no fim de

semana, dos estudantes que chegavam para fazer o curso de Física. Então o CEFISMA teve um papel muito importante na integração mesmo dos estudantes da física naquela época. E a gente tinha, a gente não fazia isso simplesmente com o intuito do entretenimento. A gente tinha uma tática mesmo, de conseguir espaços e condições de aprofundamento da discussão sobre a situação do país. Bom, e aí você perguntou sobre como é que as pessoas se aproximavam. Tinha a aproximação espontânea das pessoas e o interesse delas. À medida que fosse, se ia mostrando interesse. As pessoas eram chamadas a participar desses grupos, mas também tinham uma gama de níveis de percepção que a gente tinha quando a gente se deparava também com pessoas que tinham um interesse político já mais definido e uma formação política e às vezes até teórica, com um certo aprofundamento e uma disposição de se engajar na luta contra a ditadura. Com essa organização que eu passei a fazer parte. Uma coisa que nem nome tinha. Tinha estudantes da física e da matemática, mas a gente tinha uma estrutura piramidal. Isso não é uma invenção. Nossa estrutura piramidal, porque a gente tinha então um grupo. A gente se achava semi clandestino, mas não existe. Sobre clandestinidade, como eu te falei, tinha muito espião na física, particularmente, a gente sabia inclusive quem eram os espões. E eles sabiam da gente, mas a gente tinha uma ação que não era aberta e que procurava encontrar as pessoas que demonstravam mais interesse em participar. Com os mesmos objetivos políticos de combate à ditadura, a gente procurava e começava a desenvolver discussões sobre textos marxistas pra poder trazer esse pessoal para uma perspectiva mais organizada do trabalho político dentro da universidade. Então a gente tinha duas coisas. A gente tinha uma pessoa que tratava da física diurno, outra da física noturno. A matemática diurno e matemática noturno. A gente tinha sempre duas pessoas em cada turma e éramos em oito. E eu trabalhava junto com o Sérgio, que era um companheiro nosso, do noturno, da física. Ele trabalhava na Siemens e a gente fazia nosso trabalho político no noturno. O trabalho com esse pessoal que tinha uma formação política mais já definida, mas que não era do topo da organização. Esse trabalho era voltado para a articulação das atividades do CEFISMA. E isso deu muito certo, porque então a gente tinha pessoas em cada turno. Sem contar esses dois em cada turno que faziam parte desse trabalho mais puxado. A gente tinha um trabalho que era uma estrutura que ia se espalhando e aumentando.

Então em cada turma tinha vários estudantes participantes do CEFISMA, com uma reflexão mais aprofundada, um outro plano de atuação e com compromissos muito mais definidos dentro do Centro Acadêmico, no sentido de além do entretenimento e além do acolhimento e além do trabalho cultural, mas também se preocupar com a formação política mesmo dos nossos colegas. E isso deu muito certo. Tanto que o CEFISMA teve um papel importante junto com o Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia no reerguimento do movimento estudantil na USP. A refazendo, por exemplo, que você já deve ter ouvido falar, que era um grupo organizado na universidade que congregava estudantes de todos os centros acadêmicos ou da maioria dos centros acadêmicos do campus. O pessoal da física que compôs a refazendo, todos eles passaram por uma complementação ou por formação política na estrutura que o CEFISMA montou. Na verdade, um grupo de estudantes de física e matemática montou, mas participavam do CEFISMA como maneira de se aproximar dos estudantes e fazer o trabalho cultural e político que era necessário fazer naquela época. Então, teve um papel importante, em grande parte reflexo dessa estrutura que a gente conseguiu montar e desenvolver naquele naqueles anos de 70, 71, 72.

Entrevistador: Então, a organização que você fez parte e não chegou a ser ou um partido político, ou uma dessas organizações clandestinas. Foi algo da física e da matemática?

José: Na verdade era um pouco além disso, porque tinha também um outro contato fora, mas isso aí era uma coisa muito focada num dos integrantes desse grupo que tinha alguns contatos. O trabalho efetivo mesmo que esse grupo realizava, era dentro da universidade, mas não chegou a ter nome. Tinha uma presunção de ter um grupo político estruturado, mas a gente não participava de nenhum dos grupos que existiam lá. E quando essa estrutura foi desmontada com a nossa prisão em 73 os interrogatórios no DOPS e na Oban, aos quais a gente foi submetido. Nesses interrogatórios, procuravam sempre associar a gente a organizações que tinham expressão na sociedade. Mas a gente conseguiu sempre mostrar que a gente tem uma independência em relação a esses grupos e que isso, inclusive, de alguma maneira, nos livrou de coisas mais pesadas. Que bom, por que tentaram nos associar a um pessoal que era mais da luta armada. Muita gente morreu na mão dos torturadores por conta de que

participaram desses agrupamentos. Mas a gente não tinha vínculo nenhum com esses agrupamentos mais amplos e mais atuantes na sociedade como um todo.

Entrevistador: Então eu vou perguntar agora sobre sobre a prisão em 73, para depois a gente voltar para o movimento estudantil, realmente. A professora Suzana já falou um pouco sobre o episódio que ela foi detida, mas ela contou que vocês foram detidos em momentos diferentes. Queria que você falasse um pouco sobre isso.

José: Bom, eu trabalhei na Editora Abril enquanto eu fazia o curso, porque eu sempre tive muita facilidade com a língua portuguesa. Um dos meus empregos em São Paulo foi ser revisor tipográfico do Estadão durante seis meses, mais ou menos no ano de 71. Toda sexta feira de madrugada, de sexta para sábado, eu passava no Estadão fazendo a revisão do jornal de sábado e do jornal de domingo, que eram maiores. Eu ia pra esses fechamentos. Eu passava a noite lá fazendo revisão. Fiquei sabendo por conta de estar nesse trabalho que a Abril estava contratando uma obra de uma importância muito grande naquela época. Mas a Veja, por exemplo, naquela época era uma revista que tinha um peso importante na divulgação de informações, mas a seleção dos artigos mais analíticos. Bom, mas a Abril contratava para todas as atividades jornalísticas e de comunicação que eu faço. Fui aceito lá. E é interessante que na revisão de abril só tinha gente da USP. A maioria era de letras por motivos óbvios. E tinha um cara que fazia física lá. Dois pontos fora da curva. Eu trabalhei um ano e nove meses lá até agosto de 73, quando eu passei a dar aula, que era o que eu queria. Mas por trabalhar lá, eu podia comprar o jornal Opinião que era um tablóide. Não sei se você já viu exemplares de opinião. A gente tinha alguns tablóides naquela época importantíssimos, e esse era um. Uma imprensa independente, que era muito mais crítica, congregava jornalistas muito mais posicionados com relação à crítica à ditadura. Então, você tinha o jornal Opinião. E eram publicações semanais e toda a esquerda brasileira esperava avidamente pela publicação. A Abril, naquela época, era distribuidora do Opinião. E eu, como funcionário da Abril, eu podia comprar o jornal Opinião na banca interna da empresa por um preço menor. Só que ele vinha com carimbo, venda proibida em banca. Porque por motivos óbvios, eu não podia comprar dez opiniões e vender por um preço maior lá fora. E isso é uma ilegalidade. Então tinha um carimbo da

empresa. Então eu comprava cinco, seis exemplares e distribuía para colegas. Pagavam mais barato do que nas bancas externas, nas bancas normais que a gente tinha pela cidade. E isso é importante quando a Suzana foi presa. A Suzana fazia parte do grupo do diurno, junto com colegas nossos. A Suzana tinha um carro na época. O carro dela, evidentemente, era marcado. E ela saiu com esse grupo. Eram quatro pessoas, incluindo ela e iriam até a casa dela para fazer uma discussão de um texto, no dia da missa de sétimo dia do Alexandre Vannuchi. Você já deve ter ouvido falar do Alexandre, a pessoa que dá nome ao DCE da USP. Esse cara era estudante da Geologia. No dia da missa de sétimo dia, o Erasmo Dias, que era secretário de Segurança do Estado naquela época, ele praticamente fechou as pontes, fechou a cidade porque teve uma repercussão muito grande o assassinato do Alexandre, a sociedade democrática em peso iria pra Praça da Sé. Então, eles deram uma dificuldade pra saída da universidade, fechando com comandos de batidas policiais na ponte da Rebouças, na ponte da Panamericana. E a Suzana foi parada e a Suzana foi parada ali na ponte da Panamericana junto com esses colegas nossos na época.

E aí o pretexto que usaram pra levá-los, é claro, eles tinham a chapa do produto no carro e não sabiam que era cada um daqueles que estavam ali dentro. Eles tinham principalmente a chapa, porque o pessoal que estava fazendo batida policial não necessariamente conhecia os estudantes que estavam ali naquele carro. Mas a chapa do carro, a descrição do carro, certamente eles tinham e usaram como pretexto para levar todo mundo para o DOPS. O fato de ter um jornal oficial dentro do carro com o carimbo de venda proibida em banca. E daí foram presos, Eu fiquei sabendo disso só no dia seguinte. Naquela época não tinha celular, whatsapp. Então ela foi presa lá numa sexta feira à tarde. Daí eu fiquei sabendo no dia seguinte à tarde, quando eu entrei no DOPS e vi a Suzana lá sendo interrogada. Eles foram liberados para dormir em casa, mas foram com a condição de voltar de novo para continuar a interrogatório. Naquela época eu trabalhava de madrugada. Nos quatro meses eu estava trabalhando de madrugada, na Abril. Naquela época eu já estava trabalhando das 06h00 às 14h00. Eu tinha uma reunião política no meu apartamento na Maria Antônia, às três horas naquele sábado, desse grupo que eu participava. E eu morava sozinho nessa época. E então voltei do trabalho. Comi alguma coisa. E quando

eu cheguei em casa às três horas para esperar o pessoal chegar e eu já recebi ordem de prisão e os caras já estavam lá. O comandante dessa operação estava lá embaixo. Foi chamado em seguida e era o delegado chamado Raul. O apelido dele era Raul Careca, um cara extremamente violento e sádico. E aí foram chamar o Raul lá embaixo. Eu morava no terceiro andar e vasculharam tudo na minha casa, no meu apartamento, que é uma kitnet. E tinha dinheiro da caixa do bicho do CEFISMA que eu, por segurança, tinha botado dentro de uma gaveta misturado com cobertores, porque eu sabia que aquilo podia eventualmente ser vasculhado qualquer dia. O dinheiro não é melhor do que a ordem de grandeza, e eu não me lembro qual era a moeda. Era qualquer coisa como 11.800 reais, qualquer coisa assim. Eles pegaram o dinheiro, levaram todos os meus livros, cartas que eu tinha. A gente se comunicava por cartas com amigos, com namorada. Levaram tudo e me levaram então para o DOPS. No caminho pegaram também mais dois, o Sérgio, que era meu companheiro noturno, e o Jonas, que era um cara da matemática. E a gente foi então parar no DOPS. E a partir daí foram 26 dias de aflição. Embora eu particularmente não tenha sofrido tortura física, além de um puxão na barba e tapa na cabeça. Até porque, na minha impressão, como eu era oficial da reserva, eu tinha feito um curso de treinamento de preparação preparatória de oficiais da reserva obrigatoriamente. O meu serviço militar foi um curso. Eu fui obrigado a fazer. Se eu não quisesse fazer isso, eu teria que fazer o serviço militar obrigatório normal, que é chamado de troca. E eu fiz e saí como oficial da reserva. Então. Até por isso talvez eles tenham me preservado um pouco, principalmente na OBAN. Que era um braço armado ou um braço clandestino. Os últimos três dias nossos na prisão foram passados na Operação Bandeirantes, que ficava lá na Tutoia na Vila Mariana. Então a gente foi levado para o DOPS e daí foram 23, 24 dias de interrogatórios. Vários interrogatórios, ameaças de tortura, de ser pego à noite. E você imagina, Eu tinha 23 anos, eu fui preso exatamente no dia 31 de março de 73. Então foram nove pessoas da física e matemática presas naquele dia, oito dessas pessoas faziam parte desse agrupamento mais fechado que fazia trabalho político no CEFISMA. A gente teve essa experiência horrorosa em ficar na mão da repressão. Esses dias todos foram num período complicado, porque era o governo Médici naquela época. E a ironia da história é que naquele sábado em que eu fui preso, eu entrava em férias. Então eu fiquei preso nas minhas férias.

Eu tinha na verdade 20 dias de férias. Eu não lembro porque eles me deram só 20 dias. A maior parte do meu período de prisão foi durante as minhas férias. Eu fiquei seis dias ou sete dias depois das férias. Então eu não apareci lá na Abril e meu ponto era batido pelo pessoal. Todo mundo tinha muita solidariedade naquela época e fizeram vista grossa à minha ausência. Não sabiam quanto tempo, mas foram batendo no ponto quando eu já tinha vencido minhas férias. Esse período de contato com os outros presos. Não sei se você já visitou ali na Praça General Osório, a Praça da Paz e onde era o antigo DOPS que eles tinham seis celas. Eu tava na cela cinco, a penúltima do corredor, e na sala seis estava o José Genuíno e conheci o José Genuíno uma ou outra vez, tomando sol. E eu conheci ele ali, tomando sol. Mas enfim, teve essa experiência de prisão que não foi nada agradável.

Entrevistador: E depois, como foi voltar para a física? Como é que ficou o dia a dia na física?

José: Bom, cada um voltou de um jeito. Eu me lembro, por exemplo, do Laerte. Ele foi assim marcante para mim, porque ele voltou com uma vontade redobrada de fazer conquistas e com uma segurança incrível. Eu voltei muito fragilizado. Eu tive dificuldade. Eu resolvi continuar participando das assembleias, nas reuniões ali. Mas eu lembro que eu pedi para falar numa assembleia e comecei gaguejar. Eu falei " Opa! Eu tenho que tomar cuidado." Eu sabia que eu estava sendo observado. Eu tinha que ir toda, toda segunda- feira, toda semana. Eu tinha que assinar meu nome, marcar presença no DOPS. Então eu estava sendo vigiado. Todos os que foram presos passaram por isso. Eu sou de Campinas e eu ia de vez em quando ver a família e eu tinha que avisar com antecedência que eu ia de São Paulo para Campinas. Eu continuei trabalhando na Abril, estava sendo processado, fui processado por subversão e formação de quadrilha. A acusação era essa. Eu continuei no grupo de jornal, mas parei de participar de reuniões assim, que continuava a existir. O movimento estudantil estava começando a tomar um corpo, tomando uma força que se expressou muito mais de 76 77. Mas eu recuei um pouco e fui processado. A gente foi absolvido. O processo foi julgado no dia 11 de setembro de 73. Então o meu 11 de Setembro já é muito mais antigo pela minha absolvição no Tribunal Militar. Mas que por coincidência, 11 de Setembro de 73, enquanto a gente estava lá, sendo julgado.

Na verdade, não foi absolvição, não foi uma. Foi uma audiência com o juiz. Naquele mesmo dia, houve o golpe no Chile. Acabou a experiência socialista democrática do Chile. Então foi uma tragédia, porque ao mesmo tempo que a gente estava sendo interrogado, prestando depoimento diante de um juiz militar e sendo absolvido porque o veredito foi a absolvição no final do dia. A gente ficava sabendo pelo advogado o que estava acontecendo. Então para mim foi um período complicado aí nessa fase, nessa época em que estava sendo julgado, eu estava dando aula. A partir de agosto de 73 eu passei a dar aula numa escola anglicana lá em Santo Amaro, aula de matemática e no ano seguinte passei a dar aula de física no curso de ensino médio que tinha lá nessa escola americana. Mas pra mim foi difícil. Foi difícil retomar o trabalho e passei a fazer coisas mais internas, discutir mais com o pessoal de Pós-Graduação do Instituto, a política interna do Instituto, os cursos e como é que a coisa estava andando e não me senti tão seguro para voltar a atuar politicamente na universidade. Só voltei a atuar politicamente de novo na oposição sindical já como professor. Isso nos anos seguintes de 74 e 75

Entrevistador: E você permaneceu no Instituto de Física até que ano?

José: Até 81. A partir de 73, embora tenha entrado em 70. Efetivamente, eu demorei pra fazer o curso. Eu pouco a pouco fiz as disciplinas e tal. Aí a partir de 73. Eu tive que correr atrás do curso porque comecei a correr risco de ser jubilado. O professor Goldemberg naquela época falou que, não sei se você já estudou o decreto lei 477 que era o AI-5 para os estudantes. Ele, dentre outras coisas, colocava na ilegalidade os centros acadêmicos e reconhecia a legalidade só das atléticas. Então, o simples fato de funcionar um centro acadêmico era uma ilegalidade. O DCE da USP que foi fundado mais pra frente. Eu acho que foi fundado num contexto de super ilegalidade. Ah, mas o Goldemberg, quando ainda diretor do instituto, foi bastante atuante durante as prisões. Tanto ele como o Hamburger foram pessoas assim, bastante atuantes no sentido de buscar preservar a integridade física e os direitos políticos dos estudantes da física e da matemática. Eles tiveram um papel importante. Como democratas que são ou que foram. E isso tem que ser reconhecido. Eu tinha 23 anos em 73. Eu achava que eu sabia tudo, mas a gente sabe que com 23 anos a gente tem que aprender, né? E eles já tinham uma vida profissional e uma responsabilidade como

professores da universidade e como cidadãos que eles foram importantíssimos na luta democrática e estarem atentos e usarem o seu prestígio e a sua posição como funcionários públicos responsáveis de tirar satisfação. Afinal de contas, como é que são esses estudantes? O que vocês estão fazendo com eles? Onde vocês estão pensando em levar esse processo? Mas como diretor do Instituto, o Goldemberg resolveu aplicar o 477. Que entre outras coisas fixava em sete anos o direito de preservar sua matrícula. Então eu comecei a fazer o curso de física, terminei em 76, fiz a pós graduação em ensino de física, passei a monitorar cursos do João Zanetic, que era meu orientador. E aí, nesse período também, que eu estava na pós graduação, eu participei dentro da SBF do início da Revista Brasileira de Ensino de Física. Existe a Revista Brasileira de Física e o João Zanetic junto com alguns outros professores na época, criaram a revista de ensino, que atualmente, sinceramente, não sei se ainda existe. Mas foi um período importante. Ele foi o editor da revista e eu ajudava. Então, durante o meu curso de Pós-Graduação, eu fui trabalhando na revista. Foi uma coisa importante também na monitoria.

Entrevistador: Tenho duas perguntas: A primeira é você falou do Hamburger e tem a Amélia também e eu queria saber um pouco se você chegou a conviver no período que eles foram presos e se houve alguma coisa dentro dos estudantes sobre isso. E em 77, então você ainda estava na física, só que na pós-graduação. E se você chegou a conviver também com a proibição da reunião da SBPC que teve naquele ano?

José: Sim, eu não tive convívio com Ernest e a Amélia, foi mais um convívio acadêmico. Eu fui aluno da Amélia na pós graduação. Mas Suzana, teve convívio anterior, sabe mais do que eu. Soube alguma coisa com você sobre a atuação dele, sabia da atuação dele e valorizava muito a gente. Respeito muito a firmeza com que eles resistiram à repressão na universidade e fora da universidade, inclusive acolhendo perseguidos políticos na própria casa. E aí, sobre 77, foi aquela que aconteceu na PUC. Então essa daí foi um exemplo dramático de como as coisas se davam. Naquela época eu estava me preservando mais. Eu não estive na PUC no dia da grande repressão, porque de lá é que resultou na prisão ou na detenção de um monte de lideranças do movimento estudantil. Nessa fase, o movimento já estava numa fase ascendente e eu conhecia

pessoas da Refazendo principalmente, mas de de outros agrupamentos universitários também.

Entrevistador: E aí uma última questão. Queria que você falasse um pouco da relação do CEFISMA com o movimento estudantil da Física e da USP.

José: Então, naquela época em que eu era presidente do CEFISMA, o contato entre os centros acadêmicos tinha que ser clandestino. A gente não podia ter interação, tinha uma interação muito tênue. Começou a haver uma pequena interação, Isso é importante você saber. Passou a haver uma interação entre os centros acadêmicos bastante por conta da iniciativa de um cara da ECA que passou a criar uma espécie de instância informal. De reunião dos Centros Acadêmicos da USP. Sérgio Gomes. Ele teve um papel importante na época que ele começou a agitar o encontro dos centros acadêmicos. Isso nada no calor da luta, sabe? Tudo proibido. Centros acadêmicos proibidos, só atléticas que eram legais. E ele teve uma iniciativa importante de fazer e tentar começar a produzir uma interação com centros acadêmicos. Isso já era 72. Isso não foi muito pra frente pelas dificuldades próprias de se fazer isso. A nossa interação ali no começo, 70, 71, 72 foi muito complicada, por isso que eu digo o fato do CEFISMA ter conseguido se estruturar, foi bastante em função do agrupamento fechado que produzia esse trabalho. Tinha esse método de trabalho e tinha um trabalho político sistemático de formação de pessoas, de atuação no campo cultural, no campo mesmo educacional, de discussão da política educacional do governo, mas é de organização dos estudantes e acolhimento nas suas necessidades mais imediatas. O CEFISMA teve um papel importante, porque ele foi uma das bases de sustentação para que o movimento estudantil da USP se reerguesse. E aí a coisa se generalizou. Então eu acho que teve um papel importante na retomada do movimento estudantil na USP. Visto isso, acho que é uma marca de inclusão social que deve se ressaltar.

Anexo F – Menezes

Entrevistador: Queria que você começasse falando um pouco sobre o seu começo na USP

Menezes: Eu me formei em 67, eu creio. E eu sou ruim de data, viu? Logo em seguida eu me tornei professor na escola politécnica. Ainda como já recém-formado, e eu fazia pós-graduação aqui na universidade. Nesse tempo, eu acabei tendo um papel estratégico, porque como eu era estudante de pós e professor na Poli, eu participava das assembleias de estudantes e de professores. E, portanto, acabava fazendo convergir certas decisões. E aí a repressão na USP queria saber quem tava fazendo isso. O coronel queria saber quem é que estava fazendo isso. Tinha um coronel que tinha uma sala lá na universidade, era um interventor e ele estava cercando. E eu temia que ele sabendo que era eu, eu seria preso, torturado e cairia mais gente, porque você não sabe como é que você fica dentro da tortura, né? Coronel Alvin, que era o nome do interventor.

Coronel Alvin. Mas era um capitão dele que fazia esse cerco Carlos Cruz. Numa dessas, depois de uma dessas assembleias, o estudante que fazia a segurança foi preso. E acabou sendo apertado, dizendo que quem fazia esse papel era eu. Ele encontrou comigo numa sexta-feira e disse que “eu tive que te dedurar”. Aí eu saí. Eu já tinha uma perspectiva. Eu sabia que eu podia cair a qualquer momento, então eu tinha falsificado meu RG, porque com RG novo você consegue tirar o passaporte. Tinha tirado o passaporte e tal e tinha um convite provisório feito pelo Fernando de Souza Barros, que era um brasileiro professor na Carnegie Mellon, lá em Pittsburgh. Eu saí, catando dinheiro emprestado, comprei uma passagem e no dia seguinte embarquei, porque se eu perdesse mais um dia seria pego no aeroporto.

Entrevistador: Isso foi em que ano ainda? Em 1967?

Menezes: Em 1969. Eu já tinha sido professor na Poli durante um ano, aqui no BN, professor de física na Poli. Aí foi que eu fiquei... alguns anos nos Estados Unidos, fiz meu mestrado. Aí fiz amizade com um físico alemão, Gustav Obermeyer, que me convidou para ir para a Alemanha. Topei e fui para a

Alemanha. Por um acidente de percurso esse cara virou reitor. Era um marbulo, um chapelão, um cara de esquerda e virou reitor por conta de um incidente com ele. E aí eu tive que ajudar a orientar os mestrados dele enquanto fazia o meu doutoramento, pretensamente com a orientação dele, ficamos amigos e tal. Fui professor na Alemanha durante três anos. Aí já tinha um filho, o outro está na barriga da mãe. Então achei que era melhor voltar. E voltei com uma perspectiva de mobilização política, de retomar a militância que eu tinha e tal. Mas eram tempos bem mais difíceis, bem complicados. Eu vim para esse prédio, para uma sala que vem aqui embaixo no primeiro andar. Várias coisas ocorreram nesse intervalo que me puseram de alguma maneira de novo mobilizado. Comecei a trabalhar ainda como físico, mecânica estatística, essas coisas. Meu doutoramento tinha sido sobre cadeias de espinha, interagentes, etc. Tinha um grupo, que aliás um colega que tinha estado comigo em Pittsburgh, no Carnegie Mellon, que é o Silvio Salinas, que estava reunindo-me nesse pouco. Encontrou comigo agora a pouco, quer saber dessa minha entrevista, vou passar contato para você falar com eles. Vários eventos nesse período me mobilizaram. Depois levaram a fundação da ANDES, que é a Associação Nacional dos Docentes, etc. Mas talvez dois depoimentos que possam ser importantes têm a ver um deles com o assassinato do Vladimir Herzog, que é o jornalista. Tinha algumas coincidências minhas com o Herzog, de idade próxima, ele tinha dois filhos, tinha um pé na universidade e um pé fora, então eu tinha uma identificação, não o conhecia pessoalmente, eu tinha esbarrado com ele uma vez, mas não importa. E o assassinato dele não foi assumido como assassinato, eles que contaram que era suicídio, qualquer bobagem assim. E eu comecei a mobilizar para um movimento pela denúncia do assassinato do Herzog. No meu tempo de estudante, aí, por os 68 da vida, aliás eu fui 68 aqui nos Estados Unidos e na Alemanha, a geração antiautoritária na Alemanha, e nos Estados Unidos eu tive uma mobilização para a Guerra do Vietnã, eu era bem metido, cheguei a alugar cinema e convidar o Red Brown, o movimento dos Panteras Negras, eu era bem metido a besta. Pois bem... eu estava onde?

Entrevistador: Você estava falando que a morte do Herzog...

Menezes: Ah, sim, a morte do Herzog me mobilizou, e eu lembrei de 68, porque no 68 eu participei das comissões paritárias. As comissões paritárias eram um

movimento paritário que tinha um grupo igual de estudantes e de professores. Eu era da Comissão Paritária Central e era vice-relator. O relator era meu amigo Antônio Cânio, ninguém menos que ele. Eu fiquei amigo de muitos anos. Quando houve a morte do Herzog, eu trouxe de volta vários dos elementos que faziam parte da Comissão Paritária. Antônio Cânio, Lucimão Matias, Douglas Monteiro, gente muito boa, muito... E eu era um estudante. Eu estou falando agora de antes da minha partida. Mas foi interessante trazer, reunir de novo algumas dessas pessoas. Nós reuníamos aqui na sede da filosofia aqui embaixo. Mas aí eu estava, precisava fazer um manifesto e tal. Era tão feia a repressão na época que as pessoas sabiam que eu estava... Eu batei numa porta que era fugia de medo, de passar vergonha de dizer que não queria assinar. Eu percorri o campus aqui. Mas aí fizemos um documento e fomos ao Estadão para publicar como matéria paga, porque nessa época, os jornais não assumiam outra coisa. Curiosamente, eu fui recebido por um dos diretores do Estadão chamado Oliveiros Ferreira. Super-conservador, quase reacionário. Quando a gente mostrou o documento para ele, ele não foi... uma matéria paga, claro. Ele abriu a carteira e agregou mais dinheiro para o poder... Estão contando elementos muito bonitos, né? O conservador que... Sem ninguém saber, agrega e foi publicado no Estadão como matéria paga.

Entrevistador: Isso foi mais ou menos que ano?

Menezes: Eu saí em... 69... Fiquei cinco anos fora. 70 e pouco, 75, 74... A Morte do Herzog.

Entrevistador: É, a morte dele foi em 74.

Menezes: Vai no Google e vê Morte do Erzog, você sabe quando for. E também você pode achar nessa época o Estado de São Paulo, em que página tá, isso tudo. Eu não tenho memória para mais coisas. O que mais que teve de...

Entrevistador: Agora, professor, nessa época, né? Como ficou aqui o Instituto depois da Morte do Herzog?

Menezes: A física sempre foi mais progressista que a média da universidade. Então eu nunca tive nenhuma advertência ou repressão interna. Eu era professor doutor, semi-doutorado na Alemanha. Tinha um relativo com prestígio, com um

pesquisador. Uma outra coisa que talvez seja interessante contar é que eu fui para o Conselho Universitário como representante dos doutores da universidade, havia representação por categorias e eu fui eleito para representar os doutores no Conselho Universitário. Eu consegui aprovar no Conselho Universitário a anistia aos professores que tinham sido afastados pela ditadura. Então isso garantimos a volta de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Chico de Oliveira, que estavam aqui e foram... Nós conseguimos a anistia aqui antes da Anistia Geral. Eu era parte do Comitê Brasileiro da Anistia, mas aqui a gente conseguiu aprovar no Conselho Universitário. O reitor era um matemático, Oliva, muito reacionário. A sessão que aprovou a anistia faltou para não estar presente, para ter ideia, mas foi aprovada a anistia. Então era uma vida intensa acadêmica e uma vida política também muito importante. Nos fins dos anos 70 foram intensíssimos, aí teve... Eu comecei na realidade a campanha das diretas. Eu escrevi um documento chamava Crise e Desgoverno dos Pontos Eleições Direta Já. A palavra Direta Já veio desse documento. Tinha havido uma greve geral malsucedida e o fim dessa greve geral foi lá no estado de Vila Euclides, o famoso Vila Euclides de São Bernardo. E o Lula, evidentemente, era o líder sindical que dirigia essas coisas todas. Eu já tinha amizade com Lula nessa época, porque eu conseguia levantar dinheiro aqui para apoiar o movimento sindical lá na Europa, pacotes de dinheiro vivos. E aí eu botei na mão do Lula esse documento que nós tínhamos redigidos. Redigimos três pessoas? o engenheiro da Petrobrás, Jorge Abrão, o médico das clínicas, Aitan Sipahi e eu. Quando a Aitan fez uma viagem, fez uma idade simbólica nos fins de 70 e poucos anos, eu dei de presente a máquina de escrever em que eu tinha digitado e o documento original para ele, desse documento que eu entreguei para o Lula no fim daquele... Eu falei para o Lula, eu tenho acesso nesse, atualmente, à página três da folha. Se você for tocar, me avisa que eu não público, que a coisa é sua. Mas você me avisa, me telefona. Ele me telefonou de noite. Mas que ele concordava, ele ia tocar. E aí realmente ele procurou o Ulisses, o seu Antônio e deram a partir dos grandes comícios aqui em São Paulo. Uma beleza, não é?

Entrevistador: E aí, professor, lendo as atas da congregação, eu vi que você foi por um tempo membro da congregação, não é?

Menezes: Isso.

Entrevistador: Nessa época. Como é que era a congregação nessa época?

Menezes: Você sabe, essas instituições, congregação, conselho etc. Parece muito com a Assembleia de Condômino, sabe o prédio que tem essa Assembleia de Condômino? Cada um defende a sua unidade e tal. Não havia uma via como não há hoje. Uma visão muito do coletivo. Eu sempre procurei fazer isso, tanto aqui como no Conselho Universitário, não é? Até com algum sucesso. Mas aí, com o sucesso das Diretas, começa uma outra vida mais democrática. Aí houve a criação do Partido dos Trabalhadores. Uma abertura para uma prática política mais aberta.

Entrevistador: E você fala da anistia aqui na Universidade, com isso o professor Schenberg também volta, não é?

Menezes: Schenberg não estava banido, por assim dizer. Schenberg era um pouco meu orientador no começo e depois nos tornamos amigos. Eu fiquei muito amigo do Mario. Que ele desenha um quadro do Gruber desenhando o Mario. Ele é de 78 e o Gruber me presenteou. Eu tive uma longa amizade com o Mario. E entre outras coisas nós publicamos num livrinho editado pelo então, foi secretário da Educação, como que chama? Amigo do Mario. Nós publicamos contra as armas nucleares. E aliás contra a energia nuclear inclusive. Aqui eu fiz o prefácio desse livro. Mas eu não estou achando aqui o livrinho que eu publiquei junto com o Mario Schenberg, o texto. Ele foi publicado pelo... foi secretário da Educação, em São Paulo, como é que chama? A memória da gente fica falhada. Essa revista.

Entrevistador: Ah, Evento. Você fez parte da revista então? Você...

Menezes: Eu dirigi e fundei a revista.

Entrevistador: E você chegou a fazer parte do Centro Acadêmico então, ou só da revista?

Menezes: Eu era parte mais fazedor, do que organizador do Centro Acadêmico.

Entrevistador: Aí, professor, voltando para essa parte da congregação, teve um ano, acho que foi o ano 76, pra ser mais exato, que nas atas aparece que ocorreu um acidente no Instituto, na construção do prédio principal.

Menezes: Houve um acidente e nesse acidente morreram três operários. O que eu fiz foi procurar a família dos operários. Eles tinham sido contratados. A gíria, que se chama de Gato, eles eram contratados por uma empresa terceirizada, sem registro. Era uma miséria. E conheci essa condição e consegui que as famílias fossem indenizadas, inclusive com pagamento na expectativa de vida deles. E quando eu consegui esse ressarcimento, nós inauguramos uma placa com o nome dos três operários mortos, que até hoje está na entrada do prédio.

Entrevistador: Está naquela parte direita do prédio?

Menezes: É, onde que era o prédio. Depois ele foi sendo construído aos poucos. Então, teve essa entrada do prédio. Esse foi o período de grandes combates, por assim dizer. Esse foi um deles.

Entrevistador: Mas foi na criação desse prédio que é o prédio principal?

Menezes: Isso, exatamente. Eles chamavam-se Edifício Principal. E na entrada você vai ver uma placa com o nome dos três operários.

Entrevistador: E aí, também deu para perceber nas atas que você, não sei se você foi ativo, mas você tinha uma ligação com a ADUSP, mais ou menos nesse período. Como era a ADUSP?

Menezes: Eu fui um dos fundadores da ADUSP, na realidade. Da ADUSP e da ANDES ao mesmo tempo. Não concordo mais com atitude ADUSP atualmente. Foi um conservadorismo todo. Mas eu fui fundador da ADUSP, fui fundador da ANDES. Fui fundador mesmo de escrever os documentos e tal. Essa... Vamos ver se tem alguma coisa.

Entrevistador: E nessa época, professor, você fala que antes você foi embora muito por esse receio de ser preso. Quando você volta e começa a ser mais ativo, politicamente na congregação, no Conselho Universitário, você ainda sente esse receio ou melhora com o tempo?

Menezes: Não. Ainda a ditadura estava viva. A ditadura estava viva, mas a passagem do Garrastazu Médici para o Geisel foi um alívio, de certa maneira. A repressão, bem menor. Mas ainda tinha a formalização da minha condição de professor. Passou por algumas controvérsias, mas depois acabou dando certo. Mas isso é um histórico. Depois, aos poucos, eu me choquei com a condição da

educação básica no Brasil. E comecei a mobilizar professores num curso de extensão para professores da escola pública.

Entrevistador: E, professor, você fala agora dessa parte da redemocratização. Em que momento, mais ou menos em qual período e como foi, você começou a sentir que as coisas começaram a melhorar? Foi a partir da anistia mesmo?

Menezes: Eu acho que o embate continuou de diferentes maneiras. A fundação de partidos, a mobilização política, no sentido mais amplo. Então, do fim da ditadura, das eleições Diretas, o Tancredo foi importante no movimento das Diretas, mas morreu.

Entrevistador: E aí, professor, você falou que ajudou na aprovação da anistia aqui na USP, não é? Como foi?

Menezes: Com a proposta que eu fiz no Conselho de Universitário aqui da USP, a proposta foi aprovada. Eu estava no Conselho de Universitário. E com a aprovação, o reitor ficou danado da vida, porque era um ultrarreacionário. Ele nem veio para assinar. O vice dele que ia assinar, mas foi bonito. E até estabeleceu uma certa amizade com esse povo todo que voltou. O Mario Schenberg não estava no exílio, ele tinha por alguma coisa escapado. Ele teve o seu mandato de deputado cassado, ele foi cassado. Minhas memórias são assim fragmentadas, sem data de direito, nem nada disso.

Entrevistador: Não, tudo bem. E aí, acho que caminhando para o final já, nesse período que você estava ativo, você chegou a ser chamado de novo para conversar, como foi quando você era estudante, ou em nenhum momento interviram com o senhor?

Menezes: Não, do ponto de vista policial, assim, de repressão, não. O mal-estar sempre existiu e continua existindo. Sim, então, a aura de você ser de esquerda e tal, isso sempre, sempre é olhado com desconfiança primeiro. Mas eu estou bastante distante e não lamento das líderes governamentais, partidários, etc. O que acontece é que as gestões passam muito por coisas de natureza pessoal, personalizada. Então certas lideranças se achavam, donos da bola, etc. E ainda que sejam importantes, eu acho que se o intelectual se submete, ele deixa de ser intelectual. Então a capacidade de ser se manter... Eu diria que se eu fosse

comparar com o passado, eu ficava na beira do campo, atiçando jogadores e hoje eu estou assistindo um jogo ruim da arquibancada. É mais isso.

ANEXO G – Entrevista com Laerte Matsushigue

Entrevistadora: Aí eu vou pedir para você começar de quando você entra na USP, mais ou menos o ano, e como é que foi esse primeiro ano.

Laerte: Eu entrei em 1970, a primeira turma como IFUSP, antes era a FFLCH, e física foi minha primeira opção, eu queria fazer física porque eu sempre quis ser astrônomo, e para fazer astronomia então eu tinha que fazer física, eu sabia disso, então eu entrei na física. Eu sempre fui, digamos assim, um bom aluno, sempre fui muito CDF, então eu nunca tive muitas dificuldades no curso em si, e eu logo de cara procurei assim, me entrosar cientificamente, então procurando alguma iniciação científica, coisa assim, e eu... monitoria essas coisas, então eu sempre tive um envolvimento acadêmico relativamente forte. Eu arrumei uma bolsa no Van de Graaff no primeiro ano, daí a gente começou a trabalhar no Peletron, mas no terceiro ano eu já consegui uma bolsa em astronomia, e daí então eu saí da física, mudei para astronomia, e desde então eu trabalho em astronomia. Eu me formei em 1973, fiz pós-graduação, me estrago doutorado aqui no IAG, naquela época era na Água Funga, não era aqui nessa universidade, onde é hoje o Parque Cientec, o IAG era lá. E daí bom, terminei meu doutorado, fui para o exterior, morei na Inglaterra uns três anos, em Cambridge, mas eu já estava contratado desde 1977, porque naquela época não tinha muita gente, então para formar o departamento tinha que ter uma massa crítica mínima, então por isso eu e alguns outros colegas da minha turma mesmo foram contratados de um jeito que hoje em dia jamais poderia ser, a gente nem tinha mestrado, tinha nem doutorado quando isso aconteceu. Hoje em dia mesmo com doutorado você sabe como é difícil conseguir uma posição na universidade. Mas então daí eu voltei da Inglaterra em 1992, acho e bom, viajei bastante por aí e tal, mas sempre fiquei aqui no IAG.

Entrevistadora: E quando você entrou já era aqui na cidade universitária, certo?

Laerte: Sim, era aqui na cidade universitária.

Entrevistadora: E como era assim, fisicamente?

Laerte: Olha, não era... é gozado, muito diferente do que é hoje, o uso sempre foi espalhado, continua espalhado, só que tinha o CEFISMA, que hoje não tem

mais, nem sei onde fica o CEFISMA hoje, mas tinha lá o aquário que era onde ficava o CEFISMA antigamente. E quando eu entrei, isso é uma coisa que pode te interessar, eu já tinha interesse em política, porque eu morava em Santos antes de entrar na faculdade, quando eu entrei eu mudei para São Paulo, mas ir ao Santos eu participava em São Vicente na verdade de grupos católicos e de jovens católicos, e a gente tinha um viés muito político de esquerda. Então quando eu vim para São Paulo eu já tentei me integrar com o pessoal do CEFISMA, então eu comecei a participar assim desde o começo. Eu sempre tive uma perspectiva na acadêmica, representante de alunos, e ajudava no Evento, que era uma revista que tinha na época, que era uma revista essencialmente de ciência, não era uma revista política.

Entrevistadora: Como era a construção dessa revista? Vocês tinham reunião?

Laerte: Não, a gente tinha um grupo que tocava revista e a gente ficava atrás de contribuições.

Entrevistadora: Mas era totalmente feita pelos alunos?

Laerte: Totalmente, você podia encomendar artigos para professores, mas era totalmente feita pelos alunos, a gente discutia e tinha umas brigas, porque tinha colegas que queriam publicar certos artigos e a gente, e outro grupo não concordavam com aqueles artigos. Mas coisa que envolvia filosofia, principalmente para quem é ignorante de filosofia, como nós éramos, evidentemente, a gente não achasse que fosse, mas tinha coisas que não... é um negócio que eu me lembro bem, uma história em particular, que o colega tinha uma teoria que ele inventou, mas só que a gente não concordava com a teoria. Inclusive, eventualmente, a gente abraçava outras teorias que não eram necessariamente melhores que a dele, mas é que são os vieses da juventude, a gente tem grandes convicções em certas épocas da nossa vida que depois se mostram falsas, nada é o que parece no fundo.

Entrevistadora: E o centro acadêmico tinha uma capilaridade com os alunos?

Laerte: Então, eu acho que tinha. Naquela época sempre teve gente que foi alheia ao centro acadêmico, posso ver pela minha turma, sempre teve gente que nunca quis nem chegar perto, tinha uma certa não só resistência, uma certa repugnância, mas eu acho que todo mundo sentia o que era ditadura, então não

havia simpatia explícita pela ditadura, de jeito nenhum, eu nunca vi isso. Devia ter vários infiltrados ali, mas que não se manifestavam dessa forma. Então, a gente tinha uma atividade que era bem libertária, tinha um grupo de teatro, você falou que, e você listou pessoal, eu me lembro até hoje, na peça Galileu Galilei, que o Vinícius era o Galileu, e o pessoal tocava muita música, a gente cantava, tinha um fato de eu vir de fora de São Paulo, e eu convivia muito com meus colegas aqui, porque eu não tinha amigos fora daqui, deixei vários amigos em Santos, alguns vieram até para São Paulo, porque entraram na faculdade, nós entramos na faculdade mais ou menos na mesma época, alguns entraram na própria USP, outros entraram em outras faculdades por aí, na PUC e tal, mas de certo modo eu acabei perdendo contato com essa turma, fiquei mais amigo mesmo do pessoal do CEFISMA. Então tinha uma turma, a gente fazia muita coisa junto, ia beber, no meio das batidas juntos, ia ir em bailes, no centro da cidade juntos.

Entrevistadora: E nessa época, essa movimentação que vocês faziam, vocês conseguiam fazer explicitamente, vocês tinham algum medo por causa da ditadura, como era?

Laerte: Eu acho que medo a gente sempre tinha, mas ao mesmo tempo a gente era excessivamente corajoso, porque a gente fazia muitas coisas aqui dentro dessa universidade, não era... a primeira passeata que teve fora da USP, acho que foi em 1970, não me lembro que era um foi, não foi logo de cara, eu até me lembro que, não sei se foi em 1972, 1973, ou 1974, foi quando se começou a cogitar de criar o DCE, essas coisas assim, essas datas realmente eu já não me lembro, mas eu me lembro até de ter uma foto, lá em cima de alguma coisa, fazendo um discurso. Isso, pelo que eu me lembro, foi a primeira vez que a gente saiu do campus, antes as atividades eram todas dentro do campus, então a gente fazia a panfletagem aqui dentro, a gente rodava as coisas, e tinha uma atividade cultural muito intensa. No CEFISMA tinha um clube de cinema, e a gente sempre passava filmes, e é engraçado, porque a gente escrevia críticas dos filmes, então alguém viu o filme lá e escreveu uma crítica, e era um ambiente muito rico do ponto de vista cultural, porque a gente tinha várias atividades culturais e tinha uma interação pessoal muito forte, então a gente fazia muita coisa junto, tinha um feriadão, ia todo mundo acampar na praia, era uma época

em que não podia, mas a gente chegou a acampar, até na praia da Enseada, no Guarujá, você tem uma ideia, dia seguinte de manhã a polícia chegou para tirar agenda dali, mas essas praias do litoral norte a gente acampava direto, então tinha uma vida social muito intensa.

Entrevistadora: E a relação com os professores, como era?

Laerte: Olha, eu sempre gostei muito dos professores que eu tinha, é claro, tem professor, até hoje me lembro da primeira greve que eu fiz, contra uma certa professora lá, que eu achava que era péssima professora, mas assim, a gente tinha um... Por outro lado, eu tive excelentes professores, a Linca Lepini, por exemplo, foi uma pessoa que foi marcante para mim, o... nossa, preciso lembrar dos nomes, o Hamburger, a gente fez vários projetos de iniciação juntos, o Hamburger sempre foi muito ligado à parte de ensino, então me lembro que eu ajudei, embora eu nunca tenha a minha vida muito com a parte de ensino, mas eu ajudei em vários projetos de ensino que ele tinha. O professor Flaming me lembro, ele teve uma época que eu fui preso, e fiquei um mês na cadeia, e quando eu saí o Flaming foi uma pessoa maravilhosa, então eu sempre gostei muito dos professores, tem alguns que você gosta mais, gosta menos, mas eu sempre tive uma grande inserção na parte acadêmica, eu queria ser membro da academia, ser professor, ser um astrônomo, ser o cientista, então eu sempre procurei me relacionar bem com os professores. Inclusive, como eu te falei, eu sempre fui bom aluno, e as vezes o pessoal queria fazer greve contra o professor, eu era contra, porque eu achava que o cara estava certo, do jeito que ele estava fazendo as coisas, não é?

Entrevistadora: E o episódio que o senhor fala da sua prisão foi em 73, junto com a Suzana, você pode contar um pouquinho para a gente como é que foi?

Laerte: Então, a gente estava no CEFISMA, e eu acho que tinha a missa do Alexandre nesse dia, e a gente tinha decidido que a gente não ia na missa do Alexandre, justamente para evitar ser preso ou qualquer coisa do tipo, entende? E daí saindo de carro, não me lembro quem estava ali no carro, mas o fato é que a gente estava várias pessoas no carro, e uma das pessoas era o Osamu, um colega aí da física do Osamu Nakamura, e naquela época tinha um militante da ALN chamado Isami Nakamura, um nome muito parecido, e a gente estava atravessando aqui a ponte da universidade, tinha um comando lá, pararam a

gente, pediram documento e tal, e quando viram o nome do Osamu, acharam que era o Isami, e boom, levaram todo mundo para o DOPS. E lá no DOPS, bom, começaram a... a interrogar, não sei o quê, e começaram a pegar mais gente, chegou mais gente lá, eu não me lembro se a Suzana estava no carro com a gente ou não, sabe, isso eu realmente não me lembro, acho que sim, ela estava, ela foi presa junta, mas ela foi solta logo. E ficou lá eu e mais alguns aí, o Osamu e tal. Bom, a gente acabou ficando um mês preso. Ficamos lá na cela do DOPS, era interrogado, me lembro que ele foi interrogado pela equipe do Fleuri, que era um delegado horroroso que tinha naquela época, porque sempre tem esse negócio do, igual o filme que você vê hoje, é por isso que é o bom, é por isso que é o ruim, né? Então, tinha um lá, o tal de Mayotte, que era um delegado, que era o bom, entre aspas, eu digo que era bom porque minha mãe, por exemplo, levava comida para a gente, né, levava torta de frango, e o Mayotte disse que gostava muito da torta de frango, pediu receita para a minha mãe, essas coisas assim, então minha mãe levava até um pedaço de torta para ele, toda vez que ia levar torta lá para a gente. Eu me lembro que a primeira vez que ele foi interrogado, ele foi recebido com um soco no estômago, assim, para tentar já te quebrar logo de cara, mas, a gente se deu bem ali, digamos, né, não teve, ninguém interrogou ninguém, mas foi nada que... o ruim dessa história toda, bom, ficar preso, é uma coisa horrorosa. Para você tem uma ideia, eu me lembro da gente, a gente fazia uns baralhos, com papel de cigarro, ficava jogando baralho, tipo, fazia ali na cela, né, e tinha muita barata, e as baratas ficam andando em cima de você, tá? Mas depois de um tempo, você já nem dá bola para isso, para perceber como que o homem se adapta com qualquer coisa, então, a comida é um horror, né, então, quando não tinha comida que minha mãe, por exemplo, levava, eu comia pão, porque eu não conseguia comer aquela comida, e o pão tinha barata, era uma coisa. Mas, digamos que a maior parte desse mês foi mais ou menos tranquilo, o que foi realmente problemático, foi nos últimos dias, que nós fomos transferidos com a operação Bandeirantes, lá na OBAN, foi um horror, e a gente ficava na cela ouvindo o grito de gente sendo torturado o tempo todo, né, e quando aí, a gente, por exemplo, eu me lembro de um interrogatório que a gente sofreu, lá, todo mundo levou choque, essas coisas, né, mas o pior foi o Luciano, um colega nosso que estava preso com a gente, que o cara pediu para eu segurar ele enquanto ele levava choque, entendeu?

Uma experiência horrorosa, um negócio medonho, então, né, a OBAN foi realmente triste, eu te digo o seguinte, eu fiquei mais ou menos de 10 a 15 anos completamente traumatizado por conta dessa experiência, eu não podia ver nenhum policial perto de mim que eu tinha ataques de pânico, eu não consegui tirar a carta de motorista, eu não conseguia fazer exame, simplesmente, porque o cara ficava lá, eu não tinha condição de controlar a minha emoção, né. Depois, digamos, 10, 15 anos, isso daí passou.

Entrevistadora: E como foi, depois de tudo isso, voltar para o Instituto?

Laerte: Então, eu me lembro até hoje do Flamie, né, do professor Flamie, sendo outro, receptivo, compreensivo etc., ele era o professor de mecânica quântica, realmente tenho uma gratidão muito grande para com ele e para os outros professores, né, o Rocha Barros, tinha vários outros professores ali que todo mundo deu suporte para a gente. Inclusive, a gente, a Suzana trabalhava no Pelletron, eu trabalhava também, era bolsista no IAG, quer dizer, a gente estava tudo envolvido com atividade acadêmica, tal, e sem contar os outros professores, que tinham uma atividade política também. Então, a física, eu sempre, tinha alguns professores que realmente foram de direita mesmo, né, mas eu sempre me dei bem com quase todo mundo, né, não sou uma pessoa assim de brigar muito, e pelo fato de eu ter uma memória muito ruim, eu brigava com as pessoas e depois esquecia porque tinha brigado, então, com isso eu sempre acabo me dando bem com todo mundo.

Entrevistadora: E depois desse mês, assim, como é que ficou o cotidiano no Instituto para vocês e no próprio Centro Acadêmico? Vocês continuaram ativos, como é que foi?

Laerte: Eu realmente não me lembro direito, realmente eu não me lembro, eu acho que ativo, de certo modo, ele ficou, mas talvez com menos atividade, tá, porque isso teve um processo traumático, né. Por um lado, eu tenho certeza que nós não deixamos a peteca cair, porque tinha vários colegas, nem todo mundo foi preso e tal, né, como eu te falei, a gente recebeu um apoio bem legal das pessoas, mas eu realmente não me lembro do meu cotidiano.

Entrevistadora: E depois, logo depois você entra na pós-graduação, né, você fala que se formou em 73, como era então a pós-graduação aqui?

Laerte: Então, a pós-graduação, eu fazia a pós-graduação lá na IAG, não era na física, talvez saquei alguma matéria na física, mas nem realmente me lembro. Mas, depois de algum tempo, em função da nossa própria militância política no movimento ativo, a gente começou a querer organizar um movimento semelhante ao nível de pós-graduação. Então, havia vários, ao mesmo... por exemplo, os estudantes da graduação estavam organizando o DCE, né, e a gente, ao nível de pós-graduação, também estava tentando criar alguma entidade, uma estrutura de discussão entre os vários turmas da pós-graduação. Então, por exemplo, eu me lembro que a gente, de IAG, pessoal da física, pessoal da poli, tinha gente de toda a USP nessas regiões de pós-graduação. E, essencialmente, a gente discutia aí as políticas estudantes, científicas, tal, dava apoio aos estudantes da graduação. E isso foi aí, durante o final da década de 70 e para o começo da década de 80, quando começou as manifestações da Diretas-Já, tudo isso.

Entrevistadora: E na graduação, mesmo sendo IAG, você ainda tinha um vínculo com o Instituto de Física ou realmente se afastou mais?

Laerte: Olha, eu sempre tive algum vínculo com a física, mesmo porque eu tenho muitos amigos lá, até hoje. Então, sempre tive vínculo. E, na verdade, naquela época, tinha alguns professores que trabalhavam em astrofísica que eram do Instituto de Física. Então, eu acho que esse vínculo sempre manteve durante a pós-graduação, pelo menos, sem dúvida.

Entrevistadora: Agora eu vou perguntar sobre o episódio que, tudo bem, eu sei não lembrar, que é em 1977, ia ter a semana da SBPC, que a ditadura proibiu. Você chegou a lembrar desse evento ou não?

Laerte: Eu me lembro que isso aconteceu, mas agora não me lembro dos detalhes.

Entrevistadora: Tá, tudo bem. E aí, professor, uma outra dúvida, mais ou menos, em qual momento você sentiu que as coisas foram melhorando aqui na USP?

Laerte: Eu acho que, com as Diretas Já, porque, repara, os reitores da USP durante o período da ditadura, sempre foram, mesmo depois, muito aninhados com o governo do Estado. O governo do Estado, era, de certo modo, refletia a

mesma política autoritária. Mas eu acho que, com a Diretas Já, com aquelas manifestações, tudo, a própria sociedade começou a respirar melhor. Então isso se traduziu, também. Eu acho que isso foi algo determinante na nossa história, entendeu? Quer dizer, foi realmente um episódio tanto, poder participar daquele momento.

Entrevistadora: E nesse momento, você falou que, por exemplo, antes o movimento estudantil ficava muito ainda na cidade universitária...

Laerte: E isso até... eu não me lembro que ano que foi essa primeira passeada. Deve ter sido 1973, 1974, por aí, viu? Eu me lembro até da foto do ministro, mas realmente eu não me lembro de que ano foi isso.

Entrevistadora: E aí, você acha que, a partir daí, então, começa a sair mais da universidade?

Laerte: A partir daí, começa a ter uma atividade do senti mais forte, com a criação do DCE. Isso não parece ser uma coisa clara. Porque daí os estudantes começaram a se organizar mais. Não que antes não tivesse. Eu tenho vários do pessoal que foram parte dessa direção, da primeira diretoria do DCE. São nos universos até hoje. Vários são pessoas aqui na USP. Ou estão em outras atividades por aí, mas continuam até hoje na luta, digamos assim. Então, eu acho que foi um processo, entende? Porque, digamos, ao nível da universidade, a criação do DCE. Daí, começam as greves do ABC lá com o Lula, não sei o quê, e começa também a ficar mais amplo no sentido de revolta em relação ao status quo, digamos assim. E com movimentos da Diretas Já, isso daí começa a permear a própria classe média. E outros setores da sociedade de uma forma muito mais ampla, a ponto de a ditadura cair entre aspas, com a eleição do Tancredo, aquele episódio todo.

Entrevistadora: E aí, você comentou do DCE, mas antes, quando você ainda estava no CEFISMA, o CA, ele tinha relação com outros centros acadêmicos?

Laerte: Sim, tinha o conselho dos centros acadêmicos, que é um embrião que o DCE. Porque o DCE era proibido, certo? Então, a gente tinha uma articulação com todos os centros acadêmicos, se discutia. E tinha muita disputa política, porque tinha essas várias correntes, que depois foram traduzidas em tendências e mesmo partidos, mais tarde. Não, tinha uma intensa interação, tinha muitas

festas também. E nessas festas, a gente interagia também político e socialmente com os colegas das outras unidades.

Entrevistadora: E aí, para já ir encaminhando, quando vocês iam lidar com o próprio aluno da física, como é que era essa organização de passagem em sala, panfletagem que você falou também e tudo mais?

Laerte: Então, às vezes, a gente ia de sala em sala, seja para propor greve, seja para propor alguma coisa. Organizava assembleias, tinha muitas assembleias naquela época. E daí a gente propunha as coisas, sempre votação.

Entrevistadora: O senhor falou da sua relação pessoal com os professores, mas a relação do CEFISMA com o Instituto, com a congregação, os professores, sempre foi uma boa relação? Como é que era?

Laerte: Olha, eu acho que tinha uma época em que muita gente era contra a participação nesses órgãos. Mas eu acho que eu não me lembro direito. Mas eu acho que eu não sei, eu não me lembro direito como que a gente fazia coisa naquela época. Mas eu acho que eu participava, você vai ter que perguntar para outra pessoa.

Entrevistadora: Não, sem problema. Bom, só para finalizar, uma última pergunta. O senhor falou do grupo de cinema, do grupo de teatro, da revista. Você lembra um pouco como era a organização dessa parte dentro do Centro Acadêmico? Como era o Centro Acadêmico? Tinha reunião, cada um fazia o que quisesse, como era?

Laerte: Tinha reunião, eu acho que a gente distribuía certas responsabilidades, então você fica a responsabilidade por isso aqui. Mas era muito democrático, quer dizer, eu como tinha presença, eu participava do evento, tal. Outros colegas que tinham uma ideia mais artística cuidavam do cinema, do teatro, coisas assim. Mas era uma coisa muito colegiada, não tinha nenhuma coisa positiva, nada. Mas a gente cada um se dedicava mais à coisa que tinham a ver consigo.

Entrevistadora: E aí, para finalizar, professor, você lembra se teve algum tipo de repressão ou momento dentro do Instituto que foi vinculado à ditadura? Ou quando ele era dentro do Instituto você não tinha essa intervenção?

Laerte: Eu acho que a gente tinha medo algumas vezes de coisas desse tipo. Mesmo que, por exemplo, a gente recebia visitas aqui de pessoas que eram muito malquistas para a ditadura. Eu me lembro, por exemplo, do Ernestinho Guimarães, que depois foi morto pela ditadura. Ele teve pelo menos umas duas vezes que apareceu no CEFISMA, a gente discutia, tudo, tal. Então, tudo isso tinha uma tensão associada a isso. O professor Goldenberg, que era o diretor na época, podia não gostar nem um pouco das coisas que a gente fazia. Mas, por outro lado, ele também não reprimia nada, entende? Que fique claro isso, quer dizer, realmente, eu acho que os colegas aqui da Física eram muito mais avançados do que a gente poderia esperar por aí. Pode ser que seja um viés aí da idade, que eu já esqueci, lá as coisas, tal. Mas, realmente, eu não tenho dúvida que teve momentos de grande tensão, embora seja difícil para me lembrar dessas coisas. Eu só me lembro do que eu falei, dessas visitas do destino, o Queiroz, que depois foi morto também, um colega da Guiada da Geociência, que era militante da IEM. E teve várias pessoas que a gente conheceu que acabaram sendo mortas, que estavam aí com a gente, de uma forma ou de outra, mas depois acabaram sendo mortas. E, então, tudo isso impactava fortemente na gente, não é? De um lado, de outro lado também, mostravam que a gente não podia parar de lutar, porque aquela é uma situação insustentável de qualquer maneira.

ANEXO H – Entrevista com Décio Ferroni

Entrevistador: Queria você falasse um pouco quando você entrou na universidade e como era a universidade nessa época.

Décio: Em 67 eu fazia cursinho chamado cursinho da poli e os professores eram alunos da USP. Os professores chamavam a gente para parar as aulas e ir em manifestações. Então eu comecei em 67, um ano explosivo, e comecei a ir em manifestações mesmo que ideologicamente eu não entendesse direito. Ai no final do ano eu fiz vestibular e entrei na matemática. Na virada de 67 para 68 eu entrei na matemática, mas nessa época eu era excedente. Eu tinha nota mínima, a nota exigida pela USP. Só que o número de vagas da matemática já tinha sido preenchido, não tinha vaga para mim. Isso gerou o início da luta em 68, as reuniões da Maria Antônia e a USP era Maria Antônia na espera. Eu lembro que

as assembleias eram para lutar pelos direitos excedentes. Só por curiosidade, no ano seguinte já não tinha mais esse critério de entrada na USP. Era vestibular para as vagas.

Entrevistador: Uma dúvida, nessa época que teve essa luta dos excedentes, era muita gente?

Décio: Nossa, essas assembleias na USP na Maria Antônia lotavam, lotava aquela escadaria, porque começou com uma chamada para os excedentes, mas logo extrapolou. Logo se voltou contra a ditadura. As passeatas, as manifestações saíam ali da Maria Antônia, ia para a Consolação. E eu, particularmente, era muito amigo de um aluno da Mackenzie. Ele era da arquitetura e ele sondava quando as pessoas iam fazer agressões contra a gente e me falava. E eu repassava. Bom, 68 é o ano da explosão. Eu volto a fazer cursinho e no ano seguinte eu entro na poli. Ai, em 68 tem o AI-5 e fecha tudo. A gente teve a morte do Edson Luiz e teve uma série de episódios. A gente não parou de lutar em 67, 68. Em 69 foi um ano terrível, mas eu tô na poli e com a energia que eu vinha de 67, 68, eu não ia ficar parado. Aí que eu vou pro grupo de teatro e eu entro no GTP, grupo de teatro da poli. Aí eu entro no Grêmio da Poli, Eu comecei a fazer teatro que nem um louco e foi um puta sucesso! E aí vem o pessoal da física me chamar para montar um grupo de teatro na física e eu criei o TFISMA, o teatro da física e da matemática. E eu levei de peça de estreia “os físicos”, já que eu tava na física. Enfim, entendi que a minha região explodiu e fui até convidado para montar um grupo de teatro em Santo André. Eu montei “os físicos” em Santo André, no teatro da cidade, o municipal deles.

Entrevistador: E como foi então essa aproximação para a criação do teatro? O teatro tinha um vínculo com o centro acadêmico?

Décio: Tinha. Eu comecei no GTP que era vinculado ao Grêmio da Poli. Mas tinha autonomia. A mesma coisa no TFISMA.

Entrevistador: E como eram as apresentações?

Décio: Lotadas e na própria cidade universitária. A gente uma vez na rampa de acesso da FAU, lotada. É lógico que ninguém vacilava muito, repressão tava aí, mas a gente fazia muita coisa.

Entrevistador: E isso foi mais ou menos quando?

Décio: 69, 70. Aí em 71 eu já tinha uma vida clandestina, mas não parei em momento nenhum. Acho que a minha grande ação era essencialmente cultural. Em grupo de teatro de jornal, os murais. A minha organização já tinha ações extra universitárias, panfletagem em fábricas.

Entrevistador: E como era viver esse movimento estudantil contra a ditadura? Como é que se dava geralmente essa movimentação?

Décio: Era fechado. Quando começou a abrir eu já não participei, era em 75, acho. Mas eu já não estava. Em 75 que a USP sai para as ruas fazer manifestações, as passeatas saem da universidade. Mas na minha época tinham discussões, reuniões para criar centro acadêmico, diretório acadêmico e tinha palestras também. E eu estava vinculado ao aspecto cultural.

Entrevistador: Como era o cotidiano da USP nessa época, existia alguma tensão?

Décio: Dentro da USP não tinha muita tensão. A gente que militava, que tinha que tomar um pouco mais de cuidado, mas no geral você chamava pro grupo de teatro e eles iam, se botasse nos murais, eles sentavam por ali e não tinha clima de terror e medo. Nós tínhamos, nós militantes, nós tínhamos que tá olhando.

Entrevistador: Quais as formas do movimento estudantil atuar naquela época?

Décio: Jornais, murais, teatro, palestras. Grupos de discussão. Ninguém ia para a rua, não dava. Se limitava às universidades.

Entrevistador: E vocês discutiam sobre isso?

Décio: O tempo todo. Quando eu entrei na organização, a gente discutia “Como é que a gente vai conseguir romper com essa merda” de. “A gente tem que fazer.” E fazíamos panfletagem. Era uma militância permanente.

Entrevistador: E como fica seu cotidiano depois de 71?

Décio: Eu fui preso em 72. Quando eu saí 72. Passei um tempo fora. Eu fiquei preso na OBAN e depois no DOPS. E aí, quando eu saí do DOPS por um tempo. Não sei se já te falei, mas fiquei na mesma cela, mas com um marinheiro de 64, cabo Ivan. Eu fiquei muito próximo dele. Ele me deu um endereço e pediu para procurar o cabo Anselmo. Cabo Anselmo era um infiltrado da ditadura, matou a própria esposa grávida em uma emboscada Pernambuco. Só que nós não sabíamos. Ele me passa o endereço na Rua Martins Fontes, onde estava o Cabo Anselmo, pra eu ir lá avisar que o cabo Ivan tava preso. Ai eu vou, mas minha cabeça é sempre a 1000 por hora e falei pra uma amiga “você vai como minha namorada, Nós vamos casar, eu vou procurar apartamento”. Chegando lá, senti atrás do porteiro um cara me medindo. Entrei de cabeça baixa, sorridente. Saí, peguei um táxi e nunca mais voltei. Se eu tivesse entrado lá, teria morrido.

Entrevistador: E aí quando você sai da prisão, você volta para USP e você vai embora do Brasil.

Décio: Eu fui embora do Brasil logo depois desse episódio aí, porque eu fiquei sabendo que tinha caído uma parte da minha organização de Brasília. Aí, eu podia ser conectado com isso. Então, vou pra Argentina, depois volto no final do ano que já tinha passado no momento. Aí eu me acalmo um pouco.

Entrevistador: Mas aí já tinha acabado a graduação?

Décio: Eu nunca terminei a faculdade de nenhuma, nem da Matemática, nem da Poli, nem da ECA, que eu entrei em 74 ou 75. Eu queria filmar as coisas.

Entrevistador: Mas vamos pra segunda parte. Como se dava então essa USP em 74?

Décio: Menos tensa, essa é a palavra.. Lembro bem que aí já tinha mais atos, mais grupos de teatro, mais palestras. Falava-se muito sem medo.

Entrevistador: Há uma mudança no sentimento cotidiano?

Décio: Era muito mais tranquilo, muito mais tranquilo. Tinha que olhar menos pelos lados para olhar se estava seguro. Discutia abertamente, caminhava e discutia no ônibus. Diferente de 70, 71, 72 que foram muito difíceis.

Entrevistador: Se você pudesse comparar a época da Maria Antônia com a cidade universitária, o que você diria?

Décio: Planetas totalmente diferentes. 68 e 67 a gente tava na consolação, nas ruas. Porque para mim, a Maria Antônia, quando eu vivi aquele momento. Primeiro foi um momento de conscientização e conscientização política. Ideologicamente, lá não era lugar fechado de discussão, não tinha a questão acadêmica. E é isso que eu vou te falar. A coisa que eu ouvi nem lembro direito é que aceleraram a ida dos cursos para a USP para esvaziar a Maria Antônia, em especial o grau de resistência.